



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

LETÍCIA GOMES MÉLO LAUREANO

**PENSAMENTO CALVINISTA E EDUCAÇÃO LIBERAL: DIÁLOGOS E IMPASSES
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO COLÉGIO
PRESBITERIANO XV DE NOVEMBRO NO AGRESTE PERNAMBUCANO**

CARUARU

2025

LETÍCIA GOMES MÉLO LAUREANO

**PENSAMENTO CALVINISTA E EDUCAÇÃO LIBERAL: DIÁLOGOS E IMPASSES
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO COLÉGIO
PRESBITERIANO XV DE NOVEMBRO NO AGRESTE PERNAMBUCANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea - PPGEDUC da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof^o. Dr^o. Everaldo Fernandes da Silva

CARUARU

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Laureano, Leticia Gomes Mélo.

Pensamento calvinista e educação liberal: diálogos e impasses para a construção de uma educação libertadora no colégio presbiteriano XV de Novembro no Agreste pernambucano / Leticia Gomes Mélo Laureano. - Caruaru, 2025.

170 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2025.

Orientação: Everaldo Fernandes da Silva.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Pensamento calvinista; 2. Colégios confessionais; 3. Educação libertadora; 4. Educação liberal. I. Silva, Everaldo Fernandes da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LETÍCIA GOMES MÉLO LAUREANO

**PENSAMENTO CALVINISTA E EDUCAÇÃO LIBERAL: DIÁLOGOS E IMPASSES
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO COLÉGIO
PRESBITERIANO XV DE NOVEMBRO NO AGRESTE PERNAMBUCANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea - PPGEDUC da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação

Orientador: Profº. Drº. Everaldo Fernandes da Silva

Aprovada em: 27/06/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/PPGEduC

Profª Drª Allene Carvalho Lage (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/PPGEduC

Prof. Dr. Kléber Fernando Rodrigues (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco - IFPE/CP

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sua providência, amor, bondade e fidelidade que me cercam todos os dias da minha vida. “Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus planos podem ser frustrado” (Jó 42:2). Que eu nunca me esqueça que tudo que tenho, tudo o que sou e o que vier a ser provêm de ti. Tu és a minha essência.

À minha família: meus pais; José Djailson da Silva Mélo e Darlla Karinne Gomes Mélo, pelo zelo com a minha vida e prioridade na minha educação humana, intelectual e espiritual. Aos meus irmãos: Gustavo, pela amizade e companheirismo; Ana Beatriz, pelo seu carinho e suporte contantes, sou agraciada com sua existência.

Ao meu marido: Jonathas Laureano, és a expressão do cuidado de Deus. Nunca medistes esforços para me fazer feliz e sonhar os meus sonhos, fazendo-os nossos. Seu amor e incentivo me são combustíveis. Essa conquista é nossa.

Aos meus sogros: Eli James e Rildete e, cunhada Raíssa, por sempre se alegrarem com as minhas conquistas.

Ao meu cunhado: Joseildo Júnior, por ser amigo e apoiador, pelos diálogos sobre o calvinismo e por ceder livros acerca da temática.

Ao meu orientador: Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva, por me escolher, acreditar e confiar em mim e nesta pesquisa. Pelo seu modo sensível, generoso e atencioso na condução deste processo formativo. Tens minha admiração não somente pela excelência profissional, mas pelo exemplo de ser humano.

Aos professores: Dra. Allene Lage e Dr. Kléber Rodrigues, pelas colaborações significativas na construção desta pesquisa, sobretudo no exame de qualificação. Suas contribuições foram essenciais para um olhar crítico-reflexivo acerca da temática. Tê-los neste processo formativo enche-me de alegria. A vocês, minha reverência.

Ao colégio presbiteriano XV de novembro e aos sujeitos colaboradores desta pesquisa.

Aos docentes que marcaram minha existência; na educação básica, na graduação em pedagogia na UFPE/CAA e no programa de pós-graduação em educação contemporânea.

À Capes pelo financiamento essencial para a realização desta pesquisa.

Aos meus amigos e amigas que dividiram comigo as alegrias e desafios do mestrado, em especial; Allyne Combé, Alisson Gomes, Ana Carolina, Daiany Santos, Victor Hugo, Vitor Gabriel. Vocês são refrigerios.

RESUMO

A teologia social de João Calvino eclode em meados do século XVI, a partir da sua experiência como reformador de Genebra, na Suíça, onde funda a primeira escola primária de toda Europa. O pensamento calvinista, como popularmente conhecido, se difunde e atinge outros continentes. No Brasil, muitas foram as tentativas de implementação; contudo, apenas em 1959, os missionários presbiterianos norte-americanos conquistam lugar efetivo entre as religiões brasileiras. Desse momento, resulta a Igreja Presbiteriana no Brasil que mantém-se como principal propagadora do pensamento calvinista no país. Desde os primórdios, a presença presbiteriana marca o campo educacional Brasileiro, disseminando seus princípios doutrinários calvinistas. Em Pernambuco, no agreste, contamos com uma dessas instituições educacionais históricas, o Colégio Presbiteriano XV de Novembro, que foi escolhido como espaço empírico da presente pesquisa. Apesar da laicidade do estado, reconhecemos a força dos discursos religiosos na política e em todas as esferas sociais, nesse caso específico, na educação. Portanto, os colégios confessionais se diferenciam dos demais, por professarem uma doutrina ou princípios que podem se aproximar ou distanciar-se das práticas de uma educação libertadora. Esta pesquisa fundamenta-se nas contribuições de diversos autores do campo teórico, como Biéler (1970; 1999; 2012), Brandão (2002; 2006; 2008; 2022), Calvino (2015; 2018), Jara (2020), Léonard (1963; 2014), Lindberg (2017), Matos (1997; 2011; 2023), Paixão Jr. (2008; 2014) e Paulo Freire (1967; 1987), entre outros. À vista disso, elencamos como objetivo geral, compreender as possíveis contribuições da educação calvinista, preconizadas pelo colégio presbiteriano XV de Novembro, situado no agreste pernambucano, sob a perspectiva de uma educação libertadora. Para tanto, traçamos um percurso metodológico de abordagem qualitativa (Minayo, 2001), sendo o tipo e a finalidade do estudo exploratório e explicativo (Gil, 2002). O método da pesquisa, o caso alargado inspirado em (Santos, 1983) e (Lage, 2013). As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: a análise documental (Ludke; André, 1986); a observação parcial (Lage, 2013) e (Gil, 2008) e os formulários abertos (Gil, 2008). Para análise e a organização dos dados obtidos, nos servimos da técnica de análise de conteúdo, teórico-gramatical de Bardin (1977). Os resultados obtidos revelam que a educação calvinista proposta pelo colégio presbiteriano XV de novembro se alinha com um projeto educativo liberal, portanto, o foco maior é a realização pessoal do sujeito, bem como sua adaptação à sociedade e seu ingresso no ensino superior e mercado de trabalho. O contexto educativo estudado exhibe uma educação liberal fundamentada no discurso da teologia calvinista, antagônico às críticas sociais. No entanto, também há tentativas e vestígios de uma educação libertadora, especialmente por parte de docentes.

Palavras-chave: Pensamento Calvinista; Colégios confessionais; Educação Libertadora; Educação Liberal.

RESUMEN

La teología social de Juan Calvino surgió a mediados del siglo XVI, a raíz de su experiencia como reformador en Ginebra, Suiza, donde fundó la primera escuela primaria de toda Europa. El pensamiento calvinista, como se le conoce popularmente, se difundió y llegó a otros continentes. En Brasil, hubo muchos intentos de implementación; sin embargo, fue recién en 1959 que los misioneros presbiterianos norteamericanos se consolidaron entre las religiones brasileñas. Este momento dio origen a la Iglesia Presbiteriana en Brasil, que sigue siendo la principal propagadora del pensamiento calvinista en el país. Desde sus inicios, la presencia presbiteriana ha marcado el ámbito educativo brasileño, difundiendo sus principios doctrinales calvinistas. En Pernambuco, en la región agreste, contamos con una de estas instituciones educativas históricas, la Escuela Presbiteriana XV de Novembro, elegida como sede empírica para esta investigación. A pesar del carácter laico del Estado, reconocemos el poder de los discursos religiosos en la política y en todas las esferas sociales, en este caso específico, en la educación. Por lo tanto, las escuelas confesionales se diferencian de otras al profesar una doctrina o principios que pueden estar cerca o lejos de las prácticas de una educación liberadora. Esta investigación se basa en las contribuciones de varios autores en el campo teórico, como Biéler (1970; 1999; 2012), Brandão (2002; 2006; 2008; 2022), Calvino (2015; 2018), Jara (2020), Léonard (1963; 2014), Lindberg (2017), Matos (1997; 2011; 2023), Paixão Jr. (2008; 2014) y Paulo Freire (1967; 1987), entre otros. En vista de esto, nuestro objetivo general es comprender las posibles contribuciones de la educación calvinista, defendida por el Colegio Presbiteriano XV de Novembro, ubicado en el interior de Pernambuco, desde la perspectiva de una educación liberadora. Para este fin, delineamos un enfoque metodológico cualitativo (Minayo, 2001), siendo el tipo y propósito del estudio exploratorio y explicativo (Gil, 2002). El método de investigación, el caso extendido, se inspiró en (Santos, 1983) y (Lage, 2013). Las técnicas de recolección de datos utilizadas fueron: análisis documental (Ludke; André, 1986); observación parcial (Lage, 2013) y (Gil, 2008); y formularios abiertos (Gil, 2008). Para analizar y organizar los datos obtenidos, utilizamos la técnica de análisis de contenido teórico-gramatical de Bardin (1977). Los resultados revelan que la educación calvinista propuesta por la Escuela Presbiteriana XV de Novembro se alinea con un proyecto educativo liberal. Por lo tanto, el enfoque principal se centra en la realización personal del individuo, así como en su adaptación a la sociedad y su acceso a la educación superior y al mercado laboral. El contexto educativo estudiado exhibe una educación liberal basada en la teología calvinista, antagónica a las críticas sociales. Sin embargo, también existen intentos y vestigios de una educación liberadora, especialmente por parte del profesorado.

Palabras clave: Pensamiento calvinista; Escuelas confesionales; Educación liberadora; Educación liberal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da cidade de Garanhuns - PE	112
Figura 2 - Vista completa do colégio Presbiteriano XV de Novembro	113
Figura 3 - Prédio atual do colégio Presbiteriano XV de Novembro	114
Quadro 1 - Presença de atividades e disciplinas que se relacionam com o pensamento calvinista nos horários de aulas (Fundamental I e II e ensino médio)	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado do conhecimento em calvinismo e educação, pedagogia presbiteriana no Brasil e reforma protestante e educação	17
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIR	Aliança Mundial de Igrejas Reformadas
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
EP	Educação Popular
EPEN	Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
PCUS	Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos (<i>Presbyterian Church in the United States</i>)
PCUSA	Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América (<i>Presbyterian Church in the United States of America</i>)
PPGEduc	Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea
SNI	Escritório do serviço nacional de informações
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TdL	Teologia da Libertação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO PENSAMENTO DE JOÃO CALVINO NA GENEBRA DO SÉCULO XVI.....	26
2.1 João Calvino: O reformador de Genebra.....	26
2.2 Pensamento teológico e social do calvinismo: princípios inspiradores.....	33
2.3 A Genebra Calvinista: República, teocracia ou bibliocracia?	42
2.4 A igreja Genebrina e seu protagonismo na assistência social.....	52
3. ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES DO PENSAMENTO CALVINISTA NO BRASIL	60
3.1 As primeiras investidas do Calvinismo em terras brasileiras	60
3.2 Os protestantismos de missão e a trajetória de ascensão da Igreja Presbiteriana do Brasil	64
3.3 A salvação política da pátria: A Igreja Presbiteriana do Brasil e o Golpe Civil-Militar de 64.....	73
4. PRINCÍPIOS E BASES EPISTEMOLÓGICAS DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA.....	86
4.1 Os contornos de uma educação libertadora	86
4.2 Um projeto educativo libertador: Teologia da Libertação e Educação Popular	97
4.3 Práticas educativas libertadoras.....	104
5. CAMINHOS METODOLÓGICOS: O DESENHO DA PESQUISA.....	110
5.1 Pesquisa qualitativa.....	110
5.2 Tipo ou Finalidade do estudo	111
5.3 Método da Pesquisa.....	111
5.4 O Colégio Presbiteriano XV de Novembro: Espaço da Pesquisa.....	112
5.5 Sujeitos Colaboradores da Pesquisa: Os (as) docentes, discentes e a gestão.115	
5.6 Técnicas de coleta de dados.....	117
5.7 Análise dos dados	120
6. O PENSAMENTO CALVINISTA E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA EM DIÁLOGOS: CAMINHO EM CONSTRUÇÃO	122
6.1 Formas de presença do pensamento calvinista no colégio presbiteriano XV de novembro.....	122
6.1.1 Nos documentos da instituição.....	122
6.1.2 Atividades educativas pontuais	127
6.1.3 Forte presença da disciplina comportamental do alunado	131
6.2 Aproximações entre as perspectivas calvinista e de educação liberal.....	134

6.2.1 Escolha do sistema de ensino (SAS)	135
6.2.2 Doutrina Calvinista como base na meritocracia	136
6.2.3 Educação liberal e conservadorismo dos costumes	139
6.3 Interfaces entre as educações libertadora e liberal no colégio presbiteriano XV de novembro	142
6.3.1 Vestígios da educação libertadora no agir docente.....	142
6.3.2 Educação libertadora instrumentalizada pela lógica de mercado.....	146
6.3.3 Releituras restritivas à criticidade do pensamento calvinista na contemporaneidade.....	148
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	164
APÊNDICE B - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO.....	165
APÊNDICE C - ROTEIROS QUESTIONÁRIOS ABERTOS	166
ANEXO A - CAPA INFORMATIVO 2025.....	169
ANEXO B - CAPA DAS INSTITUTAS DA RELIGIÃO CRISTÃ	170

1. INTRODUÇÃO

Por tanto tempo, fomos conduzimos a pensar a pesquisa e a educação com neutralidade. Alcançando a consciência dessa impossibilidade chega-nos também o chamamento à responsabilidade. Nesse sentido, Paulo Freire (1999, p. 63) nos inspira a pensar “Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, minha posição não pode ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo”.

Essa reflexão de Freire nos instrui ao compromisso social ao fazer escolhas, e como pesquisadores precisamos fazê-las constantemente. Abandonando a imparcialidade somos tendenciosamente guiados pela motivação da humanização e desopressão dos sujeitos. O aporte para tomada de decisões nasce a partir de quem somos e de como nos constituímos no e com o mundo.

À vista disso, a intencionalidade epistêmica nasce de algumas vivências oportunizadas à minha existência. Desde os 9 anos de idade estou inserida no meio cristão/protestante, e para além da religiosidade atrelada ao meu ser, sempre tive inquietações relacionadas às ações das igrejas ditas reformadas da atualidade para com o cuidado dos empobrecidos.

Na adolescência, se originam as primeiras curiosidades e eferescências em relação à teologia calvinista. Na época, congregava com minha família em uma igreja congregacional e me dedicava ativamente à participação dos movimentos de evangelismo. Lembro-me de aguardar ansiosamente as férias de janeiro para me dedicar a viagens missionárias.

Passávamos vinte e um dias na cidade escolhida estrategicamente pela denominação, geralmente para fortalecer ou plantar alguma igreja. No último ano que participei me recordo de refletir constantemente enquanto andava pelas ruas, batendo de porta em porta, sobre o nosso papel de igreja/cristãos e como contribuir com a justiça social.

Fiz um destaque em relação à experiência de evangelização dos projetos missionários da aliança congregacional por considerá-las decisivas nesse percurso. Entretanto, reitero que os evangelismos aconteciam durante o ano inteiro, nas escolas, nas comunidades campesinas, aos redores da igreja local, nas praças, nas festas da cidade de Caruaru etc.

Todas essas participações me tocavam de alguma forma, me pondo à frente de injustiças sociais das mais variadas naturezas. E tudo me direcionava a pensar como a igreja deveria ser uma agente de transformação na sociedade em que se insere. Pregávamos para aquelas pessoas incentivando suas idas à igreja, e logo após fomos embora, isso passou a me incomodar.

A junção de todos esses anseios me fez cogitar a opção por cursar teologia, ainda assim, optei pela pedagogia. A meu ver, a educação representa um acesso grandioso ao conhecimento, com fins objetivos de auxílio ao outro, sendo um caminho para o erguimento da população, uma via libertadora.

No ano de 2017, ingressei no curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, no campus acadêmico do Agreste e, nesse mesmo ano, mudei de denominação; os estudos da teologia calvinista me levaram a ser membro congregante da Igreja Presbiteriana do Brasil, onde ainda permaneço.

Apesar de viver efetivamente no seio da igreja, o encontro com o legado educacional da Reforma Protestante se deu na universidade. A disciplina de História da educação trouxe-me primeiramente a afetação da indignação, por antes desse dado momento desconhecer a pauta educativa desse movimento político-religioso. A oportunidade de investigação dessa temática aconteceu no meu trabalho de conclusão de curso.

Estudar a educação na Reforma Luterana me permitiu vislumbrar ações efetuadas e pensadas para a educação de toda uma população. O que incluiu os indoutos e os “não eleitos”. Os reformadores se empenharam para a partir daquele movimento causar inferências importantes na sociedade.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em educação contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco tive o propósito de continuar investigando o Luteranismo e suas contruições educacionais no Brasil. Contudo, meu orientador

prof. Dr. Everaldo Fernandes, me instigou gentilmente a repensar a pesquisa e buscar por questões que ressignificam minha existência. Reafirmo que pesquisar nos conduz às escolhas, nesse movimento de reflexão me encontro com a Teologia Calvinista e a educação.

Uma das heranças da missão Presbiteriana norte-americana no Brasil é o vasto patrimônio educacional de tradição calvinista em todo território brasileiro, inclusive no nosso estado. Atualmente em Pernambuco encontram-se duas importantes escolas implantadas e filiadas à Igreja Presbiteriana do Brasil. O Colégio Presbiteriano XV de novembro, com a matriz situada na cidade de Garanhuns, na Mesorregião do Agreste Pernambucano e uma filial na cidade de Canhotinho; e o colégio Presbiteriano Makenzie Agnes em Recife, capital Pernambucana.

Em Genebra, nasce a primeira escola primária de toda Europa, idealizada pelo reformador João calvino. A igreja genebrina é pensada naquele contexto como um instrumento de assistência e defesa dos pobres, denunciando a opressão. Envolve-se no cuidado com os necessitados sem se importar se eram genebrinos ou estrangeiros. Nas institutas da religião cristã¹, escrita pelo reformador, lemos que tudo quanto a Igreja possui, seja em propriedade, seja em dinheiro, é patrimônio dos pobres.

O Pensamento Social de Calvino e a Responsabilidade Social da Igreja e do cristão parecem sofrer introversão nos púlpitos brasileiros. Isso explica em parte como meu encontro e aproximação com o legado educacional da Reforma Protestante aconteceu a partir do curso de pedagogia. Em contrapartida, focalizando os âmbitos da história da educação Brasileira, estudos que investigam

¹ Sua primeira edição foi publicada em 1536, escrita originalmente em latim, contém as bases doutrinárias defendidas por João Calvino. A obra foi reeditada cinco vezes pelo reformador, até sua última edição em 1559. Esse compilado de escritos, engloba os princípios fundantes do sistema doutrinário adotado pelas igrejas Calvinistas. Sendo fonte de inspiração para confissões de fé que surgem no período da reforma, ou posteriormente. Como exemplo, citamos a confissão de Fé de Westminster, adotada pela Igreja Presbiteriana do Brasil. As institutas da religião cristã eram acrescentadas de acordo com as mudanças enfrentadas pela igreja e sociedade. Portanto, emergiu como uma teoria oriunda da prática, em resposta às circunstâncias da vida. Dessa forma, conduziu a uma explanação do ensino cristão voltado para aspectos sociais, cuidado dos empobrecidos e a missão da igreja no mundo.

o protestantismo no Brasil e seus empreendimentos educacionais ainda são escassos.

Minha trajetória até aqui busca e almeja a fuga da estagnação. Por muito tempo, apenas como cristã calvinista e hoje também como pedagoga e pesquisadora na área de educação. Se antes o sentimento de responsabilidade pairava sobre o meu ser, agora tudo me parece ter um significado maior. Na academia, dentre tantos marcos que atravessam minha formação me conecto com os ensinamentos do educador Paulo Freire e sua pedagogia voltada para emancipação dos sujeitos e para a prática e ação de transformação social.

A partir dessa breve narrativa, explico que o questionamento da adolescência de como a igreja deve ser agente de transformação na sociedade em que se insere, continua. Porém, toma proporções mais complexas diante dos aprendizados na graduação em pedagogia e como educadora assumo o nobre compromisso com a humanização dos sujeitos invisibilizados.

À vista disso, reconheço que minhas vivências, especialmente cristãs calvinistas constituem minha visão de mundo, contudo, a presente pesquisa não pretende se isentar completamente dessas implicações em busca da neutralidade. Sob essa visão, “podemos afirmar que a objetividade traz o rigor e a honestidade para dentro da epistemologia, desmistificando o discurso da neutralidade” (Lage, 2013, p. 81).

Concordamos com Sandra Harding (1998) quando trata da inexistência de uma neutralidade científica, mas por outro lado nos apresenta uma possibilidade de trabalhar na perspectiva de uma objetividade forte, isto é, primeiro assumir minha posição não neutra, já que sou membro congregante da Igreja Presbiteriana do Brasil.

E, em consequência, me responsabilizar como pesquisadora a atuar em favor dos estudos da educação calvinista, tecendo uma análise mais consistente possível, para que até mesmo a própria instituição possa refletir suas práticas. Uma vez que, sem perder a subjetividade, me comprometo a dizer sobre o objeto o que ele é, assim, agindo da forma mais objetiva possível em favor da experiência estudada e das contribuições da educação calvinista.

A denominação na qual congrego se empenha na promoção de educação regular. E mediante essa unificação dos conhecimentos e vivências religiosas e educacionais se origina a questão-problema: **A educação calvinista ofertada pelo Colégio Presbiteriano XV de novembro, no agreste pernambucano, contribui para a humanização dos sujeitos e para uma leitura crítica da sociedade?**

Tendo em consideração a presente curiosidade epistêmica, o intento desse estudo se volta para a compreensão das contribuições da educação calvinista no Brasil e, em especial, no Nordeste, em Pernambuco, aproximando-as das práticas formativas da atualidade. Para isso, elegemos como **Objetivo Geral**: Compreender as possíveis contribuições da educação calvinista, preconizadas pelo colégio presbiteriano XV de Novembro, situado no agreste pernambucano, sob a perspectiva de uma educação libertadora.

Os caminhos necessários para atingir nosso objetivo são explicitados nos seguintes **Objetivos específicos**: a. Evidenciar o processo histórico da educação calvinista no Brasil e, em especial, no agreste de Pernambuco; b. Identificar as aproximações e afastamentos dos princípios da teologia calvinista no colégio Presbiteriano XV de Novembro; c. Analisar nas práticas educativas do colégio Presbiteriano XV de Novembro as iniciativas que, inspiradas na teologia calvinista, viabilizem a emancipação dos sujeitos sociais e a transformação sócio-histórica.

Ao iniciarmos a idealização de uma pesquisa primariamente se demanda uma fase exploratória que acontece com o levantamento bibliográfico, nos auxiliando na busca por pesquisas já desenvolvidas que margeiam e/ou dialogam com a nossa temática.

O conhecimento do que vem sendo produzido e até mesmo do que ainda não o foi, nos remete às questões que ainda precisam de atenção e investigação. Assim, os estudos do “estado da arte” que objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento já se tornaram imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido” (Romanowski;Ens, 2006, p.39).

As bases de dados consultadas para realização desse estudo exploratório foram os repositórios de teses e dissertações. O primeiro selecionado foi o repositório do instituto presbiteriano Mackenzie, justificamos nosso interesse de

consultar esse acervo por deduzirmos que a temática educação e calvinismo certamente abranja parte das pesquisas desenvolvidas por esta instituição.

Algo a ser destacado é que o instituto presbiteriano Mackenzie, pertencente à Igreja Presbiteriana do Brasil, declara-se calvinista. Sendo uma instituição confessional, privada e sem fins lucrativos, com mais de 150 anos de presença no território brasileiro. Atua na educação básica, ensino superior e pós-graduações *stricto e lato sensu*.

A segunda a ter seu repositório consultado foi a UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, por ser a instituição que abarca o Programa de Educação Contemporânea (PPGEDUC) que proporciona a presente pesquisa.

No terceiro momento a UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, instituição de ensino superior privada, filantrópica e confessional, e por ser referência no desenvolvimento de pesquisas na área de ciências da religião no estado de Pernambuco. Por fim, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e tecnologia (IBICT), englobando atualmente 136 instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

Buscamos nos mencionados repositórios de teses e dissertações os seguintes descritores: **calvinismo e educação, pedagogia presbiteriana no Brasil e Reforma Protestante e Educação** com o recorte temporal (2003-2025). O tempo delimitado explica-se, inicialmente, pela percepção da baixa produção acadêmica em relação à temática, dessa forma, optamos por analisar os últimos 22 anos. A fim de situarmos as pesquisas que conversam diretamente com o nosso objeto de estudo, iniciamos a leitura por títulos para então seguirmos para a leitura dos resumos desses trabalhos. Os achados se expressam no quadro abaixo:

Tabela 1 - Estado do conhecimento em calvinismo e educação, pedagogia presbiteriana no Brasil e reforma protestante e educação

Descritores	Marco Temporal	Mackenzie	UFPE	UNICAP	BDTD ²
Calvinismo e educação	2003-2025	16	0	0	132

² Os trabalhos localizados no repositório da Mackenzie e UFPE reaparecem na BDTD.

Pedagogia Presbiteriana no Brasil	2003-2025	217	0	0	251
Reforma Protestante e educação	2003-2025	18	2	0	125

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados dos repositórios

No Repositório da universidade Mackenzie ao buscarmos o descritor Calvinismo e educação obtivemos 16 resultados, pedagogia presbiteriana no Brasil 217 resultados e Reforma Protestante e educação 18 resultados. Desses 251 trabalhos apenas 11 dialogam com nossa intencionalidade de pesquisa.³

Outro dado a ser analisado mediante a busca por essas pesquisas são as áreas do conhecimento que por elas são produzidas. Podemos observar que apenas 27.27% foram efetuadas no programa de pós-graduação em educação, arte e história da cultura. E as outras 72.73% foram realizadas no programa de pós-graduação em ciências da religião.

Dentre os onze estudos encontrados no repositório da universidade Mackenzie cinco nos despertam maior atenção. Projeto criança Feliz: um estudo de caso da aplicação da cosmovisão calvinista de ação social, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em ciências da religião, no ano de 2014, pela autora Marisa de Vasconcelos, que objetiva promover uma reflexão sobre a Cosmovisão Calvinista de Ação Social e sua aplicação para o Projeto Social Criança Feliz e seus protagonistas na Igreja Presbiteriana de Vila Buenos Aires. Esse trabalho se aproxima do nosso à medida que investiga o papel da igreja presbiteriana como promotora de solidariedade aos que sofrem, todavia se distancia ao não focalizar as vias da educação escolar.

³ Richard Shaull, um educador presbiteriano – Colez Garcia Júnior; A práxis Reformada e o desenvolvimento educacional do Brasil na segunda metade do século XIX - César Guimarães do Carmo; A Influência do protestantismo Calvinista na cidade de Alto Jequitibá – Adenilson Soares de Moura; Universidade Presbiteriana Mackenzie: instituição comunitária, confessional e protestante no campo do ensino superior no Brasil – Levi Alexandre de Oliveira; Projeto criança Feliz: um estudo de caso da aplicação da cosmovisão calvinista de ação social – Marisa de Vasconcelos; Mackenzie e Gammon: trajetórias de transições (1952-1964) – Lucas Pereira Rezende; O presbiterianismo Pioneiro e sua contribuição no Mato Grosso do sul – Francirlei Ferreira Elias; Igreja Evangélica reformada no Brasil em Castrolanda: Religião, educação e trabalho em uma colônia holandesa: um estudo de caso – Wilson de Lima Lucena; Religião e educação: instituto presbiteriano de Cabo Frio (estudo de caso) – Marcia Lessa Medeiros da Silva; Presbiterianos na periferia da zona sul da capital de São Paulo: uma análise crítica de sua atuação em uma comunidade Carente – Glauca Cândida Vicente Dias; O papel da educação na consolidação do protestantismo brasileiro: um estudo da Obra The Republic Of Brazil, do Teólogo-educador Erasmo Braga- Antônio Carlos Anacleto.

Presbiterianos na periferia da zona sul da capital de São Paulo: Análise Crítica de sua atuação em uma comunidade carente, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências da religião, no ano de 2006, pela autora Glaucia Cândida Vicente Dias. Esta pesquisa busca verificar a influência do protestantismo de linha reformada sobre a sociedade, em especialmente sobre as pessoas do extremo sul da Capital de São Paulo.

Portanto, aborda a importância da escola dominical na região periférica em que se apresenta como provocadora de uma mudança social capaz de transformar os hábitos e os valores de uma comunidade. Apesar da pesquisa mostrar os altos índices de analfabetismo da comunidade estudada, não localizamos a promoção de escolarização dessa população por parte da igreja.

Destacamos, a dissertação de Marcia Lessa Medeiros da Silva, desenvolvida no programa de pós-graduação em ciências da religião no ano de 2012. Intitulada Religião e educação: Instituto Presbiteriano de Cabo Frio (Estudo de caso) que objetiva evidenciar a influência do protestantismo na formação da pedagogia brasileira, focalizando o trabalho pedagógico desenvolvido no Instituto Presbiteriano de Cabo Frio.

Esse estudo se aproxima do nosso à medida que tem como objeto de análise o âmbito da educação formal, um colégio confessional presbiteriano calvinista. Todavia, se distancia ao propor medidas práticas, qualificando-se como uma pesquisa aplicada. Torna-se interessante perceber que as propostas do estudo se voltam para prática reflexiva dos professores(as) e o estabelecimento de uma relação dialógica.

A influência do protestantismo calvinista na cidade de Alto Jequitibá, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação de ciência da religião no ano de 2019 por Adenilson Soares de Moura, pesquisa o protestantismo desde a sua inserção no Brasil até a sua chegada no Leste de Minas Gerais, e quais os impactos na cidade de Alto Jequitibá no final do século XIX e início do século XX.

As convergências com esse trabalho, se dão a partir da premissa de compreender as possíveis contribuições do calvinismo na sociedade. Entretanto, se distingue ao focalizar o desenvolvimento histórico da cidade de Alto Jequitibá,

citando como uma dessas muitas influências a criação do colégio evangélico, apesar disso, não se detém nas práticas educativas da instituição.

A tese, Mackenzie e Gammon: trajetórias de transição (1952-1964) do autor Lucas Pereira Rezende apresentada ao programa de Educação, Arte e História da Cultura no ano de 2022 nos desperta atenção. Uma vez que tece uma análise sócio-histórica das trajetórias de transição importantes e simultâneas do Instituto Presbiteriano Gammon na cidade mineira de Lavras, e o Instituto Presbiteriano Mackenzie na capital de São Paulo.

O ponto de aproximação com essa pesquisa se estabelece a partir da investigação do substancial legado educacional calvinista no país. E o distanciamento verifica-se pelos objetivos dessa pesquisa que caminham para uma observação; crítica e análise dos fatos históricos das instituições estudadas.

No repositório da Universidade Federal de Pernambuco ao pesquisarmos os descritores calvinismo e educação e pedagogia presbiteriana no Brasil não obtivemos nenhum resultado. Seguindo para o descritor Reforma Protestante e educação, localizamos 02 trabalhos.⁴O estudo do autor William Francisco da Silva, tem como objetivo distinguir e aproximar de maneira dialógica alguns princípios das pedagogias luterana e freireana. Convergindo com nossa intencionalidade de pesquisa, ao aproximar a proposição do pensamento teológico/educacional da Reforma Protestante às práticas formativas da atualidade. No entanto, distingue-se da nossa questão de pesquisa por não tratar do pensamento social calvinista.

A dissertação da autora Sandra Cristina da Silva identifica e analisa um ambiente educativo não escolar, os impressos são utilizados como via protestante na busca por uma autoafirmação na sociedade ao conceber educação para mulheres na década de 1920. Distancia-se do nosso objeto de pesquisa ao não se inclinar para a educação calvinista institucionalizada.

⁴ Educação em Martinho Lutero e Paulo Freire: Tessituras de Vida, conhecimento e emancipação na Pró Ludus (Gravatá-PE) – William Francisco da Silva; Educação de papel: Impressos protestantes educando mulheres – Sandra Cristina da Silva.

No repositório da universidade Católica de Pernambuco ao buscar por nossos descritores não encontramos nenhuma dissertação e tese que se relacionem com a nossa temática.

Finalmente, nos juntamos à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) quando localizamos 132 resultados para o descritor calvinismo e educação; 251 resultados relativos à pedagogia presbiteriana no Brasil e 125 resultados para Reforma protestante e educação. Os trabalhos localizados no repositório da Mackenzie e UFPE reaparecem na BDTD. Nessa busca 07 outras pesquisas que rondam o nosso interesse epistêmico foram encontradas.⁵

A dissertação intitulada “A influência do calvinismo na educação: um estudo no colégio XV de novembro em Garanhuns/PE” de Daniel Ferreira da Silva, defendida em 2010 no programa de pós-graduação em ciência da religião na UFPB investiga os principais aspectos da formação educacional calvinista-presbiteriana que influenciaram a formação e história de vida de alguns ex-alunos da instituição escolar. Apesar desse trabalho se diferenciar do nosso pela problemática e objetivos, nos aproximamos pelo colégio estudado, que foi o nosso campo de pesquisa.

A doutrina Teológica e social de Calvino e a educação para solidariedade, dissertação de Abilio Tadeu Arruda, defendida no Programa de Pós-Graduação em ciências da religião, no ano de 2006 pela UMESP. O escopo desta pesquisa aborda a igreja como instituição que educa e comunica, emergindo como espaço onde a solidariedade seja aprendida, vivenciada e traduzida em ações efetivas e permanentes, apresentando a doutrina teológica e social de Calvino como sendo viável para uma educação para solidariedade. A educação nesse contexto se interliga tão-somente à formação teológica dos participantes presbiterianos. Com

⁵ A influência de Calvino na Educação: um estudo no colégio XV de novembro Garanhuns/PE – Daniel Ferreira da Silva- UFPB; A doutrina teológica e social de Calvino e a educação para solidariedade – Abilio Tadeu Arruda- UMESP; A influência do Ethos Protestante na institucionalização da educação brasileira: um estudo sobre a escola americana de São Paulo (1870-1920) – Eliza Ribas Graciano – UEPG; A complexidade Plural das pedagogias reformada presbiteriana e norte-americana no Brasil: um estudo de suas origens (1870-1900)- Ronis Alves Candido- UFU; A evangelização pela educação escolar: embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924-1933) – José Filipe e Souza Pessanha de Brito Ferreira – UFU; As Damas da educação: Clara Gammon e Carlota Kemper no instituto evangélico de Lavras – Thais Batista de Andrade Arantes- UFOP; Entre o evangelho e o ensino: O colégio Presbiteriano Burity (1923-1965) – Lucas Paulo de Freitas – UFMT.

efeito, os impactos na educação escolar presbiteriana não são contemplados, analisados.

A partir da constatação da debilidade de estudos referentes à temática, especialmente no Nordeste, acreditamos ser imprescindível nos juntarmos também à busca nos anais dos últimos encontros de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN) – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – ANPEd.

O evento tem realização bienal, reúne nove estados nordestinos para socialização de produções científicas que se voltam para as problemáticas educacionais. Realizamos a leitura por títulos de todos os grupos de trabalhos apresentados nos três últimos eventos que correspondem ao marco temporal (2018-2024). E, lamentavelmente, não localizamos nenhum registro de trabalhos que contemplem o nosso objeto de estudo.

Destacamos que todas as dissertações e teses encontradas foram de grande valia para nossa pesquisa. Pudemos verificar que a temática Calvinismo e educação ainda aparece, timidamente, nas produções dos programas de pós-graduação do Brasil.

Outra observação pertinente é que majoritariamente esses estudos aspiram em sua maioria explorar as origens de colégios presbiterianos/calvinistas consolidados no território brasileiro, tendo destaque a dimensão histórica. Salientamos que minoria dessas produções acontecem em programas de pós-graduação em educação, o que instiga o nosso interesse epistêmico em aproximar e destacar a inter-relação educação escolar, calvinismo e a educação libertadora.

Hoje, a universidade Mackenzie é a maior produtora de dissertações e teses sobre Calvinismo e educação. O que se explica pelo fato de a instituição ter como associada a Igreja Presbiteriana do Brasil de tradição confessional Calvinista.

Em outras palavras, tecendo uma análise em maiores proporções concluímos que em todas as regiões do Brasil, o estudo da temática ainda aponta uma considerável carência. Todavia, o cenário se agrava ao direcionarmos atenção à região nordeste e, em particular, Pernambuco.

A Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Católica de Pernambuco não possuem estudos centralizados na temática educação calvinista, não obstante, sejamos um estado com considerável influência histórica da missão presbiteriana norte-americana no Brasil e dispomos de dois colégios calvinistas/presbiterianos com mais de 100 anos de história na capital e no agreste de Pernambuco.

Para fazer entender a relevância de estudar temas sensíveis como as espiritualidades e suas possíveis colaborações para a educação contemporânea, gostaríamos de esboçar uma pequena analogia em relação às vivências políticas no último pleito eleitoral presidencial. A religião se destacou por ainda exercer um fator determinante, não apenas para a escolha de um candidato, mas como fonte instigadora da conduta de muitos. Se não nos ocupamos academicamente com questões ainda tão presentes e influenciadoras na mídia e no cotidiano da nossa sociedade, tampouco, conseguiremos perceber os nuances da degradação da educação brasileira.

Nosso itinerário começa pela presente introdução e segue para o segundo capítulo que expõe, inicialmente, as reformas protestantes como plurais e aponta a iniciação da Reforma Suíça. Aborda um pouco da biografia e formação do Reformador francês João Calvino, seu pensamento teológico e social, fundamentos e categorias centrais da teologia calvinista e versa a cidade de Genebra como seu campo de ação e a Igreja genebrina como protagonista da assistência social naquela cidade.

O terceiro capítulo discute os aspectos históricos relevantes do pensamento calvinista no Brasil, especialmente no Nordeste, ou seja, é feita uma cronologia dos acontecimentos dos marcos do calvinismo. Iniciaremos pelos primeiros contatos do povo brasileiro com a teologia, ainda no período colonial, partindo para a gênese do protestantismo no Brasil com as missões norte-americanas. Com destaque para a história de implantação e consolidação da Igreja Presbiteriana do Brasil, por ser ela a maior difusora do pensamento calvinista no país. E, conjuntamente, expomos as relações de reciprocidade entre a IPB e o Golpe civil-militar de 1964.

No quarto capítulo, dissertamos sobre os princípios e bases epistemológicas de uma educação libertadora⁶. Temática de relevância sociopolítica para os dias atuais, em que somos conduzidos a nos juntar na luta pela libertação dos sujeitos oprimidos, primando como educadores pelo estabelecimento de relações horizontais, crendo nas muitas potencialidades da pessoa humana. A partir da construção de pedagogias humanizantes que evoquem os sujeitos como protagonistas da sua própria história, autônomos, capazes de se solidarizar com o próximo. O capítulo faz um destaque teórico sobre o lugar da educação popular na escola e suas possibilidades e aponta um projeto educativo libertador, fundado na teologia da libertação, assim como abrange as práticas educativas libertadoras.

Prontamente, caminhamos para o nosso capítulo metodológico em que especificamos a abordagem qualitativa da pesquisa (Minayo,2001), o tipo e a finalidade do estudo exploratório e explicativo (Gil, 2002). O Método da pesquisa, o caso alargado inspirado em (Santos, 1983) e (Lage, 2013). O campo empírico da pesquisa; o colégio presbiteriano XV de novembro, localizado em Garanhuns-PE. Explicitamos quem são os nossos sujeitos colaboradores, as técnicas de coleta de dados: a análise documental (Ludke; André, 1986); a observação parcial (Lage, 2013) e (Gil, 2008); e os formulários abertos (Gil, 2008). Por fim, a análise e organização dos dados obtidos, por meio da técnica da análise de conteúdo, teórico-gramatical de Bardin (1977).

O sexto capítulo diz respeito à culminância da presente pesquisa, dado que, apresentamos os resultados obtidos da nossa investigação. Com a fase exploratória dos dados, desenvolvemos as categorias de análise que nos inspiraram compreensões e inferências. Discutindo sobre as formas de presença do pensamento calvinista no colégio presbiteriano XV de novembro, aferimos as aproximações entre as perspectivas calvinistas e da educação liberal e, por último, expomos as Interfaces entre as educações libertadora e liberal no colégio presbiteriano XV de novembro.

Por fim, nas considerações finais, retomamos a questão-problema, visando respondê-la de modo reflexivo, com os olhos fitos nos objetivos da pesquisa até

⁶ Alguns autores que contribuem no diálogo acerca da educação popular: Freire (1967;1987), (Souza, 2009), (Jara, 2020), (Braga, 2012), (Santiago, 2007), Brandão (2002;2006;2008;2022), (Carrillo, 2013), (Pacheco, 2016) e (Streck, 2013).

onde foram alcançados. Sendo, por isso, uma síntese dos resultados obtidos, relevando alguns obstáculos e, ao mesmo tempo, nossas perspectivas para estudos e investigações ulteriores.

2. ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO PENSAMENTO DE JOÃO CALVINO NA GENEBRA DO SÉCULO XVI

Este capítulo se encarrega de expor brevemente o movimento social e religioso já iniciado na Suíça, e logo após descrever os principais aspectos biográficos acerca de João Calvino, principalmente os que o conduzem a ser o reformador de Genebra. Posteriormente, adentramos nos princípios basilares teológicos e sociais do calvinismo. Bem como, no contexto histórico da Genebra do século XVI, a fim de situá-la como o campo prático do pensamento calvinista. João Calvino influencia toda conjuntura política daquela cidade, inclusive ao criar meios de assistência social para aquela população. Nesse sentido, propomos um encontro entre a teologia expressa nas Institutas da religião Cristã e a conduta prática do reformador em Genebra, para assim consolidar a origem do Calvinismo.

2.1 João Calvino: O reformador de Genebra

Sabe-se que a dinâmica e fortalecimento das Reformas do cristianismo no Século XVI tem como referencial o monge agostiniano Martinho Lutero, com a publicação das 95 teses, em 1517. A Reforma Luterana é um referencial primário que tem contextos próprios e implicações políticas, religiosas, econômicas e culturais específicos.

Mas, os historiadores parecem nivelar os movimentos Reformadores ao mesmo patamar. Observando cada movimento, pode-se afirmar que há elementos que podem convergir. Contudo, o que se deu em cada acontecimento partiu de situações diversas e teve sujeitos e intencionalidades diversas, também.

Cabe desmistificar o sentido convencional da reforma ao tratar da pluralidade de Reformas que estão aglutinadas entre si. Assim, destacamos que esses movimentos Reformadores não podem ser explicados apenas pela ótica religiosa, mas faz-se necessário levar em consideração os contextos mais amplos que incluem: as influências históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas.

A Reforma Suíça tem também sua gênese em inquietações ligadas a questionamentos de condutas espirituais e morais dos seus líderes religiosos. As condições sociais que envolvem esses períodos não devem ser ignoradas, visto que os reformadores agem em resposta a um conjunto de necessidades pertinentes

na época. Ou seja, “não é a obra de um homem; pelo contrário, surge espontaneamente dos anseios do povo” (Biéler, 2012, p. 74).

Em busca de atender as efervescências do século XVI na Suíça, emerge em Zurique, o teólogo e militar Ulrico Zwínglio (1484 - 1531), com notável influência de Erasmo de Rotterdam⁷, o que esclarece sua relação com o humanismo. Ele “se recusa a ser chamado Luterano” (Biéler, 2012, p. 77), seguindo um movimento autoral. O meio que utilizava para atacar as injustiças sociais enfrentadas pela população eram seus sermões, o que colaborou para união com os movimentos sociais populares.

Finalmente, por causa dessas tensões na cidade, mas também por causa da crítica crescente do bispo responsável em Constança e até dos outros cantões, o conselho municipal organizou, no dia 29 de janeiro de 1523, um debate público em Zurique a respeito dos sermões de Zwínglio. Ele mesmo preparou-se bem e apresentou a essência da sua teologia nos assim chamados 67 Discursos finais [67 *Schlussreden*] os quais, em julho do mesmo ano, explicou pormenorizadamente. Neles, ele desenvolveu os seus princípios, só a Escritura e só Cristo, contra a doutrina e a prática da igreja tradicional. A respeito da autoridade secular, concedeu a uma autoridade verdadeiramente cristã o direito e o dever de renovar a sociedade cristã e até de intervir nas questões eclesiásticas. A autoridade, que não cumprisse as tarefas, poderia ser destituída. Com os seus argumentos, Zwínglio conseguiu apoio, e o conselho municipal decidiu que ele poderia continuar o seu trabalho na cidade sem limitações. Além disso, também os outros pregadores em Zurique deveriam se orientar pela sua base teológica e observar somente a norma da Bíblia (Mainka, 2001, p.144).

Em 1528, a reforma zwingliana se firma, marcada por conflitos, debates e tensões “ a respeito do ritmo e da extensão das reformas, bem como o controle de atividades de cunho iconoclasta e Antiautoritário” (Lindberg, 2017, p. 263). Com efeito, não foi um processo que se deu de forma pacífica, muitas foram as disputas também políticas. Os “bloqueios econômicos contra cantões católicos que se recusavam a admitir pregadores protestantes aumentaram a tensão entre católicos e protestantes na Confederação Helvética” (Lindberg, 2017, p. 284).

Em resposta, os cantões católicos invadem Zurique com tropas militares bem-preparadas. “após duas batalhas e a morte de Zwínglio, quando combatia com as tropas zuriquenses, é assinada a segunda paz de Cappel, em 20 de novembro

⁷ Erasmo de Rotterdam (1466-1536) foi um teólogo e escritor holandês, o mais aclamado do Humanismo cristão, dedicou toda sua vida à causa da reforma interna da Igreja Católica.

de 1531” (Biéler, 2012, p. 87). O que fixa “ o lema *cuius regio, eius religio* descreveria o princípio: “a religião do regente é a religião do reino” (Lindberg, 2017, p. 284). Após o acontecimento, a reforma suíça não chega a ser aniquilada, mas fica inerte.

Com a morte de Zwinglio, a Reforma de Zurique não acabou. O seu sucessor Henrique Bullinger conseguiu, como Antistes em Zurique, isto é, o superior da comunidade cristã, conservar aquilo que havia sido alcançado até então. Além disso, ele conseguiu, juntamente com João Calvino, estabelecer o vínculo entre Zurique, o centro precursor da Reforma na Suíça, e Genebra, o centro posterior (Mainka, 2001, p. 146).

O breve exposto referente ao movimento social e religioso na suíça, servirá de aporte para compreensão do que aconteceu na história de Genebra e de João Calvino. O entendimento da formação acadêmica e intelectual de Calvino nos auxiliará a conhecer com clareza a base dos seus ensinamentos e da sua influência no mundo ocidental.

No dia 10 de julho de 1509 nasce João Calvino, em uma pequena cidade diocesana chamada Noyon. Um dos cinco filhos do “solicitador da corte eclesiástica, agente oficial da região, secretário do bispo e procurador do capítulo” (Biéler, 2012, p. 112): Gérard Cauvin. Pouco se sabe sobre sua mãe, Jeanne Lefranc que falece aos 5 anos de vida de Calvino.

É bem verdade que João Calvino desde a infância recebeu a mais rebuscada educação de sua época. O seu pai se utilizou da influência do cargo que ocupava na igreja católica para destinar Calvino ao sacerdócio, assim consegue um financiamento dos seus estudos pela catedral de Noyon.

Desfrutando desse privilégio foi estudar em Paris aos 14 anos. “envolvendo-se com estudos gerais no Collège de la Marche e, em seguida, estudos teológicos no Collège de Montaigu, onde Erasmo e Rabelais o haviam precedido e Loyola o sucederia em breve” (Lindberg, 2017, p. 354). Nesse colégio, ele recebe uma rigorosa educação ortodoxa católica, essencialmente inspirada no humanismo. É também em Montaigu “que João Calvino foi iniciado nas doutrinas novas que agitavam a Europa” (Biéler, 2012, p. 113).

Aos 19 anos, em 1528 encerra seu ciclo de estudos filosóficos e logo recebe o título de mestre em artes. Mudando-se de Paris a fim de iniciar novos estudos,

agora em outra área, “Calvino passou a frequentar as famosas escolas de direito de Orleans e Bourges, onde concluiu, em 1532, seu bacharelado em direito” (Lindberg, 2017, p. 355). As amizades que ele faz nessa nova etapa o aproximam ainda mais do humanismo.

Vale destacar que tanto o desejo de ser inicialmente sacerdote e depois advogado se origina através do pai de João Calvino. A primeira mudança do sacerdócio ao direito foi incentivada por razões de discussões entre o pai de Calvino e o Clero de Noyon que passou a acreditar que seguir carreira no direito seria considerado um plano financeiro sólido.

Com a morte do seu pai, ele, finalmente, encontra liberdade para seguir a profissão ao qual tinha afinidade, pois, “podia agora dedicar-se à carreira de sua preferência. O seu pendor natural era para letras clássicas, seguindo a linha humanista da Época” (Ferreira, 1985, p. 43). Então, publica sua primeira obra:

Durante o inverno de 1531-1532, Calvino trabalha na redação do seu primeiro livro, um comentário ao tratado De Clementia [Da Clemência] de Sêneca, que é publicado em 4 de abril de 1532. Esta importante obra de imediato grandeja a Calvino grande autoridade no mundo humanista. Mostra-nos ela, melhor que qualquer outro testemunho, a que ponto o futuro reformador está ainda fielmente ligado, nesta época, ao pensamento em honra entre os humanistas católicos. Em 1532, no entanto, a Reforma havia adquirido lugar importante na França e Calvino não podia ignorar (Biéler, 2012, p. 115).

Observamos que, não há um consenso acerca dos rumos traçados por João Calvino após a publicação da sua primeira obra. O que se sabe é “que ele retorna à universidade de Orleães até 1533, que passa algum período em Noyon, depois se encontra em Paris” (Biéler, 2012, p. 119). Outro fato que não se determina com exatidão é a data em que Calvino se converte, alguns “ estudiosos declaram ter acontecido em algum momento entre os anos de 1533–4” (Lindberg, 2017, p.356).

Portanto, duas principais situações nos auxiliam para confirmação da “subtaneidade da sua conversão, termo escolhido pelo próprio Calvino” (Hall, 2019, p. 43) entre os anos anteriormente citados. Primeiro, acontece uma polêmica, quando seu amigo Nicolas Cop, em 1533, declara sua Fé pública diante de toda universidade.

Calvino foi o “suspeito de haver inspirado o discurso do seu amigo” (Biéler, 2012, p. 120). Apenas no ano seguinte, a “conversão de Calvino foi atestada publicamente por seu retorno a Noyon, em maio de 1534, para abrir mão dos benefícios eclesiásticos que detinha desde os doze anos de idade” (Lindberg, 2017, p. 357).

Nicolas Cop é perseguido em razão do seu discurso reformista e conseqüentemente Calvino também, todavia consegue escapar e se refugia em Angoulême e “aproveitando a excelente biblioteca de seu hospedeiro, começa a redação de suas Institutas” (Biéler, 2012, p. 120).

Daí então, volta a Paris e se envolve com alguns protestantes, no entanto, sofre perseguição e decide fugir para Estrasburgo e logo após para Basileia, onde “termina de redigir a sua obra prima, as Institutas” (Arruda, 2006, p. 29). Calvino ao chegar em Basileia anseia pelo anonimato e vida tranquila, mas diante da crescente perseguição aos protestantes não consegue ficar estático.

O primeiro ato público do reformador religioso é um ato político e de importância social muito grande. À testa de sua obra teológica, endereçada, em termos respeitosos, mas firmes ao rei Francisco I no claro intento de fazê-lo entender que aqueles a quem sua majestade chama de abomináveis sediciosos outra coisa não são senão autênticos crentes, fiéis às ordens de Deus e ensino social do evangelho. Esta carta datada de 23 de agosto de 1535 prefacia as Institutas, ela própria concebida como uma apresentação da fé esposada pelos novos cristãos às autoridades e à opinião pública (Biéler, 2012, p. 123).

Com as Institutas da religião cristã, “Calvino, no entanto, deu à ética social e política da reforma a reformulação mais sistemática” (Biéler, 2012, p. 123). Seus empreendimentos teológicos se voltaram em grande parte para o entendimento das relações entre o governo civil e a igreja. O Historiador Carter Lindberg (2017) faz um comentário sobre as origens e conteúdo da obra prima de Calvino:

A intenção original de Calvino era que a obra servisse de catecismo evangélico para a educação e reforma das igrejas, porém, o Reformador ganhou rapidamente renome internacional com o trabalho. A forma catequética da obra não é acidental: antes de começar sua primeira edição, Calvino estava familiarizado com o Pequeno Catecismo de Lutero. [...] Análoga ao catecismo de Lutero, a primeira edição das Institutas consistia em seis capítulos sobre lei, credo, oração do Pai Nosso, sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor, argumentos contra sacramentos católicos ainda

praticados e uma discussão sobre liberdade cristã (Lindberg, 2017, p.359).

Salientamos que sua estadia em Basileia é frutífera, ele entra em contato com “Henri Bullinger, o sucessor de Zwínglio, em Zurique, e Farel (a quem talvez conhecesse antes)” (Biéler, 2012, p. 131). Nessa época, por interesses políticos as perseguições se tornam menos arriscadas; logo Calvino aproveita o ensejo para ir a Paris resolver questões familiares e encontrar seus irmãos. Rapidamente segue para Estrasburgo, onde tinha intenção de residir. Mas, “ durante o trajeto, foi forçado, por causa do movimento de tropas imperiais, a viajar via Genebra — um dos desvios mais impressionantes da história” (Lindberg, 2017, p. 360).

Logo após essa vagueação, que contemplou um breve histórico das reformas protestantes, com destaque para a Reforma Suíça já iniciada com Zwínglio, junto à biografia formativa de João Calvino que o aponta como um humanista convicto. Poderemos então, tratar Genebra como um campo de ação da teologia calvinista.

O pensamento teológico e social de João Calvino se apresenta como diferencial quando posto em comparação com outras teologias reformadas da época. “sua moral pessoal e social está toda impregnada desta energia espiritual que o conduz à vanguarda da ação” (Biéler, 2012, p. 622). Portanto, “o calvinismo coloca sua marca na igreja e fora dela, sobre cada departamento da vida humana” (Kuyper, 2019, p. 31). Englobando a totalidade da existência, é uma teologia para a vida.

Vale destacar que antes da chegada de João Calvino em Genebra, a reforma social e religiosa já tinha sido adotada pelos conselhos da cidade. Todavia, a população parecia desinteressada em viver segundo os preceitos da nova fé. “E como a igreja antiga partilhava com os magistrados do exercício do poder temporal, não é a vida eclesiástica somente que deveria ser organizada, pelo contrário, a própria cidade em seu todo” (Biéler, 2012, p.132). Assim,

Quando Calvino chegou a Genebra com a idade “madura” de 27 anos, Farel e seus colegas tentavam implementar o mandato recente de Reforma. O clero católico havia sido expulso, mas uma nova estrutura protestante ainda estava por ser criada; era esse o motivo pelo qual, segundo Farel acreditava, Calvino havia sido divinamente enviado a Genebra (Lindberg, 2017, p. 363).

João Calvino foi coagido por Guilherme Farel a permanecer em Genebra que recorre à “invocação de maldições sobre os planos de Calvino com relação a uma vida de atividades acadêmicas tranquilas” (Hall, 2019, p. 44). Atemorizado, decide permanecer na cidade e, então, inicia seu primeiro ministério. “Farel, por um ato de livre vontade, após ter sido o ativo iniciador da revolução religiosa genebriana, se faz o auxiliar do reformador, que ligará indelevelmente seu nome a Genebra” (Biéler, 2012, p. 107).

Nesse primeiro momento, os esforços de João Calvino para iniciar uma reforma são frustrados e para além disso, o levam a ser expulso de Genebra. A rigidez doutrinária proposta não foi vista com bons olhos pela população e o estado também sentiu sua autoridade ameaçada.

Em 1538, as autoridades civis eleitas colocaram-se contra Farel e Calvino, restringindo suas ações apenas a assuntos religiosos, todavia, o estado poderia intervir em assuntos eclesiásticos. O estopim da expulsão foi um escândalo protagonizado por Calvino e Farel ao ignorarem publicamente as ordens do estado. Um decreto os obrigava a deixar a cidade em três dias.

Guilherme Farel se direciona a Neuchâtel, e João Calvino finalmente consegue chegar ao seu sonhado destino, Estrasburgo. “Calvino passou três dos anos mais felizes de sua vida (1538–41) na cidade como professor universitário e pastor de uma congregação de refugiados franceses” (Lindberg, 2012, p. 365), onde também se casou com Idelette de Bure. Juntos tiveram 3 filhos, que morrem ainda na infância.

Em Estrasburgo, Calvino tem muitos dos seus pensamentos teológicos influenciados por Martin Bucer, o reformador daquela cidade, dele “Calvino aprendeu, na teoria e na prática, como integrar a vida civil e religiosa por meio dos ofícios eclesiásticos de doutor, mestre, pastor, presbítero leigo e diácono leigo. (Lindberg, 2012, p. 368). E “ também aprendeu com o humanista Jean Sturm (1507–89), cujos esforços educacionais fizeram de Estrasburgo um dos maiores centros educacionais da Europa” (Lindberg, 2012, p. 369).

Acreditamos que o curto e contente exílio em Estrasburgo tenha sido uma escola para João Calvino. Visto que, novamente, ele seria conduzido a Genebra. Sendo “um excelente exemplo histórico de um líder que se levantou, depois caiu,

mas recuperou-se de suas derrotas e aprendeu a usar o tempo da melhor forma possível” (Hall, 2019, p. 48).

Depois que Calvino e Farel deixam Genebra a desordem começa a reinar. A solução que o governo encontra é implorar o retorno de João Calvino. Ademais, “a mudança de Genebra para o pilar protestante não ocorreu com facilidade, rapidez ou sem repetidas acusações contra os reformadores” (Hall, 2019, p. 47). Agora, nossa intenção se voltará para compreensão do sucesso dessa reforma ampla em Genebra, por vezes citada como revolução.

2.2 Pensamento teológico e social do calvinismo: princípios inspiradores

Destacamos que Calvino carregava consigo fortes preocupações de natureza política e social, ou seja, no campo da ética cristã. Os princípios teológicos defendidos por esse reformador nos conduzem à ação. Tanto, que em seu retorno a essa cidade recebe o cargo de pastor da antiga catedral de São Pedro. É bem verdade que, “suas reformas começam na igreja e, somente depois, se disseminam para fora dela” (Hall, 2019, p. 50).

Uma das primeiras exigências de Calvino era que o estado não deveria interferir nas coisas da igreja. Tendo estudado direito, sabia da importância de solicitar uma constituição escrita que se encarregava de “ordenar toda a vida eclesiástica e social, fala de início, do governo da igreja, que abrange quatro ministérios: pastores, mestres, anciãos e diáconos” (Biéler, 2012, p. 151). Podemos observar o interesse de Calvino pela totalidade existencial, concebendo não apenas o lado espiritual, mas abrangendo dimensões sociais e individuais dos sujeitos.

Nesse ponto, contemplamos um dos fundamentos do Calvinismo. A integralidade humana. Que pode ser observado a partir da menção que Calvino faz acerca do apóstolo Paulo, em suas institutas:

Importa agora ver o que Paulo compreende especialmente sob esta renovação. Põe ele, em primeiro lugar, conhecimento; em segundo, sincera retidão e santidade. Do quê concluímos que, de início, a imagem de Deus foi conspícua na luz da mente, na retidão do coração e na saúde de todas as partes do ser humano. Ora, embora admita serem formas de expressão sinedóquicas, o todo tomado pelas partes, não se pode, entretanto, anular este princípio: o que é primordial na renovação da imagem de Deus também teve lugar supremo na própria criação (Calvino, 2015, p. 188).

João Calvino tem uma visão holística do ser humano, apesar de não o colocar no centro de todas as coisas, reconhece sua dignidade e valor como criação de Deus. O sujeito só terá conhecimento de si, se conhecer a Deus. Portanto, a sua natureza pecaminosa, o limita e deprava. Segundo, Calvino:

Estes são deveras os “frutos do pecado” (Gálatas 5. 19-21). Essa calamidade recaiu não só sobre o próprio Adão, mas também vicejou em nós, que somos sua semente e progênie. Consequentemente, todos nós que nascemos de Adão somos corruptos e carentes de todo bem. Eis um coração especialmente inclinado a todas as sortes de todo mal, saturado de desejos depravados, afeito a eles e obstinado para com Deus (Calvino, 2018, 54-55).

Com o pecado original, proveniente de Adão do qual toda humanidade constitui-se herdeira, faz-se necessária uma reconciliação com Deus através do arrependimento. “Portanto, interpreto o arrependimento com uma palavra: regeneração, cujo objetivo não é outro senão que em nós seja restaurada a imagem de Deus” (Calvino, 2015, p. 77). O que só é possível por meio da pessoa de Jesus Cristo, ao qual Calvino denomina de Segundo Adão:

A imagem de Deus não foi nele aniquilada e apagada de todo, todavia foi corrompida a tal ponto que, qualquer coisa que lhe reste, não passa de horrenda deformidade. E por isso o começo da recuperação da salvação o temos nesta restauração que conseguimos através de Cristo, o qual, por esta causa, é também chamado segundo Adão (Calvino, 2015, p. 190).

Podemos observar que João Calvino trata o ser humano como deprimido pelo pecado, no qual necessita se arrepender para então se regenerar. Vale salientar, que esse processo não aconteceria por méritos próprios “não podemos quitar nossa dívida. Pois a culpa que nos obriga é nossa” (Calvino, 2018, p.55). Mas somente em graça através do sacrifício do segundo Adão, Jesus Cristo. Dessa forma se estabelece a relação harmônica entre o ser humano e Deus.

Existe um certo consenso no âmbito teológico que a centralidade da doutrina calvinista seria o dogma da predestinação, ou seja, essa doutrina consiste na crença que Deus determina uns para salvação e outros para condenação eterna. Portanto, ao nos debruçarmos sobre as Institutas da Religião cristã, encontramos na soberania de Deus maior ênfase. Para, Calvino:

Portanto, as exortações cristãs à paciência são desta natureza: seja a pobreza, seja o exílio, seja a prisão, seja o vilipêndio, seja a doença, seja a perda de entes queridos, ou seja, qualquer outra

coisa semelhante que porventura nos faça sofrer, é preciso pensar que nada dessas adversidades acontece senão pelo arbítrio e providência de Deus; aliás, que ele nada faz que não seja por determinação justíssima (Calvino, 2015, p. 182).

A existência de um Deus que é soberano, implica afirmar que Ele governa, sustenta e dirige sobre todas as coisas criadas. Reconhecer o senhorio de Cristo para Calvino, suscita que devemos “viver com toda justiça, segundo o exige a convivência dos homens durante todo o tempo que vivermos entre eles, instruir-nos numa justiça social, fomentar a harmonia mútua, manter e conservar a paz e tranquilidade comuns” (Calvino, 2015, p. 453). Nessa citação, encontramos a motivação de Deus ao criar os sujeitos.

Em outras palavras, a cosmovisão calvinista ensina-nos a viver em completude, para Glória de Deus. O reconhecimento de Cristo como rei do universo, requer do cristão um modo de vida, ou seja, uma prática piedosa sobre todas as áreas que venha a atuar. Torna-se interessante perceber a tamanha responsabilidade cristã nesse chamamento para promoção do bem social.

De acordo com João Calvino, a redenção da humanidade caída acontece pelo perdão dos pecados concedido através do sacrifício de Cristo Jesus em sua crucificação, o que gera uma união mística com Deus. Contudo, a humanização do ser humano também ocorre a partir da união com o seu próximo. É bem verdade que a verticalidade no encontro com Deus e a horizontalidade no encontro para com o semelhante compõem igualmente a teologia social do reformador.

Calvino nos chama a atenção para permanente necessidade de restauração da imagem de Deus no ser humano. Mesmo que não aconteça a reconciliação ela não é completamente aniquilada, ou seja, mesmo que o ser humano não tenha se reconciliado com Deus ele possui essa imagem comunicada, em sua forma corrompida.

A base do pensamento Calvinista se desenvolve da seguinte forma: 1 – Nossa relação com Deus; 2 – Nossa relação com o próximo; 3 – Nossa relação com o mundo (Kuyper, 2019). Essa completa harmonia e comunhão somente torna-se possível a partir da observação da imagem de Deus no ser humano. Aqui encontramos a gênese da ética calvinista. Se nosso próximo carrega a imagem de

Deus (*Imago Dei*), toda forma de abuso para com o outro seria cometida contra o próprio Deus.

Portando, a relação de serviço para com o próximo constitui-se como responsabilidade do cristão e da igreja. Fica muito evidente nas Institutas de Calvino o incentivo para amar ao próximo, sem limitações:

Com efeito, para que não desanimemos em fazer o bem [Gl 6.9], o que de outra forma necessariamente haveria de acontecer imediatamente, convém adicionar esse outro ponto que o Apóstolo menciona: que a caridade é paciente, não se irrita [1Co 13.4,5]. O Senhor preceitua que se deve fazer o bem a todos em geral, os quais em grande parte são muitíssimos indignos, se forem estimados em seu próprio mérito. Mas aqui a Escritura nos apresenta uma excelente razão, quando ensina que não se deve atentar para o que os homens mereçam em si próprios, pelo contrário, deve-se levar em conta a imagem de Deus em todos, à qual devemos toda honra e amor. Entretanto, essa mesma imagem deve ser mais diligentemente observada nos domésticos da fé [Gl 6.10], até onde foi ela renovada e restaurada pelo Espírito de Cristo (Calvino, 2015, p. 167).

Ao chegar em Genebra, Calvino tenta lançar as bases da coesão social, ele “observou um relacionamento harmonioso entre igreja e estado” (Hall, 2019, p. 47). O exercício pleno dos deveres dessas duas instituições significava o estabelecimento do Reino de Deus. Conseqüentemente, se a solidariedade e os bens não estavam sendo comunicados entre os invisibilizados, a igreja estava falhando. Logo, ela deve ser:

O fermento regenerador da vida social, política e econômica. E se a Igreja é morta, [...] se sua presença não imprime a sociedade total o impulso de sua própria e constante regeneração pela Palavra de Deus, então, ela mesma participa na propagação da desordem social (Biéler, 1970, p. 26).

Vislumbramos a reponsabilidade da igreja para com os pobres, sendo um meio para alcançar as pessoas e melhorar suas relações. Todavia, assim com os seres humanos, a igreja se corrompe pelo pecado e não consegue por si só uma restauração integral da sociedade. O estado, de igual modo também sofre corrupção, por isso, não deve atuar sob a igreja.

Nesse sentido, a solução seria uma clara definição dos papéis. A igreja atua na restauração da sociedade por meio da sua missão profética de denúncia à corrupção. Dessa forma, atua na constante vigilância do estado, advogando os oprimidos. E o estado, mantém a ordem política servindo a Deus e ao povo.

Calvino, claramente combate a indiferença política da igreja e dos seus atuantes, os cristãos. Ele defende a missão política da igreja, não a reduzindo aos cuidados com a espiritualidade. A população foi inteiramente obrigada a seguir os preceitos da religião, sendo levados à disciplina. " [O consistório] tentava realmente auxiliar todos nessa cidade-Estado a viver o tipo de vida que Deus intencionava para todos" (Kingdon, 1994, p. 34). Uma das maiores polêmicas foi a execução de Miguel de Servet⁸.

Em suma, o reformador francês atribui as causas dos problemas e desequilíbrios sociais ao pecado, ao homem caído, apresentando um Cristo que é soberano, senhor sobre todo o universo, e a igreja com dever político de assistência social. A restauração da sociedade deve começar pela igreja que conta com três ministérios: O didático, ligado ao ensino e instrução acerca do trabalho, algo extremamente valorizado por Calvino. O político, se servindo da proteção do estado e, por último, o social, que propunha a defesa dos pobres na denúncia da opressão. Esse era o ministério do cuidado com os necessitados, sendo de responsabilidade dos diáconos.

Duas serão as modalidades de diáconos, dos quais uns servirão à Igreja na administração das coisas relativas aos pobres; outros, cuidando dos próprios pobres. Mas, ainda que o próprio termo diakonia tenha sentido mais amplo, contudo, a Escritura denomina especialmente diáconos aos que são constituídos pela Igreja para distribuir esmolas e cuidar dos pobres, como seus procuradores (Calvino, 2015, p. 71).

Destacamos que, o próprio João Calvino se envolvia na intercessão pelos pobres e operários, requerendo para eles salários mais justos. Sua pregação era "por vezes, direta, confrontadora e "politicamente abalizada" (Hall, 2019, p. 52).

Tudo quanto a Igreja possui, seja em propriedade, seja em dinheiro, é patrimônio dos pobres. E assim frequentemente ali é entoada esta cantilena aos bispos e diáconos: que se lembrem que estão a manejar não valores próprios, mas os destinados à necessidade dos pobres (Calvino, 2015, p. 82).

Identificamos anseios sociais não apenas na teoria, que equivale à teologia calvinista, mas também nas práticas em Genebra para uma vida harmoniosa na sociedade. Todavia, é inegável que "Calvino e o calvinismo de origem contribuíram,

⁸ Miguel de Servet sofre condenação pelos católicos e protestantes por heresia. Foi preso em Genebra e queimado na fogueira como herege por imposição do conselho da cidade.

certamente, para tornar muito mais fáceis, no seio das populações reformadas, o desenvolvimento da vida econômica e o surto do capitalismo nascente" (Bielér, 2012, p. 619). Apesar disso, estabelece limites no adquirir e utilizar riquezas.

Apesar do aumento do comércio, entretanto, a história da liderança de Calvino e do impacto na região não foi essencialmente econômica. A tradução da fé reformada na prática é testemunhada pela criação de estruturas sociais reveladoras que emergem da liderança de Farel e Calvino. Um hospital foi inaugurado em 1535, e um fundo para refugiados franceses (fundo Frances) foi estabelecido pelos diáconos da igreja em 1541. A academia de Calvino foi fundada em 1558. Por fim, milhares de refugiados (principalmente franceses, ingleses e italianos) vieram para Genebra em busca de abrigo; e muitos, mais adiante, retornaram para seus países de origem com novas ideias a respeito do relacionamento dos cidadãos com o governo (Hall, 2019, p. 49).

O Calvinismo parte para o campo de batalha, destacamos a educação como um meio de acesso grandioso ao conhecimento, promovendo possibilidades para o erguimento de toda população, desenvolvendo e cuidando das pessoas. "por meio da Academia, ele, mais adiante, obteve êxito na educação em massa" (Hall, 2019, p. 53). Os métodos de ensino eram humanistas. Calvino concebe a educação como meio de auxílio ao outro, algo que parece muito compatível com sua teologia social e seu humanismo, isto se levarmos em consideração que a educação, as ciências e a valorização cultural eram tidas como manifestação da graça de Deus.

A partir desses breves indícios até o momento apresentados, podemos perceber o calvinismo como uma cosmovisão, não restritiva à religião. Abarca, portanto, a totalidade e busca invadir todos os setores da vida social com a força do cristianismo. Trata-se de um engano pensar que João Calvino estabeleceu os 5 pontos do calvinismo⁹. Estes foram determinados pelo sínodo de Dort¹⁰, 54 anos após sua morte.

⁹ depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível e perseverança dos santos.

¹⁰ Sínodo internacional que aconteceu na Holanda, de 1618 a 1619. Quem o solicitou foi a igreja reformada da Holanda, a fim de estabelecer pontos doutrinários calvinistas, perante o crescente arminianismo. Essa corrente teológica iniciada por Jacobus Arminius (1560-1609) defende contrapontos ao calvinismo, principalmente, nos termos da salvação, estabelecendo uma cooperação entre Deus e o Ser Humano. Após a morte do seu precursor, essa doutrina também foi resumida em 5 pontos: vontade livre, eleição condicional, expiação universal, a graça pode ser impelida e o homem pode cair da graça. Torna-se interessante perceber que, esse impasse teológico entre os calvinistas e arminianos permanece até os dias atuais no contexto protestante.

Concisamente, os princípios que guiam o pensamento teológico e social do calvinismo se pautam nas dimensões sociais e individuais dos sujeitos, isto é, na integralidade humana. João Calvino concebe uma visão integral, além disso defende a dignidade e o valor humano como criação de Deus. Mesmo que, as institutas da religião cristã ressaltem sua natureza pecaminosa e aponte o pecado como gerador de todo desequilíbrio social.

Por conseguinte, sua teologia busca constantemente o estabelecimento de relações harmônicas, primariamente entre Deus e os humanos. E como efeito dessa união mística, desabrocha o reconhecimento da soberania de Deus e seu pleno governo sobre todas as coisas. Nesse sentido, o cristão é designado a viver para a Glória de Deus, melhor dizendo, tem a responsabilidade de promover justiça social. Calvino, instrui que a humanização do ser humano ocorre também a partir da união com o seu semelhante.

A bem da verdade, dentre alguns pontos que singularizam a doutrina calvinista, encontramos ênfase teológica não somente na verticalidade, que ocorre no encontro do sujeito para com Deus. Como também, na horizontalidade, que corresponde a união para com o próximo. Outro destaque, é que o calvinismo, “ele tem honrado não apenas o homem por causa da sua semelhança à imagem de divina, mas também o mundo como criação divina” (Kuyper, 2019, p. 38). Esse seria o princípio da graça comum, que se comunica sem distinção a toda humanidade.

A preocupação com o cuidado das pessoas era uma demonstração prática de Calvino acerca da visão que conservava do ser humano: “medidas de ordem econômica são tomadas imediatamente contra o monopólio e a especulação para colocar os produtos básicos da alimentação ao alcance de todas as bolsas” (Biéler, 2012, p. 209-210). A criação de uma escola e a reeducação profissional dos empobrecidos significaram uma alternativa não material, para que pudessem viver em melhores condições.

João Calvino parece não ter tido intuito de ser um político; ele era teólogo. Como destacado anteriormente, sua teologia envolve toda sociedade considerada como o centro da criação divina. Portanto, para alguém que almejava a transformação da sociedade era imprescindível que pautas políticas estivessem intrínsecas aos seus ensinamentos.

Sabemos que antes da reforma em Genebra havia uma certa precariedade acerca da assistência social para população, mas, a igreja dirigida por Calvino acabou assumindo as práticas de ação social da cidade, criando artifícios e aprimorando as formas de amparo. Observamos que o reformador de Genebra tinha forte influência sob o estado, conquanto, isso não significou uma negligência social de sua parte; pelo contrário, foi atuante. Tanto que,

Os diáconos visitavam as casas para verificar as necessidades. Cerca de 5% da população de Genebra recebeu ajuda financeira, quase sempre por pouco tempo. Os diáconos, pensando com uma mentalidade empresarial, às vezes usavam os recursos da igreja para comprar ferramentas, matéria-prima ou pagar o aluguel inicial de uma loja. Os refugiados que eram artesãos podiam trabalhar. (Wilson, 2011, p.90-91).

Muitas são as colaborações de Calvino acerca da ajuda mútua. Esse processo se estabeleceu a partir do trabalho, aqui a atividade laboral leiga ganha um significado de dignidade¹¹. Visto que, todo ofício deveria ser realizado para a glória de Deus, como participação na sua obra. Desse modo, ele pregava a consciência do bem comum, em outras palavras, os benefícios do trabalho serão de toda sociedade. Nesse sentido, também há um incentivo para uma cultura do desempenho¹², onde a disciplina e o mérito individual garantiriam o sucesso profissional.

Dessa forma, todos os membros da cidade eram chamados a integrar e contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade harmoniosa e justa.¹³ Os que possuíam mais recursos eram encorajados a dividir com os menos favorecidos. Essas são as marcas de um incentivo à solidariedade econômica dos seres

¹¹ O sociólogo Max Weber desenvolveu pesquisas acerca da relação entre a ética protestante e o espírito capitalista (1904), enfatizando a Reforma Calvinista como um dos elementos que favorece e não necessariamente origina o capitalismo. Isto, defendendo que o calvinismo legitima a busca por lucros e dignifica o trabalho, elevando-o à vocação divina. Para Weber, esse subsídios ajudaram a desenvolver um capitalismo moderno, ou seja, mais avançado que os anteriores. Já que, a partir desse momento histórico forças produtivas foram liberadas e, conseqüentemente, o desenvolvimento do capitalismo destravado.

¹² Podemos afirmar que João Calvino apesar de pensar formas de assistência aos menos favorecidos, não considerava as desigualdades sociais, ou seja, para ele todos(as) a partir dos seus próprios esforços e méritos poderiam alcançar a ascensão social, bastava trabalhar arduamente.

¹³ A partir da observação dos escritos de Calvino, expressos nas institutas da religião cristã, considerações podem ser feitas. Embora, aspectos que produzem riqueza ou pobreza na sociedade não são aprofundados. Vale desmistificar também a crença de que riquezas confirmam a eleição e a pobreza seria marca de maldição. O papel da riqueza para João Calvino era ser útil no socorro dos empobrecidos.

humanos, algo também acentuado na sua obra magna, as institutas da religião cristã.

João Calvino não ocupou cargos no governo, mas idealizou transformações sociais a partir de quem ele era e do que possuía em suas mãos. Suas ações encorajavam a cidadania, visto que, o ser humano já não era mais visto simploriamente como um indivíduo, mas integrante transformador da sociedade. A cidadania se liga aos direitos e bens do cidadão. Portanto, para uma sociedade mais justa, João Calvino cuidou da educação, saúde, dos meios para ofertar trabalho e combater a exploração. Não obstante, se empenhou ativamente na promoção de assistência social, visando o amparo dos refugiados e empobrecidos da sociedade.

De acordo com Abraham Kuyper (2019), a diferença marcante do luteranismo para o calvinismo é que, o primeiro se restringe à escatologia¹⁴ e teologia, enquanto o segundo influência não apenas a igreja, mas sociedade e setores da vida humana.

O fundamento da ética social calvinista se centraliza na imagem de Deus (*Imago Dei*), comunicada às pessoas. Martinho Lutero, concebia uma visão totalmente negativa da imagem de Deus na pessoa humana. Para ele, essa imagem tinha sido completamente anulada pelo pecado original. João Calvino, tinha um ponto de vista diferente, ao defender que a Imagem de Deus nos seres humanos havia sido manchada pelo pecado, mas não eliminada.

Essa concepção doutrinária de Calvino faz muita diferença no que tange à dignidade humana e crença nas suas muitas potencialidades. Visto que, se todos carregam a imagem de Deus em si, os abusos cometidos ao semelhante seriam considerados contra o próprio Deus. Esse princípio calvinista aguça o profundo amor ao próximo, sem distinções e limitações. O outro merece honra, respeito, justiça e uma vida com dignidade e paridade com os demais.

Nesse primeiro momento nossa intenção se voltou para destacar alguns pontos da teologia social do calvinismo, portanto, achamos importante lembrar que,

¹⁴ Capítulo da teologia que aborda o destino do ser humano e do mundo, contemplando as razões fundantes do viver e agir cristãos, da vida pós-morte e do alvo final do cosmos: cristificação do universo.

muito há além do exposto. As institutas da religião cristã, entre outros escritos deixados pelo reformador são amplamente abrangentes, inclusive, no que se refere ao chamado para uma relação de horizontalidade e solidariedade para com o outro.

2.3 A Genebra Calvinista: República, teocracia ou bibliocracia?

A bem da verdade, rememoramos que os movimentos reformadores não podem ser decifrados meramente como anseios de modificação religiosa. E esse princípio se aclara quando nos reportamos à Reforma em Genebra. Naquele contexto existiram “inferências recíprocas entre os movimentos de emancipação religiosa que agitaram Genebra e os impulsos de uma renovação política e social” (Biéler, 2012, p. 108). Aliás, “A Reforma da cidade de Genebra e sua emancipação política estavam intimamente relacionadas” (Lindberg, 2017, p. 362).

À vista disso, nos compete atentar para conjuntura política de Genebra precedente e a partir da chegada de João calvino. A compreensão desses cenários é imprescindível para mapear as possíveis correlações entre a igreja e o estado naquela sociedade. Bem como, entender a conduta prática do pensamento calvinista, se libertador ou conivente com o sistema político de seu tempo.

O historiador Carter Lindberg (2017) relata que a luta de Genebra pela independência da casa de Savóia ¹⁵culmina ainda no início do século XVI. Aquele era o poder dominante que se estendia da França até a Itália e se localizava ao sul de Genebra. Portanto, “A implantação da Reforma em Genebra ocorreu no contexto de uma rebelião contra os dominadores católicos da Casa de Savóia e a simultânea aproximação do cantão protestante de Berna também teve uma forte conotação política” (Marques, 2023, p. 9).

A título de compreensão, cabe-nos enfatizar inicialmente como se organizavam as funções governamentais da época: elas se centralizam “nas mãos de três autoridades: o bispo, o magistrado e os burgueses. Ora, o bispo, chefe espiritual da igreja é, ao mesmo tempo, “o príncipe de Genebra”. É ele

¹⁵ Trata-se de uma das mais antigas famílias nobres europeias, presentes desde o século X no território do Reino da Borgonha (atualmente se localiza no sul-sudeste da França), onde fundaram um condado no século XI que passou a ducado no século XV.

teoricamente, o soberano da cidade” (Biéler, 2012, p. 89). Esse príncipe-bispo era um representante do Duque de Savóia. Assim sendo,

O magistrado é incumbido da defesa da cidade, da guarda e da execução dos prisioneiros, dispõe ele do direito de justiça restrito. Os conselhos são encarregados das questões criminais importantes concernentes aos leigos; têm a missão de velar pelo abastecimento da cidade, de gerir-lhes as finanças, de nela manter a boa ordem durante a noite por meio da polícia, de manter suas fortificações e de salvaguardar os direitos garantidos pelas “franquias” (Biéler, 2012, p. 89).

Torna-se interessante perceber que, nesse contexto, os burgueses tinham representatividade. Por isso, recebem o direito de eleger um pequeno conselho, que defenderia seus interesses diante do conselho geral, essas seriam as franquias. Destacamos aqui, o expressivo comércio dessa cidade, essa era a principal motivação para que a Casa de Savóia quisesse manter sua supremacia em Genebra.

Porém, outros interessados em estabelecer relações surgem, “Ao norte de Genebra estavam os cantões suíços de Friburgo e Berna — católico e protestante, respectivamente — ambos os quais, por razões políticas, queriam atraí-la a uma aliança helvética” (Lindberg, 2017, p. 362). Então, “Genebra assina com Berna e Friburgo um tratado de comburguesia (1477) que estabelece laços políticos, militares e comerciais entre as cidades” (Biéler, 2012, p. 90). Instituiu uma união Helvética.

Certamente, a Saboia não fica satisfeita com os novos laços políticos e luta para que a cidade venha a ser novamente privada de sua liberdade. Os “Cidadãos de Genebra que apoiavam a Confederação Helvética eram chamados de Eidgenosse (Eid = juramento; Genosse = membro)” (Lindberg, 2017, p. 362). Vale salientar, que também haviam os apoiadores de Saboia: as famílias nobres, os cavalheiros, elesiásticos e os cônegos.

De acordo com André Biéler (2012), os Eidgenosse era um povo mais diversificado, sem muitas regalias e em sua maioria comerciantes e mercadores que almejavam se livrar das abusivas fiscalizações feudais e eclesiásticas. Efetivamente, eles aspiravam por liberdade. Contemplamos que não se tratava apenas de uma inquietude política era, sobretudo, um enfretamento de ordem social.

O duque de Savoia, Carlos III, continuamente ameaçava Genebra. Ele tinha consciente que já não adiantavam negociações amigáveis. A repulsa daquele povo era notória e as vantagens financeiras e territoriais jamais poderiam ser reestabelecidas sem guerra. E assim procede, ele guerreia de variadas formas e “crendo ganha a partida, deixa Genebra; jamais retornará, nem ele, nem sua família” (Biéler, 2012, p. 92). Desse modo,

No dia 8 de fevereiro de 1526, de fato, os Eidguenotes acabam por triunfar sobre os partidários da Saboia; nessa data, novo tratado de comburguesia é assinado entre Berna, Friburgo e Genebra. Após essa relutante derrota do duque, o versátil Bispo Pierre de la Beaume, querendo conciliar para si os favores dos cidadãos, concede aos sindicatos a jurisdição civil que lhe pertencia e requer que seja incluído na aliança. Berna e Friburgo recusam o pedido, mas os sindicatos rêm sua nova jurisdição (Biéler, 2012, p. 92).

Á vista disso, por meio dessa abnegação de direitos por parte do bispo, os conselhos começam espontaneamente a governar em seu lugar. Conseqüentemente, é constituído o Conselho dos Duzentos de Genebra. Lindberg (2017) diz que,

O conselho era composto por duzentos membros. Funções executivas eram exercidas pelo Conselho Menor, o qual consistia em 25 membros, dezesseis dos quais eram nomeados pelo Conselho dos Duzentos e por outros (quatro síndicos, o tesoureiro da cidade e quatro membros do Conselho Menor do ano anterior), eleitos anualmente pelo Conselho Geral de cidadãos (Lindberg, 2017, p. 262 – 263).

Savoia, descontente com sua derrota opta por empreender uma nova batalha contra Genebra, assim, ataca a cidade depois de 4 anos, em 1530. Mas, suas aliadas Berna e Friburgo a protegem. No ano de “1533, Berna evangelizou Genebra energeticamente, levando-a à causa protestante” (Lindberg, 2017, p. 363). Ou seja, “Genebra aderiu ao protestantismo, apoiada por Berna, que enviou Guillaume Farel para conduzir a reforma religiosa genebrina” (Souza, 2021, p. 75). Apesar disso, Berna não consegue exercer domínio sobre Genebra.

Em maio de 1536, uma assembleia geral de cidadãos ratificou medidas de reforma e afirmou seu desejo de “viver de acordo com o evangelho e a Palavra de Deus”. Berna defendera e liberara Genebra de Savoia, mas mesmo assim a cidade resistiu às tentativas bernenses de exercer autoridade em lugar do príncipe-bispo e da Casa de Savoia. A soberania genebrina foi reconhecida formalmente por Berna em agosto de 1536, embora o cantão tenha

continuado a ser um poder ao qual Genebra devia respeitar (Lindberg, 2017, p. 363).

Evidenciamos que um grupo formado pelos cidadãos decide que a partir daquele momento, viveriam de acordo com as normas do evangelho e segundo a palavra de Deus. No contexto da sociedade genebrina, a religião tornou-se um princípio elementar constituinte. Dessa premissa, germina a incansável busca dos valores do evangelho na vida individual e coletiva. Desse modo, toda população deveria seguir rigorosamente o ideal cristão, caso contrário, sofreria punições.

No dia 16 de abril de 1535, a pedido de Farel, já haviam sido proibidas as danças de rua. Após a eleição popular de novos conselhos (6 de fevereiro de 1536) que leva ao poder os elementos mais arrebatados em favor da reforma, presentes em Genebra as tropas bernenses, são tomadas imediatamente novas medidas para pôr ordem na vida social e moral. No dia 28 de junho de 1536, o conselho dos duzentos adota a regulamentação das tavernas que servirá de base a todas que se hão de seguir. Proíbe o blasfemar do nome de Deus, o jogo de cartas ou de dados, o servir bebidas durante o horário do sermão, ou a noite, após as nove horas, a venda de pão ou de vinho por preço superior ao estipulado. No dia 7 de março de 1536, são expulsas as meretrizes. Mais tarde, a 13 de junho seguinte, o conselho proíbe observar as outras festas, com exceção do domingo; logo após, em 16 de junho, prescreve a todos os habitantes da cidade irem ouvir o sermão, sob pena de três soldos de multa, portanto o quarto mandamento ordena lembrar-se o dia de descanso para santificá-lo (Biéler, 2012, p. 105 -106).

Nesse ponto, faremos importantes considerações. A primeira corresponde à época dessas leis disciplinares, ou mesmo proibições; eram anteriores à chegada do reformador João Calvino. Observa-se também que não existiu uma neutralidade religiosa no estado de Genebra. Nesse sentido, a igreja/religião impõe sua fé e sua moral. Sucintamente, uma cidade cristã não poderia tolerar “pecados”.

A suíça era o único governo republicano da Europa. Genebra, especialmente tornou-se uma cidade governada por concílios. “o pensamento de Calvino foi gestado em uma cidade republicana, acostumada a certas liberdades e a uma administração mais participativa que as monarquias europeias ou o Sacro Império não permitiam” (Souza, 2021, p. 85). Genebra não tinha nada de especial se comparada às outras cidades de sua época; no entanto, o que a diferencia é sua aderência ao regime calvinista.

Como dito anteriormente, Guilherme Farel dá o pontapé inicial na reforma religiosa, “Mas se os genebrinos estavam de acordo para desvencilhar-se dos abusos papais, bem longe estavam de querer aderir com o mesmo ardor, à comunidade evangélica formada em sua cidade” (Biéler, 2012, p. 107). Fica evidente que a população concorda com a reforma exclusivamente por razões políticas; é bem certo que não existia um interesse genuinamente espiritual e moral.

Em vista disso, era improvável que uma nova ordem social cristã pudesse se estabelecer, ao menos voluntariamente. Antes, a população precisaria ser instruída ou até mesmo coagida. Farel não possuía os artifícios necessários para isso, e reconhece. Tanto que confia na competência de João Calvino para realizar a tarefa e o persuade a ficar em Genebra, se colocando como seu auxiliar.

Desse modo, João Calvino chega a “Genebra em agosto de 1536. É como lente da Sagrada escritura que é contratado pelos conselhos, mediante pedido de Farel” (Biéler, 2012, p. 133). O reformador foi um fiel defensor da disciplina e seu primeiro período em Genebra é marcado por radicalismos e excessos. Tanto que, já fixa algumas ordenanças, a exemplo de “ um ministério de leigos, espécie de “vigias” de quarteirão, que anunciava já, sem institui-los formalmente, os anciãos (convocados a formar mais tarde o Consistório)” (Biéler, 2012, p. 134).

Como já dito, as medidas tomadas por João Calvino e Farel deixam a população descontente e soam como ameaça para autoridade do estado. Portanto, são expulsos em 1538. “ O reformador tem exata consciência do que se passou. Reconhece que não é infalível e que, dessa forma, Deus está humilhando como o merece” (Biéler, 2012, p. 141). Nota-se que Calvino sabia que algo tinha lhe faltado, claramente havia falhado.

Portanto, no seu retiro em Estrasburgo busca incansavelmente modos de aprimorar sua práxis. E assim o fez, tanto que, ao retornar para Genebra definitivamente em 1541 “ exige do conselho que adote imediatamente o princípio da disciplina eclesiástica instituída antes do seu exílio” (Biéler, 2012, p. 150). Bem como, “com seu conhecimento jurídico e seu pensamento voltado para a submissão bíblica, o reformador foi chamado para ajudar na confecção do corpo de leis da cidade” (Marques, 2023, p. 9).

Nesse ponto, recordamos uma das diferenças marcantes de João Calvino para os outros reformadores; ele inaugura o pleito da separação entre igreja e estado. No entanto, acreditamos ser essencial o aprofundamento dessa relação que, pode ser ambígua. Isto é, talvez essas instituições fossem mútuas ou até o estado estaria a serviço da Igreja. Como comenta Hunt (2015):

Calvino não somente estabeleceu a lei eclesiástica, mas ele codificou a legislação civil. Ele manteve as autoridades civis para promover e manter o culto externo a Deus, defender a sã doutrina e a condição da igreja e ver que nenhuma idolatria, nem blasfêmia contra o nome de Deus, nem calúnias contra a Sua verdade, nem outras ofensas à religião surgissem e fossem disseminadas entre o povo. Calvino utilizou a força civil para impor suas doutrinas particulares sobre os cidadãos de Genebra e para aplicar tais doutrinas (Hunt, 2015, p. 104).

Desse modo, o magistrado se encarregava de não deixar impune uma pessoa que atacasse a doutrina que outrora o próprio conselho da cidade havia declarado santa. É fundamental salientar que o intuito de Calvino consiste em fazer de Genebra o lugar onde o Reino de Deus seria implantado na terra.

Por isso, “pode-se impor ao homem certa moral coletiva; cabe ao estado fazê-la respeitar (Biéler, 2012, p. 184). Uma vez que, “a confissão de fé trazida por Calvino era obrigatória a todos os cidadãos. Era um crime a qualquer um discordar do papa protestante” (Hunt, 2015, p. 106). Por esse motivo, vislumbra-se uma certa colaboração entre o reformador e os conselhos da cidade.

Observando as institutas da religião cristã, identificamos João Calvino se explicando acerca da sua confiança no estado para manter e conservar a religião. Dessa forma, afirma que “ninguém se sinta perturbado pelo fato de, agora, eu confiar ao governo civil o dever de estabelecer retamente a religião” (Calvino, 2018, p. 470). E continua, “ não admito que os homens façam leis em conformidade com sua própria decisão acerca da religião e do culto de Deus” (Calvino, 2018, p. 471).

Por isso, o reformador parece assegurar que o estado cumpriria com sua função de impor a genuína religião, sem deturpações. O “não admitir” leva-nos a crer que ele mantinha alguma autoridade para supervisionar a criação de novas leis pelo magistrado. “O poder de Calvino era tão grande que se opor era equivalente

à traição contra o Estado” (Hunt, 2015, p. 107). O próprio já havia codificado a legislação civil daquela cidade.

Outra Característica marcante da obra magna de João Calvino é o pleno incentivo ao respeito e obediência aos magistrados. Assim, deve-se “a todos os superiores essa atitude de reverência e de piedade em grau máximo, não importa o que eles sejam” (Calvino, 2018, p. 503). É “suficiente que eles portem, pela vontade do Senhor, um caráter no qual ele tenha impressa e gravada uma majestade inviolável” (Calvino, 2018, p. 504).

Neste instante, nos dedicaremos a evidenciar as atuações do governo civil junto à igreja de Genebra, para regular a vida de todos os cidadãos. Desse modo, “a preocupação de Calvino em Genebra era novamente unir fortemente a Igreja e o estado em mútua interdependência” (Wallace, 2003, p.98). Essa ideia se materializa na criação do Consistório “composto por 12 líderes leigos (eleitos anualmente pelos magistrados) e por nove (em 1542) ou 19 (em 1564) membros da Venerável Companhia de Pastores da cidade” (Morais, 2014, p. 166). Posto isso,

O consistório, ou Presbitério, não era restrito a pastores, mas também possuía membros leigos que, na verdade, eram a maioria no consistório. A obrigação do consistório era manter a disciplina eclesiástica dentro da cidade; seu tribunal era o poder controlador da igreja. Entretanto, o tribunal do consistório tinha o direito de punição civil” (Gamble, 1990, p. 82).

Destacamos que o consistório era composto por membros leigos e pastores. Esse fato serve-nos como uma lupa para enxergamos as minúcias do contexto político de Genebra. Portanto, cabe-nos desmistificar o governo dessa cidade meramente como um sistema republicano, uma vez que os poderes políticos estão interligados ao religioso. Por isso, atribui-se “ao estado o poder de reprimir o delito de crença ao mesmo título que o delito moral ou político (Biéler, 2012, p. 182). Sob essa visão,

A autoridade espiritual dos anciãos ou consistório, encarregados da disciplina da igreja, estabeleciam as ordenanças um poder que invadia, necessariamente, a esfera de autoridade dos magistrados em suas atribuições antigas (Biéler, 2012, p. 155).

À vista do papel do consistório, Gamble (1990) comenta que claramente Calvino tinha o propósito de reformar Genebra, e para isso necessitava se utilizar

da disciplina eclesiástica. Com isso, objetivava proteger a integridade da igreja e dos cristãos. “A disciplina consistia, primeiramente, em admoestar particularmente o transgressor, procedimento seguido pela admoestação perante testemunhas e, finalmente, caso a admoestação falhasse, aplicava-se a excomunhão” (Gamble, 1990, p. 82). Nessa perspectiva, acrescenta Biéler (2012):

O ofício desses anciãos ou consistório é exercer vigilância sobre a vida de cada um, admoestar em amor aqueles que virem falhar e levar vida desregrada e, onde se fizer necessário, relatar à comissão que será deputada para efetuar as fraternas correções, e, então, fazê-las em comum com os outros. Ademais, são os anciãos assistidos de dezeneiros que devem vigiar seus concidadãos. São incumbidos de admoestá-los tanto no que concerne a sua conduta moral quanto ao que tange a sua vida religiosa (Biéler, 2012, p. 152).

A ambição de construir uma sociedade cristã ideal resultou na privação de liberdade de toda uma cidade. Seguir os preceitos da religião não era uma opção, mas uma ordem. E quem se desviasse da conduta moral e religiosa estava passível de correção. Vimos que, existiam três modos de corrigir os infratores, primeiro uma conversa em particular, segundo uma repreensão na presença de testemunhas e por último a excomunhão e até mesmo a expulsão de Genebra.

Inúmeros teólogos calvinistas afirmam que a ideia de Calvino ou da igreja controlar o poder civil trata-se de um enorme equívoco. Mas, é inconcebível requerer um modelo de comportamento cristão de toda uma população, levando em consideração que, “os relatos do Conselho de Genebra que sobreviveram desvendam uma cidade mais parecida ao resto do mundo do que os admiradores de Calvino gostam de admitir” (Hunt, 2015, p. 112). Nesse sentido, podemos afirmar que nem todos os cidadãos concordavam com o modelo de vida imposto. Caso contrário a criação do consistório seria injustificada. Hunt (2015) nos conduz a refletir:

Calvino verdadeiramente poderia ter acreditado que ele era o instrumento escolhido de Deus desde a eternidade passada para coagir, torturar e matar, a fim de forçar os cidadãos de Genebra ao comportamento que Deus predestinou e causou? (Hunt, 2015, p. 120)

Certamente, havia aqueles que concordavam e apoiavam os abusos de religião, tanto que, “nada, porém, atesta de modo mais peremptório a estreita ligação que o povo e o governo estabelecem entre a sã doutrina e a preservação

da ordem social quanto o processo de Miguel Serveto, em 1553” (Biéler, 2012, p. 180). Ao ler o termo povo temos uma impressão de que existia uma concordância de todos, sem distinções, isso parece utópico.

O cenário de intolerância em Genebra e a conduta de João Calvino perante os casos de heresia são indicativos a serem considerados. Conduzindo-nos a refletir os limites de complacência do reformador. “Calvino pediu a Farel, por meio de carta, “Espero que Serveto seja condenado à morte, mas desejo que seja poupado dos horrores da fogueira” (Faria, 2008, p.224). E justifica-se “Nós nos temos esforçado para mudar o tipo de morte. Foi em vão” (Faria, 2008, p.225).

Em face do exposto, percebemos que João Calvino não se opunha à morte de Serveto; pelo contrário, esperava que ele fosse condenado. Todavia, queria poupá-lo de ser incinerado. Porém, “repelem a intervenção de Calvino; Serveto é queimado vivo a 27 de outubro de 1553” (Biéler, 2012, p. 180). Sendo “condenado porque toda a sua influência, diz-se, tende a semear a anarquia, destruindo a regra de fé, a regra moral e a ordem social” (Biéler, 2012, p. 181). O caso Serveto reporta o fim daqueles que insistem em professar crenças opostas. Hunt (2015) acredita que:

Não há maneira alguma de defender a conduta de Calvino com a Escritura. Sim, ele amava e cuidava daqueles que concordavam com ele. Sim, ele despendeu a si mesmo e encurtou sua vida visitando os doentes, cuidando do rebanho, e pregando continuamente. Mas em seu tratamento daqueles que discordavam dele, ele não seguiu, mas violou os ensinamentos e os exemplos de Cristo e dos Apóstolos (Hunt, 2015, p. 111).

Muitas são as tentativas de responsabilizar tão somente as autoridades civis. Sabemos que João Calvino não tinha expressamente um papel político; ele era um líder religioso. Apesar disso, percebemos sua forte influência em Genebra, ao ponto de estabelecer a lei eclesiástica e codificar a legislação civil. A criação do consistório qualifica-se como atentado à liberdade do povo, sendo “legítimo empregar a coerção para o triunfo seguro desta verdade” (Biéler, 2012, p. 178). E assim, o estado se encarregava de punir os transgressores da fé.

Perante o exposto relativo à estrutura governamental de Genebra, muitos elementos evidenciam uma potencial teocracia, isto é, o estado se submete às normas da religião impostas por Calvino. Nessa perspectiva, a igreja estaria acima

do estado. Apesar disso, alguns teólogos discordam. Tal como André Biéler (2012) que defende uma bibliocracia, melhor dizendo, a forma de governo em que, a igreja e o estado, distintos um do outro, submetem-se ambos à Palavra de Deus.

Contudo, dar por certo que Genebra foi “uma comunidade na qual tanto a Igreja quanto o Estado serviram um ao outro ao servirem à Palavra de Deus” (Wallace, 2003, p. 99). É uma visão demasiadamente romântica. Mas é bem verdade que, as duas vertentes apresentadas anulam a possibilidade de liberdade religiosa naquela cidade. Ainda assim, alguns poucos historiadores:

Consideraram o regime de Calvino estabelecido em Genebra como uma teocracia, pois, ele buscava um governo organizado do pensamento cristão sobre a sociedade, outros historiadores a chamam de clerocracia. Calvino colocou o Estado como sendo subordinado à Igreja (Marques, 2023, p. 21).

Como visto, essa concepção que o estado estaria subordinado à igreja somente é possível a partir de uma análise história consistente. Muitas são as tentativas dos teólogos de amenizar os fatos. O que nos contam é que a teologia calvinista foi gestada em um sistema republicano, marcado pela participação de variados grupos nas decisões políticas da cidade. Porém,

Genebra era uma sociedade de classes bem definidas. De sua população, em torno de 20.000 a 25.000 pessoas, somente entre 1.200 e 1.500 tinham direitos políticos assegurados, e eles eram os cidadãos e os burgueses, e entre eles só os primeiros, nascidos na cidade e filhos de pais cidadãos, gozavam do direito de serem eleitos para as funções públicas. Com efeito, a grande maioria da população não podia disputar os cargos públicos. É interessante notar que até no grupo que desfrutava de direitos políticos existia uma ramificação entre a elite patriciana rica e as outras partes. Os patrícios controlavam e governavam Genebra mediante o Pequeno Conselho e na sua efetiva participação nos dois conselhos intermediários (Alves, 2019, p.159-160).

Diante disso, ficamos a pensar na grande limitação dessa participação popular nas decisões políticas de Genebra, contudo, salientamos ser algo comum à época. Compreendemos que pequena porção da população tinha direitos políticos e mais estrito: era o grupo daqueles que podiam pleitear cargos. Aqui, identificamos quem efetivamente exercia a função dos magistrados: os patrícios.

Segundo Vital Alves (2019), os estudos que se referem ao período da história de Genebra e do Calvinismo apresentam informações raras, neles não existe um

exame refinado e uma distinção clara dos papéis políticos da época. Por isso, temos espaço para visões e interpretações tão distintas. Cabe-nos, portanto, esclarecer que João Calvino decerto defendia uma separação da igreja com o estado, mas sem eliminar a influência da igreja para com o estado. Em outros termos, o estado não poderia interferir nas coisas da igreja, mas o inverso era admitido.

Poderíamos simplesmente afirmar que a Genebra Calvinista estaria a largos passos de uma consolidação do ideal democrático atual¹⁶ e, de fato, uma vez que, estamos 05 séculos à frente. Logo, necessitamos ser cautelosos para que não venhamos a ceder ao anacronismo¹⁷. Dado que tratamos de um contexto político do século XVI. Portanto, requerer daquela sociedade paridade com os ideais democráticos da atualidade seria incoerente e injusto.

Desta feita, algumas considerações podem ser tecidas. Naquele contexto a religião não era uma decisão individual, além de outras crenças e comportamentos não serem tolerados, eram passíveis de punição. Uma vez que, a ideia de um estado laico e a democracia moderna, surgem com os iluministas somente na revolução francesa no século XVIII, não poderíamos reivindicar tais ideais em Genebra. Entretanto, a criação de uma organização como o consistório e tantas outras violências são repugnantes e, sobretudo, destoantes com os ensinamentos bíblicos.

2.4 A igreja Genebrina e seu protagonismo na assistência social

Sabemos que João Calvino aspirou uma reforma integral na cidade de Genebra, ou seja, não se deteve apenas as instâncias religiosas. Pelo contrário, adentra todas as estruturas da sociedade, especialmente a política. Anteriormente, nossos esforços se voltaram para o conhecimento do preceito governamental do

¹⁶ No nosso entender, são cinco os princípios definidores de uma relação democrática: liberdade, igualdade, participação, diversidade e solidariedade. "Não existe democracia sem liberdade, igualdade, participação, solidariedade e diversidade, que é reconhecer e admitir as diferenças, saber que se pode ser igual ao outro, mas diferente" (Souza, 1994, p. 20).

¹⁷ Consiste em um modo equivocado de analisar um tempo histórico a partir de valores que não condizem com a época.

juízo que tem uma conotação de punição, se materializando na criação do consistório.

A partir de agora, nos propomos a caminhar na compreensão do preceito governamental da justiça. Que prevê ações de socorro para com os invisibilizados. "Convém aqui salientar que assistência social é, ao contrário, concebida da parte de Calvino e da Reforma como uma função coletiva da igreja e da comunidade civil" (Biéler, 2012, p. 211-212). Vale lembrar que todo habitante de Genebra obrigatoriamente era membro da igreja.

Que é que desejava Calvino fazer de Genebra? Não era uma cidade de Deus? Por que o empenho em exigir que todos os habitantes subscrevessem o catecismo e a confissão de fé? É que cidadão de Genebra devia ser cristão, não apenas de nome, mas de fato. Daí a grande dificuldade em extrair a doutrina política de Calvino da sua vida pastoral (Ferreira, 1985, p. 206).

Seguramente, para ter clareza da concepção de restauração social em João Calvino temos que atentar para sua idealização de fazer de Genebra uma cidade de Deus, um estado cristão. Dessa forma "a sua preocupação com os governos, que se verifica na sua obra teológica, prende-se à grande preocupação com a implantação do reino de Deus na terra" (Ferreira, 1985, p.211). Isso significa que os princípios da fé deveriam se aplicar aos problemas sociais, políticos e econômicos.

Portanto, a fim de que em Genebra fosse estabelecido o reino de Deus, o estado deveria cumprir com seu papel de instituir a religião, mesmo que por meio de coerção. À vista disso, recordamos que a igreja deveria exercer influência no estado, inclusive lhe direcionando na prática de suas funções. Assim, para Calvino ela precisaria ser politicamente livre e, sobretudo, um modelo exemplar na sociedade.

Assim, considera a igreja como uma manifestação antecipada do reino de justiça na terra. Por isso, naquela comunidade se empenhou na promoção de assistência social, envolvendo-se ela mesma no cuidado com os empobrecidos. Como visto antes, quando Calvino redige um novo estatuto para Genebra se preocupa antemão em designar ministérios para a igreja, dentre eles o social, do cuidado com os necessitados, sendo responsabilidade dos diáconos. Contudo,

Sua primeira e mais importante contribuição nessa área foi teórica – suas ideias e princípios teológicos concernentes à responsabilidade da igreja cristã para com os desafortunados. O pensamento social de Calvino sobre riqueza e pobreza, bem-estar social e questões correlatas pode ser encontrado em diversas fontes, principalmente nas Institutas, nos comentários bíblicos e em sermões (Matos, 1997, p.4).

De fato, o chamamento à responsabilidade social da igreja para com os invisibilizados é marcante na teologia de Calvino. Todavia, para além da vasta contribuição teórica, ele foi atuante no embate dos críticos problemas sociais de sua época, presentes não apenas em Genebra, mas em toda Europa. Um contexto de extrema pobreza e altos impostos, onde muitos trabalhavam em condições desumanas. Além de maioria da população ser iletrada, não podiam contar com assistência em nome do estado.

Cabe-nos, portanto, perceber que atividades de assistência antes da Reforma vigorar em Genebra eram exercidas pelos clérigos, que vieram a ser expulsos. E, conseqüentemente, novas instituições precisaram ser criadas para suprir essas demandas. Um ano antes da chegada de Calvino, já existia um hospital geral que era administrado por uma junta de procuradores e um hospitaleiro e se sustentava com recursos de fontes variadas.

Todavia, ele achou por bem substituir esses encarregados pelos diáconos que passariam a ser os “oficiais públicos da igreja responsáveis pela assistência aos pobres” (Matos, 1997, p. 5). No documento que elaborou ao voltar para Genebra “passa a fornecer os títulos de "procurador" e "hospitaleiro" para os dois tipos de diáconos e descreve com algum detalhe os deveres de cada um” (Matos, 1997, p. 8). Nesse sentido, não poderíamos compreender a assistência social em Calvino sem atentar para o diaconato.

Os dois tipos de diáconos são respectivamente os “ administradores, que recolham e geriam os fundos destinados ao socorro dos pobres, e assistentes sociais, inclusive viúvas, que utilizavam esses fundos na assistência direta aos carentes” (Matos, 1997, p. 6). Logo, suas atividades se voltavam para administração de recursos e cuidados diretos dos necessitados. Por isso, Calvino:

Coloca sobre a igreja não somente uma obrigação institucional de assistir os pobres, mas também o requisito de que esta obrigação seja cumprida através da criação de uma ordem eclesiástica – os diáconos. O diaconato reformado é um ofício eclesiástico leigo

encarregado da benevolência como uma função necessária da igreja (Matos, 1997, p. 8).

Nesse ponto, cabe lembrar da intenção genuína do reformador que era fazer de Genebra uma cidade santa, onde o reino de Deus fosse estabelecido plenamente. Por isso, “é muito importante regular, segundo a palavra de Deus, não só a vida moral de seus membros como também a vida material” (Biéler, 2012, p. 211). Dessa necessidade surgem: o hospital Geral, o fundo francês e a academia de Genebra.

Iniciando pelo hospital geral, onde encontramos a atuação dos procuradores e do hospitaleiro, ambos eram diáconos, conforme requisitou Calvino. Cabia aos pastores definirem quem seriam esses homens indicados aos cargos. Em especial, “os procuradores eram partidários devotados de Calvino. Por esta e outras razões, ele raramente precisava intervir no funcionamento e administração do sistema do hospital” (Matos, 1997, p. 11). Uma vez que se tratava de homens leais no comando. O hospitaleiro:

Supervisionava o programa de assistência aos muitos necessitados que ali também residiam, a maioria órfãos e menores abandonados, e alguns deficientes físicos ou decrépitos. O hospitaleiro organizava equipes de cozinheiros que faziam pão e vinho para os internos. Ele era auxiliado por um professor para as crianças, um barbeiro-cirurgião e um farmacêutico que ofereciam assistência médica, e serventes encarregados de tarefas mais simples. A equipe devia produzir uma boa quantidade extra de pão que era distribuído uma vez por semana a famílias pobres que necessitavam de auxílio temporário. Em sua reunião semanal os procuradores preparavam uma lista dessas famílias. Geralmente o hospitaleiro era um comerciante, muitas vezes um mercador idoso que desejava uma ocupação mais sedentária (Matos, 1997, p. 11).

No que diz respeito ao fundo francês, diferentemente da outra instituição que foi concebida para assistir os próprios genebrinos, essa foi idealizada para amparar os estrangeiros. Com a crescente perseguição religiosa e, principalmente, por “atração pela pregação de Calvino e pela cidade modelo de Genebra, que estava sendo criada, aumentou, e muito, o influxo de refugiados estrangeiros. Eram protestantes oriundos da Itália, Inglaterra, Espanha e principalmente da França” (Gonçalves, 2006, p.142), os compatriotas do reformador.

Sobre a administração dessa organização, “na época em que têm início os registros sobreviventes do Fundo, este era dirigido por três refugiados franceses que eram denominados os seus diáconos” (Matos, 1997, p. 12). Todavia, aqui não

havia uma divisão de papéis, os diáconos eram administradores e assistentes sociais, ou seja, era um único ofício. “O que o Fundo fazia era angariar dinheiro de refugiados ricos e utilizá-lo para dar assistência a refugiados pobres” (Matos, 1997, p.12). Muitos eram os contribuintes.

Há indícios que o próprio Calvino contribuía financeiramente, “ ele deu-lhes dinheiro do seu salário regularmente, e não hesitou em recomendar a esses diáconos indivíduos ou projetos específicos que julgava merecedores de assistência” (Matos, 1997, p. 13). Talvez, a presença do reformador fosse ainda mais ativa no fundo francês se comparada ao hospital geral. Acerca da utilização dos recursos financeiros arrecadados:

Os diáconos do Fundo gastavam os recursos com uma impressionante variedade de projetos caritativos. Eles ajudavam os novos refugiados a obterem moradia em casas particulares, hospedarias ou pensões. Eles forneciam camas ou colchões, pequenas doações em dinheiro ou cereais para os carentes, conjuntos de ferramentas, ou matrículas para os aprendizes de ofícios. Os diáconos contratavam amas de leite ou mães adotivas para os bebês cujas mães refugiadas haviam morrido. Eles também ofereciam serviços médicos através de um médico, um barbeiro-cirurgião e um farmacêutico. Os diáconos compravam tecidos e contratavam alfaiates e costureiras para fazerem roupas para os pobres (Matos, 1997, p. 13).

Por fim, a academia de Genebra que certamente foi uma das primeiras aspirações de Calvino ao retornar para cidade, ele “começou a procurar um terreno fora dos muros da cidade, com vista para o lago, para ali começar a construir o colégio. Todavia, a despeito de todas as suas ideias, não havia fundos para construir o prédio” (Campos, 2000, p. 7). Somente consegue esse feito poucos anos antecedentes a sua morte.

Em 1559, a academia é inaugurada e tem por primeiro reitor Teodoro de Beza¹⁸. “A escola possuía dois níveis: o fundamental (escola superior ou escola pública); e o inferior (escola privada, equivalente ao terceiro grau)” (Gonçalves, 2006, p.141). Dissemelhante as outras duas organizações, essa consiste em oferecer um meio não financeiro de auxílio. “Quando Calvino morreu, 1.500 alunos estavam matriculados, sendo a maioria estrangeiros” (Gonçalves, 2006, p.141).

¹⁸ Foi um dos teólogos franceses percussores da Reforma Protestante. E discípulo de João Calvino, tanto que, após sua morte, o sucede na liderança da Igreja genebrina.

Ainda, destacamos que o intuito maior da academia era o fortalecimento da religião reformada.

Calvino insistiu que a Academia ficasse sob o controle da Igreja. Todos os professores eram indicados pelos ministros de Palavra e deveriam estar debaixo de uma estrita disciplina eclesiástica. Tanto a vida dos professores quanto o conteúdo dos seus ensinamentos deviam refletir a cosmovisão reformada do ensino. Por essa razão, os professores indicados deveriam subscrever a Confissão de Fé de Genebra e, em todo o tempo, deveriam estar sujeitos às autoridades eclesiásticas da igreja de Genebra (Campos, 2000, p. 10).

Diante do exposto referente às ações de assistência social desenvolvidas pelo reformador, na cidade de Genebra, algumas considerações podem ser tecidas. Previamente, devemos levar em consideração que a transformação social em Calvino se relaciona intimamente com suas concepções teológicas, portanto, são indissociáveis. É digno de nota que o pensamento social de Calvino expresso na sua obra magna; as instituições da religião cristã e suas práticas em Genebra são coerentes.

Nesse sentido, partindo da observação das principais instituições idealizadas pelo reformador para oferecer assistência à população carente, identificamos que todas são controladas pela igreja, sem exceção. Portanto, João Calvino detinha o poder de indicar seus dirigentes e até mesmo os casos que necessitavam de maior atenção. É importante destacar que essas medidas de socorro aos necessitados eram incomuns na época, mesmo que para fomentar a religião.

Rememoramos que todos os habitantes de Genebra obrigatoriamente eram membros da igreja, ou seja, cristãos. Reconhecemos, portanto, que alguns podem ter abraçado voluntariamente a fé, mas certamente havia aqueles que não. E dentre esses que optam em ficar na cidade, mesmo sem aceitar a religião, silenciam e se submetem. Uma vez que, os que se recusavam não poderiam permanecer. Efetivamente, a Genebra Calvinista não foi um espaço de tolerância e diálogo.

Poderíamos meramente afirmar que essas aberturas sociais foram idealizadas para favorecer o controle sobre a população. Contudo, para isso existia o consistório, que tratava de regular o comportamento e reprimir os discordantes. De fato, concordamos com Hunt (2015) quando diz que Calvino amou e cuidou

daqueles que o aprovavam. Assim, a assistência social era destinada à população que subscrevia a Confissão de fé.

Como visto, João Calvino defende dois preceitos governamentais; a justiça e o juízo. Aqui, recordamos que o desejo supremo do reformador era fazer de Genebra uma cidade santa. Certamente essa premissa o conduz a erros e excessos absurdos. Principalmente, quando consideramos suas compreensões acerca do elo entre igreja e estado, bem como a imposição da religião.

Seguramente, o reformador poderia ter se contentado em requerer das pessoas apenas a moralidade cristã, com o consistório. Mas, ele se empenha igualmente em fazer justiça social, melhorando as condições de vida daquelas pessoas. Repetimos, Calvino faz aberturas sociais inovadoras em sua época. Tomando medidas contra o monopólio e a especulação, se dedica a pregar sobre práticas solidárias, estimulando toda sociedade acerca do bem comum.

Portanto, nossa intenção não trata de absolver João Calvino e muito menos justificar seus atos de crueldade com os serviços assistenciais prestados àquela população. Apenas pretendemos olhar para ele, a partir de quem era; um teólogo do século XVI. O sumo dos princípios do calvinismo é a soberania de Deus; logo, Ele reina sobre todos os aspectos da vida, por isso essa teologia é tão abrangente.

Desse modo, evocamos os fundamentos dessa teologia que versam sobre a crença na integralidade humana, visando promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das pessoas; O estímulo a viver para a glória de Deus, que resulta em relações harmônicas para com Deus, o próximo e o mundo; A bíblia como palavra de Deus, autoridade inspirada e infalível do cristão para todas as questões de fé e prática; Por fim, Os seres humanos como criados à imagem e semelhança de Deus (*Imago Dei*), essa premissa incide na dignificação, cuidado e defesa da vida.

Notoriamente, inúmeros foram os desacertos e incoerências da Genebra Calvinista. Mas, ficamos a pensar o que nos poderia ser válido daquele contexto, mesmo em meio a tantas diferenças: culturais, políticas e religiosas. Muitas já superadas ao longo dos séculos. Contudo, as semelhanças nos problemas sociais permanecem. Com o devido discernimento, recontextualizando a teologia social

calvinista, podemos realinhar os ideais cristãos com as práticas da fé, especialmente, em termos formativos, educacionais.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES DO PENSAMENTO CALVINISTA NO BRASIL

Este capítulo versa sobre os principais marcos históricos do Calvinismo no Brasil, de início, frisamos que o pensamento calvinista transpassa, sem exceções, todos os períodos da história. E que nossas terras são o berço do primeiro protestantismo não-europeu. Em seguida, tratamos da consolidação dos protestantismos de missão, com ênfase na ascensão da maior denominação calvinista do país; a Igreja Presbiteriana do Brasil, e, seu explícito apoio ao Golpe-civil militar. O conhecimento dessa conjuntura nos importa à medida que nos conduz a compreender os desdobramentos da teologia Calvinista no Brasil, assim como suas proximidades e distanciamentos de uma prática libertadora.

3.1 As primeiras investidas do Calvinismo em terras brasileiras

Naturalmente, o movimento iniciado na Reforma em Genebra (Suíça) no século XVI, se perpetuou, atingindo outros continentes para além do Europeu. É bem certo que algo dessa proporção não se reproduz de forma homogênea, o pensamento calvinista é marcado pela diversidade. Cada país ao ser impactado pela fé reformada abraça de uma forma específica, podendo se aproximar ou se distanciar do que foi deixado por João Calvino.

Para fazer entender a difusão das doutrinas que bebem das fontes do calvinismo clássico, acreditamos ser pertinente esboçar um breve resumo. Iniciaremos pela Europa continental, onde as igrejas calvinistas se nomearam reformadas. Já nas ilhas britânicas por intervenção da Escócia ficam conhecidas por presbiterianas¹⁹, essa diferenciação se fez necessária por razões políticas, já que se optou pela autonomia diante do estado monárquico. A Inglaterra, a Irlanda e a América do Norte herdaram essa nomenclatura.

Nesse sentido, essas igrejas não se distinguem apenas por suas nomenclaturas e localizações geográficas. O que de fato as diferencia são suas

¹⁹ John Knox (1514 -1572), foi o reformador escocês que liderou a reforma protestante na Escócia. Esteve em Genebra e foi aluno de João Calvino. Knox volta à Escócia para implantar o calvinismo e fundar a igreja presbiteriana escocesa.

condutas doutrinárias, suas visões, compreensões, interpretações que emergem a partir da forte inspiração,

Em outras palavras, essas igrejas adotaram oficialmente diferentes documentos da fé reformada como seus padrões doutrinários. Embora tais documentos contenham em essência as convicções comuns da teologia calvinista, as diferenças de ênfase são significativas. As igrejas reformadas de origem escocesa ou escocesa-irlandesa acabaram abraçando com vigor os Padrões de Westminster (Confissão de Fé e Catecismos)²⁰, com sua categórica afirmação dos temas mais distintivos da Reforma Suíça. Já as igrejas reformadas de origem continental adotaram outros documentos confessionais, alguns deles reveladores de um calvinismo atenuado, evitando as declarações mais contundentes da teologia reformada, principalmente na esfera da eleição ou predestinação (Matos, 2023, p. 20).

As confissões de fé se caracterizam por serem um compilado de declarações de crenças adotadas por toda comunidade, ou seja, um documento que afirma os pontos doutrinários a serem seguidos pelos fiéis. Consideremos aqui o exemplo da Inglaterra, para dimensionar as divergências entre o que por tempos se equivaleram ao mesmo. Os puritanos não foram simplesmente calvinistas ingleses, na época, existiam os que professavam ser calvinistas e não eram puritanos, logo, são grupos distintos.

Muitas são as igrejas hoje que se intitulam calvinistas e pouco ou mesmo não se relacionam com as teologias calvinistas clássicas. A cada século parece ser mais difícil fazer essa diferenciação. Esse cenário é o resultado da pluralidade doutrinária das igrejas ditas reformadas; o problema não está na multiplicidade, mas em não possuírem confissão de fé expressa com características comuns ou aproximadas.

Em terras brasileiras muitos foram os esforços para acender a chama do pensamento calvinista. “O Brasil é uma das principais histórias de sucesso das missões calvinistas ao redor do mundo. À exceção da Coreia do Sul e talvez da

²⁰ A confissão de Fé de Westminster é uma confissão reformada, de orientação calvinista. O documento foi aprovado pela assembleia de Westminster (1643- 1649), objetivando a preparação de uma base doutrinária religiosa em face da então recente união entre Inglaterra e Escócia. a Confissão de Westminster continuou sendo reconhecida como a principal norma subordinada da Igreja da Escócia e a formulação doutrinária mais amplamente aceita pelos presbiterianos da Inglaterra, Escócia, dos Estados Unidos e, mais tarde, adotada pela Igreja Presbiteriana do Brasil.

China, é o país com maior número de presbiterianos e reformados fora do eixo Europa-Estados Unidos” (Matos, 2023, p. 26).

Diante da história da expansão do protestantismo chega a ser inusitado afirmar que “foi o Brasil e não os EUA, o primeiro país da América a ter de fato uma experiência de protestantismo tanto de povoamento, de missão, e de colonização” (Viração, 2012, p.34). Aqui, se origina a primeira tentativa de um protestantismo fora da Europa.

A primeira investida para plantação do calvinismo no Brasil acontece na França Antártica no século XVI, que foi uma tentativa da colonização francesa, e o primeiro trabalho missionário empreendido na América Latina. Esse evangelismo foi executado pelos huguenotes, que eram calvinistas franceses, designados pelo próprio João Calvino, para vir ao Brasil.

A expedição chega à baía de Guanabara em 1557, sob a liderança de dois pastores, que alguns dias depois já realizam o primeiro culto calvinista e começam a evangelizar os índios. Esse pequeno grupo redige um documento: a Confissão de Fé da Guanabara (1558), os envolvidos foram acusados de heresia e condenados à morte.

Posterior a essa tentativa, outra sucede, dessa vez em uma região diferente, no Nordeste brasileiro precisamente em Pernambuco, acontece a invasão holandesa, em uma segunda fase (1630-1654) e, junto aos holandeses, o cristianismo calvinista se estabelece, conquistando visibilidade. Todavia, havia liberdade religiosa. Logo, a colônia se frutifica rapidamente e se expande, indo do maranhão até o estado de Sergipe.

Durante a ocupação, foram criadas 22 igrejas locais, dois presbitérios (Pernambuco e Paraíba) e um sínodo, o Sínodo do Brasil, da Igreja Reformada Holandesa. Entraram em atuação mais de 50 pastores (“predicantes”), além de pregadores assistentes, presbíteros e diáconos. Pondo em prática um dos elementos importantes da cosmovisão reformada, foi realizado um vasto programa diaconal, tendo sido nomeados mais de 100 indivíduos para trabalhar em tempo integral como professores e “consoladores dos enfermos” (Matos, 2023, p. 27).

Durante esse período do chamado Brasil Holandês, ocorre algo pouco mencionado, a fundação de uma igreja protestante no Brasil, que foi calvinista e entre os índios. Compreendemos essa possibilidade a partir da observação das

palavras de Pedro Poty ao descrever a relação que os holandeses e indígenas mantinham. Por outro lado, vale ressaltar que o sistema escravagista na época foi mantido.

Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer de vós, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra cousa senão nos escravizar... Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens, que gosamos com os Holandezes (entre os quaes fui educado). Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos...Elles nos chamam e vivem comnosco como irmãos; portanto, com elles queremos viver e morrer (Maior, 1912, p. 65).

Todavia, o que é decisivo para a fundação da igreja reforma potiguar é o auxílio de Pedro Poty e Antônio Paraupaba, que viajam voluntariamente para Holanda junto com outros índios e são instruídos na língua holandesa e se tornam calvinistas. Ao retornarem para o Brasil ocupam papéis na política e se colocam como reguladores entre os holandeses e os indígenas. Mas, acredita-se que muito maior foi a função evangelística que estes exerceram entre os índios.

Historicamente, a Holanda foi o primeiro império protestante, e como herdeiros da reforma, se preocupavam veementemente com a educação, para que fosse possível a leitura e compreensão das escrituras sagradas. Porém, o interessante é que os próprios índios eram nomeados professores e pagos pelo governo holandês.

O mais importante fato deste período é que o ensino começou a se “brasilianizar”, sendo novamente o Rev. Soler o idealizador desse novo e importante desenvolvimento. Foi ele quem observou que na aldeia de Nassau (bairro das Graças, do Recife atual, perto da casa de campo de Nassau) havia “um brasileiro razoavelmente experimentado nos princípios da religião, e no ler e escrever”, e capaz de instruir os índios. O pastor Eduardus, então, lembrou que havia alguns outros assim em Goiania. Decidiu-se sugerir ao governo que esses índios fossem nomeados professores nas aldeias, solicitando-se para eles um modesto salário. Os magistrados concordaram, prometendo um salário de 12 florins mensais. Os Senhores XIX, na Holanda, alegraram-se muito ao ouvirem que os brasileiros podiam instruir sua própria nação “no conhecimento do verdadeiro Deus e do caminho reto da salvação” (Schalkwijk, 2004, p. 240 – 241).

Alguns documentos revelam a profundidade teológica que os índios possuíam, alguns em maior outros em menor grau, mas tudo nos leva a crer que

eles professavam a fé calvinista clássica. Com a expulsão dos holandeses poucos conseguiram embarcar, então temeram o que os portugueses lhes fariam e decidem se refugiar na serra da Ibiapaba, onde evangelizam. “O evangelismo dos Potiguara aos Tabajara na Serra da Ibiapaba é o primeiro evangelismo protestante de índios para índios na História” (Viração, 2012, p. 70).

Nesse período de dois anos, a igreja reformada potiguar, funcionou sem os holandeses. Constituindo-se uma igreja completamente indígena. Dessa forma, pode-se afirmar que “existiu uma Igreja Reformada Potiguara e não apenas uma Igreja Reformada Holandesa no Brasil com membros brasileiros” (Viração, 2012, p. 82). Os padres que foram evangelizar aqueles índios a fim de chamá-los de volta ao catolicismo, apelidam aquele local de Genebra de todos os sertões do Brasil.

Com o passar do tempo essa igreja foi se ruindo, se dissolvendo, até desaparecer. Porém, o que nos importa é saber que o calvinismo transpassa, sem exceções, todos os períodos da história do Brasil. E que nossas terras são o berço do primeiro protestantismo não-europeu, primeiro na França antártica e, posteriormente, no Nordeste, em Pernambuco.

O historiador francês e especialista em protestantismo brasileiro, Émile Leonard (2014), acredita que o protestantismo no Brasil poderia ter se originado por ações brasileiras e cita o regente padre Feijó (1835) que tinha ideias de reformar a igreja católica, mas foi combatido pelo partido Clerical deixando escapar a chance de uma reforma autônoma.

3.2 Os protestantismos de missão e a trajetória de ascensão da Igreja Presbiteriana do Brasil

Agora, nos deteremos ao calvinismo que fixou suas raízes em solo brasileiro de modo definitivo, o que colaborou para esse acontecimento foi a declaração de independência do Brasil. O catolicismo permaneceu como religião oficial, mas a liberdade religiosa passou a ser uma norma prevista na constituição, definindo como permitido os cultos privados para outras religiões, desde que não possuíssem templos.

É bem verdade que a implementação do protestantismo no Brasil sobrevive desafiando os limites da constituição, por mais que houvesse uma certa tolerância,

ainda assim era muito comum perseguições. A exemplo de Pernambuco, historicamente os protestantes eram tidos por hereges, herança da colonização holandesa.

A partir da década de 1820, emerge o protestantismo de imigração, esses protestantes vinham para o Brasil com intenções de comércio ou simplesmente por colonização imigratória. Dentre eles, anglicanos e luteranos professos, podemos afirmar que também alguns calvinistas. Em 1827, no Rio de Janeiro, a Comunidade Protestante Alemã-Francesa inicia suas atividades, no seu rol de membros havia luteranos e calvinistas. Por fim, diante de desdobramentos, essa comunidade passa a ser somente luterana.

Dar-se então, início ao protestantismo de missão, fortalecido pelo anticlericalismo da época, ambicionando a evangelização do povo e a organização de igrejas no território brasileiro. Em sua maioria, esses missionários eram calvinistas. Destacamos o escocês missionário e médico Robert Reid Kalley, que não possuía vínculos com nenhuma denominação, apesar de ser batizado na igreja presbiteriana.

Seu contato com a língua portuguesa acontece em missão na Ilha da Madeira de onde foi expulso. Anos depois, chega ao Brasil com sua esposa e conseguem “unir um grupo no Rio de Janeiro, fundando a Igreja evangélica fluminense, entre 1855 e 1858. Essa igreja foi o ponto de partida para igrejas de regime congregacional bastante ativas” (Léonard, 2014, p. 51). Os congregacionais eram puritanos, ou seja, comungam de princípios calvinistas.

Efetivamente, o calvinismo oficialmente se estabelece com a chegada de missionários presbiterianos. Tendo por percussor o Reverendo Ashbel Green Simonton, que chega ao Brasil em 1859. Ressaltamos que ele recebeu influência das duas vertentes do presbiterianismo americano²¹: a nova escola e a velha escola do sul. “ a natureza exata do calvinismo de Simonton é algo que ainda precisa ser estudado criteriosamente” (Matos, 2023, p. 29). Duas novas denominações são criadas a partir da separação dessas escolas. Então, se

²¹ Os fundadores da igreja presbiteriana nos Estados Unidos foram os escoceses-irlandeses, ou seja, os descendentes de escoceses que haviam se fixado no norte da Irlanda e depois emigraram para a América.

originam a presbiteriana do Norte (PCUSA) e a presbiteriana do sul (PCUS) que enviam seus missionários para o Brasil.

Do ponto de vista doutrinal, o calvinismo que acreditava difundir já era uma diluição de diluições anteriores; o presbiterianismo americano já era ele mesmo uma adaptação do presbiterianismo britânico que, por sua vez, através de um século de lutas contra o catolicismo e o anglicanismo, se havia distanciado longamente do pensamento de Calvino. E como quase sempre acontece com as Igrejas distantes de sua fonte de inspiração – e por isso mesmo mais ortodoxas em vontade que em espírito, o que era importante para estes missionários era a adesão aos textos denominacionais sob a forma da tardia e duvidosa Confissão de Fé de Westminster (1647) (Léonard, 1963, p. 132).

Quando Simonton chega ao Brasil, fez-se necessário que ele aprendesse o nosso idioma e conhecesse a cultura. Levou um tempo, mas ele foi preparado para pregar ao povo brasileiro. Entre alguns frutos dessa missão destacamos em “1862, a igreja do Rio de Janeiro; 1864, o jornal imprensa evangélica; em 1865, o presbitério do Rio de Janeiro; em 1867, o seminário teológico.” (Matos, 2011, p.203).

No final de 1867, o Reverendo é acometido pela febre amarela e falece, deixando disparado o presbiterianismo no Brasil. “por muito tempo a atividade dos presbiterianos foi a mais importante e a mais produtiva” (Léonard, 2014, p. 52). Os missionários sucessores foram chegando e contribuindo para o crescimento da denominação, alguns também morreram em decorrência da mesma doença que acometerá o reverendo Simonton.

O estabelecimento das igrejas, inicialmente espaçadas, multiplicou-se rapidamente, de modo que no último ano do império, 1888, ou seja, quase trinta anos depois do aparecimento do presbiterianismo no Brasil, já se contavam mais de cinquenta (Léonard, 2014, p.53).

Essas igrejas se espalharam por todo território brasileiro, com exceção do extremo norte. No Nordeste: Bahia, em Cachoeira; Paraíba, em João Pessoa; Pernambuco, em Recife e Goiana; Ceará em Fortaleza e Laranjeiras; Rio grande do Norte em Mossoró; No Maranhão; Sergipe; Alagoas em Maceió e Pão de açúcar (Léonard, 2014).

Focalizando o estado de Pernambuco, encontramos na figura dos missionários John Rockwell Smith e John Boyle, iniciativas importantes para o início do presbiterianismo no estado. Em julho de 1873, iniciam “o seu proselitismo,

lidando com a tática de ir de loja em loja, pedindo permissão para fazer a leitura da bíblia em voz alta” (Santos, 2022, p. 164). Ressaltamos a ousadia desses homens, visto que ações policiais eram realizadas para impedir o avanço protestante no estado.

Após 05 anos de missão, o Reverendo Smith havia conseguido apenas 12 convertidos ao presbiterianismo, mesmo sendo motivo de chacota ao insistir na exposição das escrituras, persevera. Incentivado por Belmiro de Araújo César, um dos convertidos e aproveitando as tensões entre o catolicismo e a maçonaria, a igreja presbiteriana do Recife nasce no dia 11 de agosto de 1878. “Deu-se a organização no sobrado da rua do Imperador nº 71, onde funcionou a igreja por muitos anos” (Ferreira, 1952, p. 183). Destacamos outra estratégia: A imprensa.

Os jornais protestantes eram os principais meios de disseminação e instrução doutrinárias. Em Pernambuco, o Rev. Smith fundou dois jornais para tal finalidade: A Salvação de Graça (impresso em Lisboa e publicado em Recife) e o Norte Evangélico, antes chamado de O Século, passou a ser produzido em Garanhuns (Silva, 2016, p.11).

Logo após sua fundação, a primeira igreja presbiteriana do Recife passa a ser considerada uma sede de treinamento missionário, por onde muitos pastores que fundam suas igrejas no Nordeste passaram. O Rev. Smith organiza outras 05 igrejas no Nordeste, cria o presbitério de Pernambuco, direciona responsáveis para o seminário teológico de Garanhuns e seleciona aspirantes ao ministério pastoral.

Permanecendo no Recife até 1892, foi substituído pelo Rev. Dr. George William Buttler, que pastoreia a igreja por apenas 01 ano e segue para “ a cidade de Garanhuns, iniciando o evangelismo no Agreste pernambucano. Em janeiro de 1895, através de sua atividade missionária, quinze pessoas se converteram ao protestantismo” (Santos, 2022, p.167).

Sendo médico conseguia atrair a população com atendimentos voluntários, sem fins lucrativos. Assim, Funda a igreja presbiteriana central de Garanhuns, uma escola paroquial, gênese do colégio Presbiteriano XV de Novembro e um seminário para capacitação pastoral que funcionou 20 anos em Garanhuns e depois foi transferido para Recife; hoje o seminário presbiteriano do Norte. Logo após, dirige-se para a cidade de Canhotinho “onde faleceu em 27 de maio de 1919, construiu

um hospital, uma igreja e uma escola, tipificando a estratégia missionária dos presbiterianos no Brasil” (Santos,2022, p. 167).

Em todo país as missões se empenhavam em atingir outras áreas, “ o projeto civilizador norte-americano protestante levado a cabo no Brasil era formado por três eixos: religião, educação e saúde” (Silva; Stamatto,2013, p.60). Esses eixos foram importantes aliados para o trabalho de evangelização. A exemplo da educação, no Rio de Janeiro nasce a primeira escola junto à igreja, destinada apenas aos filhos dos crentes.

Em dado momento, passam a atender os não evangélicos. “Essas escolas não tinham objetivos explicitamente proselitistas, mas nutriam um claro propósito de inculcar valores da bíblia e da cultura norte-americana” (Matos, 2011, p. 204). Com isso, surgem a escola americana em São Paulo e o colégio internacional em Campinas. Para essa função educativa, foram enviadas mulheres missionárias das igrejas presbiterianas do Sul e do Norte.

Em 1904, foi fundado o Colégio Americano de Pernambuco, que mais tarde receberia o nome de Colégio Presbiteriano Agnes Erskine. A proposta educacional contou com a participação da missionária Elisa Reed, enviada pelo Board de Missões da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos. No início deste século, o casal William e Rena Butler organizou o embrião do atual Colégio Presbiteriano XV de Novembro, na cidade de Garanhuns. Esses espaços educacionais foram planejados com o intuito de difundir a fé e as práticas protestantes entre os pernambucanos (Santos, 2022, p.168).

A presença presbiteriana também marca o campo educacional de Pernambuco. “ A elite liberal brasileira não estava interessada na religião, apenas na educação proposta pelos protestantes” (Silva, 2016, p. 10). Com a busca pela educação e rejeição da religião, os empenhos evangelísticos têm como alvo as camadas médias. Algo que talvez não tenha sido previsto, mas careceu de adaptação.

Inicialmente, as igrejas presbiterianas eram integradas somente por estrangeiros norte-americanos ou portugueses. Mas, devido ao notável crescimento exponencial foi necessário a constituição de um ministério nacional, em que os brasileiros foram formados para pastorearem. O primeiro pastor brasileiro a ser ordenado foi o antes padre José Manoel da conceição (1822-1873) na cidade de São Paulo. “No Nordeste, os principais ministros foram Belmiro de

Araújo César, João Batista de Lima e José Francisco Primênio da Silva” (Matos, 2011, p. 205).

Destacamos que, após o “abrasileiramento” das comunidades, aproximadamente 30 anos depois do início do presbiterianismo no Brasil, a igreja brasileira quis sua autonomia, quando decidiram então adotar como doutrina a confissão de fé e os catecismos de Westminster. Então, “O sínodo do Brasil passou a ser uma organização separada das igrejas-mães” (Matos, 2011, p. 205).

A criação do sínodo nacional teve a liderança do Reverendo Eduardo Carlos Pereira, pastor da igreja presbiteriana de São Paulo, com apoio dos missionários americanos. Dentre as muitas aspirações nacionalistas surge em 1890, a ideia de uma instituição de ensino superior, o colégio protestante de São Paulo, que recebe uma generosa doação passando a se chamar Mackenzie College. Destacamos, que em 1961 os presbiterianos norte-americanos doam o instituto para Igreja Presbiteriana do Brasil.

Dentre os desentendimentos que emergem com essa mudança, destacamos os de natureza pessoal entre o Rev. Eduardo e os líderes do Mackenzie que o levam a questionar a importância das instituições educativas e afirmar que os recursos disponíveis poderiam ser utilizados para uma evangelização mais objetiva.

Quando as missões protestantes deram início às suas atividades no Brasil, receberam o apoio dos maçons, que defendiam a liberdade religiosa, separação entre a igreja e o estado e a laicidade da educação. Os maçons abraçaram a fé reformada tornando-se também presbiterianos e estes começaram a se associar às lojas maçônicas.

O Rev. Eduardo e seus apoiadores se opunham à participação dos evangélicos presbiterianos na maçonaria, enquanto o sínodo se mostrava favorável. Sendo esse ponto também decisivo para ruptura com o sínodo e a criação da igreja presbiteriana independente.

A igreja independente se avoluma, entretanto apenas de forma inicial, sendo logo superada pela igreja que lhe originou, a Igreja Presbiteriana do Brasil. O investimento em evangelismos foi essencial para o crescimento da denominação:

“eram 10 mil membros comungantes, 150 igrejas locais e oito presbitérios, estando na dianteira das igrejas evangélicas do Brasil” (Matos, 2011, p. 208). A educação sempre foi prioridade e como consequência outras novas escolas surgem.

O colégio Agnes Erskine (1904), o instituto Ponte Nova (1906), o colégio XV de novembro (1908), o instituto cristão de castro (1915), o colégio evangélico buriti (1923) e o instituto bíblico Eduardo Lane (1933). O seminário do Norte, que havia sido fundado em Garanhuns (1899) e depois transferido para Recife (1921), que foi reconhecido pela IPB em 1924 (Matos, 2011, p. 209).

Em 1930, as duas igrejas passam por instabilidades. Primeiro, a igreja presbiteriana do Brasil em razão da modificação do seu estatuto, que passava a permitir o diaconato feminino. O grupo de presbiterianos do norte-nordeste não concordava e ameaçava uma cisão; a fim de amenizar as polêmicas, um novo documento foi estabelecido, no qual permanece até os dias atuais.

A igreja Presbiteriana Independente atravessa crises doutrinárias e se divide mais uma vez, originando em 1940, a igreja presbiteriana conservadora. E em 1942, a igreja cristã de São Paulo que defendia princípios ecumênicos, todavia, não permanece.

Apenas em 1956, o pastor da igreja presbiteriana do Recife, motivado por discordâncias doutrinárias, se desintegra e estabelece a igreja presbiteriana fundamentalista. Algo curioso é que em 1995, a igreja presbiteriana do Recife volta à jurisdição da Igreja Presbiteriana do Brasil. Atualmente, com 145 anos de história, sendo uma das mais importantes sedes do presbiterianismo em Pernambuco.

Anos mais tarde, o movimento de renovação carismática leva à desintegração de membros das igrejas presbiterianas do Brasil e da independente que formam em 1975, a igreja Presbiteriana Renovada de doutrina pentecostal, que frutificou e permanece até os dias atuais.

Posteriormente, a igreja presbiteriana do Brasil tenta se unificar com a sua primeira filha, a igreja presbiteriana independente. Porém, outra vez, entram em impasse, quando a independente declara aceitação da ordenação de mulheres para todos os ofícios. Algo parecido acontece quando a IPB decide se filiar à aliança

mundial de igrejas reformadas (AMIR)²², mas retrocede ao afirmar que a organização era sinônimo de liberalismo teológico e diversidade sexual e de gênero.

Para além das diversas divisões enfrentadas pela Igreja Presbiteriana do Brasil, outro destaque é válido. Diante das efervescências sociais, principalmente, no início dos anos 60, o desafio se voltou para manutenção da doutrina calvinista clássica e o combate ao “liberalismo teológico, às práticas ecumênicas e o envolvimento político-social” (Matos, 2011, p. 211). Entre muitos exemplos, citamos o do teólogo Richard Shaull que, chega ao Brasil 1952 e se torna professor do seminário presbiteriano de Campinas, apresentando uma visão teológica sociopolítica revolucionária.

Nessa época, influencia fortemente a juventude presbiteriana do país, entre eles, seu aluno o seminarista Rubem Azevedo Alves²³. Não apenas Shaull, mas muitos outros teólogos são expulsos dos seminários presbiterianos, a fim de manter a “sã doutrina da IPB”. O mesmo aconteceu com pastores simpatizantes do evangelho social.

A inquisição sem fogueira estava em pleno funcionamento na IPB, nos anos 1970: pastores e leigos são despojados e disciplinados sem oportunidades de defesa; professores são expulsos dos seminários sem terem oportunidade de defesa das acusações que foram alegadas para sua expulsão (Araújo, 2010, p. 36).

Na ditadura militar, alguns pastores presbiterianos, inclusive o próprio Rubem Alves, foram acusados de serem comunistas e permaneceram sob vigilância secreta dos militares. Muitas foram as medidas adotadas pela Igreja Presbiteriana do Brasil para se manter segura do adversário, o “comunismo”.

É bem verdade que a igreja presbiteriana do Brasil sempre buscou por áreas de atuação para fora dos templos, com destaque para educação. Apesar de afirmar sua prioridade com a evangelização direta e a plantação de igrejas. Atualmente,

²² À Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (Amir), foi fundada em 1970, para suceder a Aliança Presbiteriana Mundial. A Igreja Presbiteriana do Brasil em 1986, já havia cortado os laços com essa associação, todavia, em 1998 decidiu se filiar novamente. A motivação do desligamento definitivo, foi a 24ª assembleia geral da Amir em Gana. O secretário executivo do supremo concílio da IPB após comparecer ao evento, informou que as práticas da associação não eram condizentes com a doutrina calvinista.

²³ Nascido em 15 de setembro de 1933, foi pastor presbiteriano, teólogo, educador, escritor e psicanalista. É considerado um importante pedagogo brasileiro, propunha uma escola mais humana e uma educação dos sentidos e afetos.

permanece lutando contra a diversidade doutrinária e o pleno cumprimento dos padrões de fé expressos na confissão de Westminster e seus catecismos maior e breve.

O atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil, apesar de se basear no censo demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se apresenta como uma rica fonte para compreender o retrato detalhado da realidade religiosa sociodemográfica Brasileira. Muito nos interessa os dados relativos aos evangélicos de missão ²⁴.

Em linhas gerais, os evangélicos de missão habitam mais as zonas urbanas do que as rurais. Quanto a membresia; são mais adultos(as), idosos(as) e poucos(as) jovens. Outro destaque é que congregam mais mulheres do que homens, sobretudo, brancos(as). "O nível de educação dos evangélicos de missão é nitidamente superior ao da média nacional, uma vez que os seus membros estão bem representados no segundo grau, na graduação, no mestrado e doutorado" (Jacob *et al*, 2003, p. 69).

A respeito das atividades econômicas que desempenham "Além do setor terciário, eles são também trabalhadores por conta própria e, sobretudo, empregadores. Em consequência do predomínio dessas atividades, apresentam nível de remuneração mais elevado do que a média brasileira" (Jacob *et al*, 2003, p. 69-70). Com isso, concluímos que os evangélicos de missão estão implantados nas camadas médias da população. Especificamente, sobre os Presbiterianos, são:

980 mil adeptos, que representam 11,5% dos evangélicos de missão, constituem a quarta igreja mais importante desse grupo. Ao contrário dos luteranos, que se mostram bem delimitados geograficamente, os presbiterianos estão presentes em grande parte do território brasileiro, assim como os batistas e os adventistas. Eles são mais numerosos na Região Sudeste e também no Paraná. Quando se comparam os percentuais de fiéis dos presbiterianos com os demais protestantes tradicionais, constata-se que é no sudoeste de São Paulo, no Norte do Paraná, no sul e oeste de Minas Gerais e em Goiás que eles se mostram mais elevados. Além dessas áreas do centro-sul do país, encontram-se também algumas comunidades presbiterianas disseminadas pelo Nordeste. É, porém, na Região Centro-Oeste

²⁴ nome dado aos evangélicos tradicionais ou protestantes tradicionais, essa foi a nomenclatura utilizada pelo IBGE para o recenseamento de 2000. Estão inclusas as denominações: luterana, presbiteriana, metodista, batista, congregacional, adventista e outras evangélicas de missão.

que a expansão presbiteriana se dá de maneira mais acentuada (Jacob *et al*, 2003, p. 72).

Sobres as convicções presbiterianas, estas têm sua gênese na teologia calvinista, com destaque para os princípios de eleição divina, soberania de Deus, centralidade da palavra e sacramentos, plena validade da lei moral, conceito de pacto e junção entre piedade e cultura intelectual. A nomenclatura da igreja se explica na sua forma de administração que se dá pelos presbíteros, que são eleitos democraticamente. Estes podem ser: os regentes que gerenciam e os docentes que ensinam (os pastores). Vale salientar que todas as outras igrejas presbiterianas parentes alegam ser também herdeiras da tradição calvinista.

Hoje, a Igreja Presbiteriana do Brasil com 165 anos é a maior denominação calvinista do país, estando presente em todos os estados da federação, com aproximadamente 702.947 membros que se dividem em mais de seis mil templos (Igrejas, Congregações e Pontos de Pregação) e 4.915 Pastores.²⁵ Com um vastíssimo patrimônio que engloba: escolas, universidades, abrigos, hospitais, casas de recuperação, seminários teológicos, editoras, revistas etc.

3.3 A salvação política da pátria: A Igreja Presbiteriana do Brasil e o Golpe Civil-Militar de 64

Em princípio, acentuamos que o combate ao liberalismo teológico teve início na Igreja Presbiteriana do Brasil a partir dos anos 50, refletindo que as repressões na denominação precedem a ditadura militar. Nesse sentido, havia um grande esforço interno para delatar os hereges, romanistas, modernistas, ecumênicos, e simpatizantes do evangelho social, rotulados geralmente como comunistas.

Desse modo, “a cultura eclesiástica da IPB, que anterior ao período militar era de não se envolver em política, passou a ser bajulada pelo Estado, aderindo ao sistema político vigente” (Paegle, 2006, p. 95). À vista disso, cabe-nos perceber os elementos que, porventura, justificam as afinidades dos protestantismos germinados das missões norte-americanas com regimes autoritários. Portanto, não

²⁵ Dados segundo o censo da Secretaria Executiva da IPB. Disponível em: <http://www.executivaipb.com.br/estatisticas/> . Acesso em: 04 de novembro de 2024.

Na finalização desta pesquisa, os resultados referentes a religião no Brasil do censo do IBGE (2022) ainda estavam em fase de apuração e passavam por uma etapa de crítica técnica.

apenas os presbiterianos estabelecem esse elo com a ditadura, pois os luteranos, batistas e metodistas também.

Contudo, para além das diferenças entre essas denominações, precisamos ter em consideração que elas provêm da mesma fonte. Logo, "as variáveis da mentalidade do protestantismo conservador brasileiro são formadas por peças oriundas do ambiente protestante norte-americano do século XIX: o Pietismo²⁶ e, mais tardiamente, o Fundamentalismo" (Schmidt, 2016, p. 1). Essas correntes são ultraconservadoras e autoritárias. Desse modo,

É, pois, o movimento fundamentalista, um movimento de reação contra as correntes intelectuais críticas em torno de questões como: a evolução (darwinismo), a inerrância da Bíblia (criticismo bíblico), a questão entre pré e pós-milenismo e o compromisso social como parte da missão (Evangelho Social) (Paixão Jr, 2008, p. 158).

O fundamentalismo emana da necessidade de combater os inimigos da fé, que são aqueles que pensam distintamente, isto é, uma leitura crítica da hermenêutica bíblica. Deste modo, "é esta absolutização da verdade, como única maneira possível de se interpretar a fé que fez surgir no movimento fundamentalista seu caráter autoritário e exclusivista" (Paixão Jr, 2008, p. 157). Logo, os hereges deveriam ser eliminados. Não existindo espaços para diálogo.

Devido ao caráter absolutista dessa corrente teológica a mesma não se restringe unicamente a um movimento religioso, abarca também âmbitos políticos, ideológicos e sociais. "A lógica ética do fundamentalismo é que convertendo o indivíduo, automaticamente, melhora-se a sociedade" (Paixão Jr, 2008, p. 161). Dessa forma, a igreja reformada deve apenas se preocupar com a evangelização, ao mesmo tempo que se isenta do compromisso de responsabilidade social condena quem assim o faz.

Torna-se interessante perceber que maior parte dos teóricos que dialogam sobre a temática apontam apenas o elemento importado do modelo norte-americano. Este movimento do fundamentalismo foi ponto central para compreender as motivações para o apoio das igrejas protestantes à ditadura militar.

²⁶ Foi um movimento religioso iniciado nas igrejas luteranas da Alemanha ainda no século XVII, se tratava, portanto, de uma oposição ao dogmatismo e formalismo teológico. Valorizando as experiências da fé em detrimento da racionalidade.

Bem sabemos que, “a fé reformada manteve, então, no Brasil, uma tradicional mensagem de defesa da ordem” (Schmidt, 2016, p. 10). Do mesmo modo,

As atitudes tomadas pelo conservadorismo protestante no período da Ditadura Civil e Militar estavam fundamentadas não apenas em tradições teológicas advindas, principalmente, dos Estados Unidos, mas também numa herança formada por elementos culturais tipicamente brasileiros (Schmidt, 2016, p. 1).

Para Daniel Schmidt (2016), esses elementos culturais tipicamente brasileiros que colaboram para formação de uma mentalidade protestante conservadora derivam-se da cultura católica romana e do patriarcalismo rural-escravocrata. Do primeiro, retém-se o catolicismo guerreiro, em que o pagão deveria ser eliminado; o segundo, baseia-se no patriarcado fundado no poder e na autoridade que se concentram na figura masculina.

Por conseguinte, “do velho patriarcalismo rural e escravocrata brasileiro, as lideranças protestantes herdaram o gosto pelo mando” (Schmidt, 2016, p. 9). Isso se expressa na rigidez ao proteger a sã doutrina. Assim, era necessário pôr ordem na igreja para conter a desordem, essa premissa se materializa no período ditatorial. Vale destacar que outro fundamento foi incorporado: o sadismo.

No ambiente das denominações estudadas, ele transparece em atitudes como a delação. Como os antigos senhores de engenho que enviavam seus escravos rebeldes para o tronco, as lideranças do protestantismo conservador não hesitaram em confiar seus membros mais recalcitrantes nas ideias heréticas à punição exemplar do Estado, ainda que esta atitude resultasse em tortura e morte. Pode-se ver a sombra deste velho sadismo cultural até mesmo em casos extremos, como a presença de um ‘capelão batista’ que torturava e ‘evangelizava’ nos porões da ditadura. Tudo em nome da ortodoxia e da pureza da doutrina (Schmidt, 2016, p. 9).

Vimos que existem alguns elementos brasileiros incorporados aos protestantismos missionários. Mas, a planta protestante “não foi retirada, até hoje, do vaso cultural/teológico em que foi transportada para os países periféricos. Foi plantada ali com vaso e tudo, ignorando as condições peculiares do solo histórico-cultural dessas populações” (Dias, 2014, p. 32). Logo, não atingem as camadas populares e rejeitam a cultura brasileira. Sob tal ponto de vista,

Tornava-se impossível combinar os valores protestantes e a sua normatização de conduta para que valorizasse a cultura brasileira. Não conseguiam enxergar um protestantismo que valorizasse a cultura brasileira, pois converter-se significava adotar o olhar anglo-

saxônico, branco, ocidental e capitalista em detrimento daqueles que negavam esses valores. Quem era a favor dos valores trazidos pelos missionários estadunidenses defendiam o progresso, enquanto os que eram contra, eram responsáveis pelo atraso, seja político, econômico, social e religioso (Paegle, 2006, p. 59).

Indubitavelmente, os protestantismos que chegam ao Brasil, dentre eles o calvinismo proveniente dos missionários presbiterianos, aproximam-se das classes médias e altas, por conseguinte, dos brancos. Assim, “se aliou muito mais com um projeto de vanguarda e de elite do que de uma concepção mais popular” (Paegle, 2006, p. 56). E sendo assim, os adeptos do moralismo e conservadorismo desconsideraram as injustiças sociais.

Vale salientar que as instituições religiosas se vinculam aos embates políticos de sua época. Naquele momento, “existia um amplo movimento Inter denominacional de combate às reformas sociais” (Vilela, 2011, p. 7). Por serem conservadores, as denominações e seus fiéis de classe média e alta eram contrários aos processos de mudanças socioeconômicas e políticas no Brasil, requerendo, portanto, a manutenção do status quo.

Estrategicamente, o discurso conservador das entidades antirreformistas não mirava o presidente e nem as propostas reformistas, pois as mesmas eram bem recebidas pelas populações pobres, mas se voltava para o sentimento religioso dos brasileiros. Sutilmente, os conservadores desviavam o foco de suas investidas, ao alardearem que as reformas não chegavam a ser um problema, mas sim o comunismo embutido em seus princípios (Almeida, 2009, p. 57).

Perante o exposto, conseguimos entender com maior clareza algumas das motivações que conduziram os protestantismos a apoiar e celebrar o golpe militar de 1964. Destacamos que, “entre as igrejas evangélicas do Brasil, a Presbiteriana foi a mais envolvida e a mais comprometida com o golpe de 1964 por causa da ligação dessa igreja com a classe média e por causa do prestígio que gozava nos meios políticos” (Dias, 2014, p. 34). Assim, aspectos religiosos e políticos se relacionam.

Em vista disso, focalizamos a Igreja Presbiteriana do Brasil, que reconhecia esse momento político como necessário para o estabelecimento da ordem e, sobretudo, como resultado da providência de Deus. “O novo regime representou a salvação política da pátria. Medo da esquerda e simpatia pela direita parece refletir

fielmente a mentalidade protestante majoritária” (Reily, 2003, p. 309). Portanto, todos os cristãos deveriam ser gratos, tratava-se de um movimento glorioso.

Em outros termos, e avançado um pouco mais nos limites dessa problemática, podemos afirmar que a Igreja passou a estruturar/compor uma rede de apoio ao governo, cujo discurso, ressaltava o papel da Igreja diante da nova configuração política do Brasil, a saber: o combate ao Comunismo e o caráter divino do Golpe civil-militar (Vilela, 2015, p. 80).

Esse caráter divino do golpe civil-militar fez aflorar uma concepção teológica de que Deus em favor do seu povo, agiu em hora oportuna. Por isso, “igreja e estado deveriam caminhar na mesma direção e sanar o grave quadro social que se fazia presente” (Vilela, 2015, p. 74). Como vimos, a igreja presbiteriana já se antecipava ao conter com as próprias forças os “avanços comunistas” dentro da denominação, mas com o novo regime suas ações se legitimam.

Houve uma correlação de concepções e expectativas que permeavam o cenário sociopolítico brasileiro e o religioso presbiteriano, o que fez com que neste o Golpe civil-militar fosse encarado como uma espécie de salvação da nação das mãos dos comunistas, concepção está expressa por grande parte da sociedade brasileira da época. Não somente isto, os comunistas eram os inimigos a serem vencidos na nação brasileira, mas eram também o inimigo da IPB e, do fundamentalismo norte-americano que aqui chegou (Paixão Jr, 2008, p. 172-173).

Desse modo, se estabelece uma relação de reciprocidade em que o poder militar autoritário justificava o grupo do poder na Igreja, e a Igreja justificava o poder militar. Neste instante, deter-nos-emos a perceber como esse apoio ao governo ditatorial se materializou. Destacamos que o posicionamento político da Igreja Presbiteriana do Brasil deu-se primeiro através da imprensa, dos jornais da própria denominação.

Com o início do golpe, esses periódicos assumiram essencialmente a função de anunciar o novo regime como estabelecido por Deus, portanto, incontestável. “A partir de 1964, o jornal Brasil Presbiteriano passou a dar espaço às autoridades militares, com declarações, datas cívicas e um apoio às iniciativas contra os comunistas” (Costa, 2017, p. 882). Enfatizamos que as outras denominações adotam os mesmos artifícios.

Uma rápida consulta aos periódicos da época, das principais instituições eclesiais do protestantismo brasileiro, é mais do que suficiente para demonstrar a adesão destas ao regime político

imposto pelas armas a partir de 1964. Editoriais e artigos laudatórios vão preencher as páginas do “Jornal Batista”, do “Brasil Presbiteriano”, do “Expositor Cristão” da Igreja Metodista, do “O Estandarte” da Igreja Presbiteriana Independente, do “Mensageiro da Paz” das Assembleias de Deus e de muitas outras publicações de menor porte e alcance no mundo evangélico (Dias, 2014, p. 33).

Em relação ao Jornal Brasil Presbiteriano pertencente a IPB, esse modifica completamente sua conduta em razão do apoio ao golpe. Através de “matérias elogiosas à nova situação política do país: exemplo dessa perspectiva foi a divulgação de uma mensagem de congratulações ao governo, intitulada Representação ao Sr. Presidente da República” (Vilela, 2015, p. 75). A igreja tenta justificar sua participação na política a partir da ideia de que estaria colaborando como uma ação de resgate à pátria.

Portanto, a Igreja Presbiteriana fundamenta sua conduta não apenas como sendo de ordem política, mas acima de tudo teológica. Condizentes com as suas tradições “os presbiterianos optaram por se manter ao lado da lei e da ordem” (Souza, 2013, p. 154). Inclusive, o supremo concílio recomenda que cultos em ações de graças possam ser celebrados em todas as igrejas a fim de expressar regozijo pelo momento. Ainda sobre os jornais da igreja:

Já se tem escrito sobre o apoio dos evangélicos ao governo militar e o que se percebe é que, em geral, as lideranças foram ávidas em apoiar o novo regime. Por isso, os jornais das Igrejas, as decisões conciliares e os pronunciamentos da hierarquia estiveram marcando claramente que, como bons brasileiros, era mister que se apoiasse o novo governo, como sinal de amor à Pátria e de obediência a Deus. Os verdadeiros cristãos deveriam orar pelos governantes e abominar os inimigos. Isso aconteceu nitidamente com a IPB. Verificando-se o jornal oficial da Igreja, podemos observar como a liderança eclesiástica usou esse importante meio de comunicação com os fiéis, e também com os de fora, para delimitar sua relação com a política nesse período (Souza, 2013, p. 127).

Vale salientar que mesmo com o conhecimento de violências e torturas, a IPB continuou apoiando o regime militar. Assim, “essas ações, inclusive o autoritarismo do novo regime, eram entendidas como necessárias diante do avanço do Comunismo e radicalização das esquerdas que ameaçavam dominar e administrar o Brasil” (Vilela, 2015, p. 76). Acreditava-se que essas práticas eram legítimas para derrotar os inimigos da nação e da fé, os comunistas.

A liderança eclesiástica e, especialmente, o redator do BP entendiam que o governo militar era uma ótima oportunidade para

a IPB ocupar o espaço que sempre se imaginou para o protestantismo brasileiro, de dirigir a transformação da sociedade com o Evangelho (Souza, 2013, p.153).

Observa-se que, o apoio prestado ao governo militar também servia para trazer uma certa visibilidade para o protestantismo no Brasil, tanto que, “ as boas relações com o governo abririam também portas para o “testemunho do Evangelho” em locais como a Escola Superior de Guerra ou os escritórios do Serviço Nacional de Informações (SNI)” (Schmidt, 2016, p. 10). Ou seja, tratava-se de um meio de trocas.

De acordo com Eduardo Paegle (2006), em alguns setores da igreja católica o regime militar era mais atacado e, por isso, o estado acabava por privilegiar o protestantismo. Para além das muitas publicações elogiosas no jornal que serviam não somente para os membros da igreja, mas para toda sociedade, outras “ instituições desta Igreja como a Universidade Mackenzie, por exemplo, colocarem-se ao lado do governo militar” (Paixão Jr, 2008, p. 121). Para servi-lo.

Em adição a esse campo de suporte para fora dos templos que os presbiterianos prestam ao governo, uma “inquisição sem fogueiras” acontece dentro da denominação. Muitas foram as medidas para refrear os hereges, reafirmamos que tais ações timidamente antecedem o regime militar, mas a partir do golpe, as perseguições são de certa forma validadas, uma vez que,

Os considerados hereges dentro deste cenário recebiam os mesmos clichês dos inimigos políticos da nação, ou seja, eram os comunistas. Estes eram os inimigos a serem vencidos na nação brasileira, mas eram também os inimigos da Igreja Presbiteriana do Brasil (Paixão Jr, 2008, p. 119).

Em outras palavras, estado e igreja tinham o mesmo adversário e se juntam para derrotá-lo. Por isso, “o inimigo eclesiástico, o herege, também passava a ter uma identidade sócio-política virtual, era o subversivo político, o aliado à mentalidade e projetos comunistas” (Paixão Jr, 2014, p. 32). E “por motivos de eliminação mais eficaz dos inimigos internos da Igreja ou por motivos de agrado ao regime militar, existiam pessoas na IPB que estavam denunciando aos militares membros e pastores desta Igreja” (Paixão Jr, 2014, p. 33). Havia um evidente esquema de delação.

Compreende-se que as lideranças denominacionais a partir do golpe civil e militar começam a contar com o estado para realizar as punições necessárias contra os hereges. Mas não ficam apenas nisso, aproveitam o momento político para realinhar a doutrina da igreja. Por isso, “nos tempos da ditadura, lideranças do protestantismo brasileiro agiram como os antigos cruzados e inquisidores na defesa da ortodoxia e da unidade da fé. O Outro deveria ser eliminado” (Schmidt, 2016, p. 10). Observamos que o regime ditatorial se reproduz dentro da igreja:

Em pleno período da Ditadura Militar no Brasil, estabeleceu-se, também, um período de ditadura eclesiástica na Igreja Presbiteriana do Brasil, em que os líderes desta Igreja, mais precisamente, do seu órgão gestor máximo o Supremo Concílio, utilizaram mecanismos de exclusão, dominação e manutenção do poder, em muitos aspectos semelhantes aos utilizados pela Ditadura político-militar instaurada no Brasil a partir de 1964 (Paixão Junior, 2014, p. 21).

De acordo com Isaque Costa (2017), essa ditadura eclesiástica na igreja presbiteriana do Brasil desenrolava-se com invasões aos templos, reuniões de conselhos tendo a proteção policial, afastamento de pastores, denúncias falsas, disseminação de ódio e perseguições nos seminários teológicos. “As lideranças falaram alto fechando seminários, cerceando grupos de jovens, acusando de ‘comunismo’ e expurgando membros inconvenientes” (Schmidt, 2016, p. 9). Tais feitos são contraditórios se postos diante da doutrina que buscavam defender.

Ao nosso ver, essas medidas tomadas pelas lideranças mostram-se nitidamente opressoras da liberdade. Todavia, torna-se interessante perceber algumas sutilezas nesse processo de controle. Tal como a pregação dos pastores, ou melhor, seu discurso para com os fiéis. Digamos que nessa figura se concentra a autoridade máxima das denominações que, por vezes, são inquestionáveis, e suas palavras são tidas como verdades absolutas.

Nesse sentido, artifícios como a persuasão são facilitados, conduzindo os membros das igrejas a uma postura completamente alienada, ao ponto de deletar seus semelhantes. Assim, se provocou “no interior da Igreja uma política de vigilância e de denunciamento, onde todos eram responsáveis pelo cumprimento da ordem” (Vilela, 2015, p. 78). Todo esse cenário contribui para o fortalecimento de um pensamento único e hegemônico, tanto que, os que não se submetem sofrem as consequências. Vale frisar que,

Não se faz referência, aqui, à disciplina física, mas às excomunhões, ao controle sacramental, à obstrução do exercício democrático (sistema de governo da IPB) mediante o direito do voto conciliar, às interdições de acesso ao poder, ao estigma teológico e moral etc (Paixão Jr, 2008, p. 169).

Esses artifícios de perseguição político-eclesiástica tinham como alvo aqueles que defendiam posicionamentos políticos e teológicos divergentes, geralmente os simpatizantes do evangelho social. Do ponto de vista do conservadorismo protestante, as desigualdades sociais não eram uma questão pertinente, e as repressões e censuras impostas à população também não.

Salientamos que, no período entre 1962-1966, ainda houve uma pequena liberdade que foi reprimida, pela presidência rígida de Boanerges Ribeiro. Esse “clima gerado pelos militares propiciou a chegada ao poder nas hierarquias eclesiásticas de lideranças autoritárias, carismáticas e portadoras de um discurso messiânico” (Schmidt, 2016, p. 7). Consequentemente,

A primeira reunião do Supremo Concílio durante o regime militar, elegeu o pastor Boanerges Ribeiro, iniciando o período conhecido como “boanergismo” que cobriu do período de 1966 até 1978, com três eleições consecutivas com um período de quatro anos cada um (Paegle, 2006, p. 56).

Destacamos que antes mesmo da sua eleição em 1964, ele assumiu a direção do jornal Brasil Presbiteriano, ou seja, ele já atuava desde o início do golpe militar. “Boanerges Ribeiro tinha sem dúvidas, ótimas relações com os militares” (Paegle, 2006, p. 92). Uma vez que, esse personagem se eleva dentro da igreja presbiteriana do Brasil com uma orientação inflexível nas medidas corretivas que se instauravam.

Tendo em conta que na igreja presbiteriana, e nas outras denominações, o evangelho social não consegue ocupar lugar, antes era coibido. Os seminários se esforçavam na tentativa de criar cenários para que essa teologia se fortalecesse. Contudo, na era do boanergismo, é criada a Comissão Especial de Seminários.

Estava claro também, que havia a necessidade de se controlar os seminários, pois era lá, onde se formavam os pastores e se reproduzia o sistema. Dessa forma, foi criado uma Comissão Especial dos Seminários (CES), tendo como foco principal o Seminário Presbiteriano de Campinas (SPS), enquadrando os alunos e expulsando os divergentes (Paegle, 2006, p. 85).

Essa comissão era formada por “pessoas estratégicas e que apoiavam o projeto político do presidente do Supremo Concílio Boanerges Ribeiro. Sob a supervisão desta junta, a mocidade teve sua liberdade vigiada e seu pensamento controlado” (Paixão Jr, 2014, p. 29). Para ele, era imprescindível que os seminaristas também se submetessem aos ideais do governo, dado que eram autoridades constituídas pelo próprio Deus.

Segundo Isaque Costa (2017), o maior golpe contra a educação teológica acontece com o fechamento do seminário do Centenário, que era recém-inaugurado pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Ainda relata que expulsões e demissões eram práticas comuns, a exemplo do professor João Dias de Araújo, afastado no final do ano letivo de 1970, por acusações de ser ecumênico, modernista e comunista. Seguramente,

Havia toda uma geração de presbiterianos nas décadas de 1950 e 1960, tendo entre eles: Richard Shaull, Rubem Alves, Joaquim Beato, João Dias de Araújo, Paulo Stuart Wright, Cyro Cormack, Jovelino Ramos, Lemuel Nascimento, Jaime Wright, Waldo César, entre outros, ao defender posições teologicamente, politicamente e ideologicamente opostas ao “boanergismo” foram sistematicamente afastados e/ou silenciados dentro da estrutura interna da IPB (Paegle, 2006, p. 130).

Sobre esses perseguidos, Zwinglio Dias (2014) nos conta que muitos abandonaram suas igrejas por não aceitarem o posicionamento de suas lideranças. Outros decidem continuar inseridos em suas denominações para expor suas contraposições mesmo que de forma discreta. E os que foram efetivamente expulsos e intitulados hereges, esses criam denominações, por vezes de caráter ecumênico. Tendo como exemplo, Rubem Alves:

Foi outro estigmatizado neste período. Alves foi um dos principais articulistas do Jornal O Brasil Presbiteriano e também era professor no Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, instituição que não escapou ilesa ao ‘espírito inquisitorial’. Após um período de intensa perseguição e pressão na IPB, Rubem Alves apresentava no dia 15 de setembro de 1970 ao Presbitério Oeste de Minas sua carta-renúncia da jurisdição da Igreja Presbiteriana do Brasil (Paixão Jr, 2014, p. 25)

É digno de nota que o período linha dura implementado por Boanerges Ribeiro serve também como combate à Teologia da Libertação, em virtude da ortodoxia doutrinária da IPB ser contrária aos seus princípios, ou seja, voltando-se apenas para a evangelização da nação e rejeitando questões sociais. O mesmo

acontece com o anteriormente citado evangelho social, que defendia uma implementação de justiça social, onde o reino de Deus deveria começar no plano terreno.

Decerto, a teologia da libertação e o evangelho social eram igualmente condenáveis e combatidos. Sendo tidos por práticas heréticas, em razão de contrapor o pensamento hegemônico presbiteriano. Os opositores a serem eliminados defendiam que “a IPB deveria incorporar uma política mais ligada às questões socioeconômicas, levando-se em consideração o contexto do governo João Goulart” (Peagle, 2006, p. 142). Sublinhamos o ideal de Rubem Alves:

Rubem Alves reconhecia assim, que a igreja existe também para resolver os problemas “deste mundo”, ao acreditar na concepção que Deus se revela nas condições históricas existentes, havia a necessidade de que os cristãos se engajassem nas soluções de transformações sociais, nas quais a sociedade brasileira estava vivenciando, sobretudo, na bipolarização do governo de João Goulart (Peagle, 2006, p. 143).

Contudo, a igreja opta por não se engajar na resolução de problemas desse mundo. Ao contrário, se empenha em condenar e perseguir os ideais de transformação sociais propostos na época e os seus defensores. O apoio ao regime ditatorial trouxe consequências para os protestantismos em geral, especialmente para a Igreja presbiteriana do Brasil que até a atualidade carrega essas sequelas.

Desse modo, abordaremos alguns desses impactos. Inicialmente a IPB ausenta-se de contribuir positivamente e “eficazmente no cenário político-social brasileiro e ao mesmo tempo enclausurava-se em suas próprias fronteiras, fechava-se para o novo e excluía expoentes intelectuais, hoje conhecidos no cenário teológico, sociológico e filosófico brasileiro” (Paixão Jr, 2014, p. 38). Basta ver Rubem Alves.

Seguramente, esses pastores que foram expulsos ou se retiraram da denominação tinham algo em comum: buscavam, ativamente, se envolver nas questões sociais do povo brasileiro. Por tais anseios serem condenáveis, e a Igreja Presbiteriana do Brasil não aceitar um meio-termo, gradativamente se distanciava da responsabilidade cristã de justiça social. Dado que,

O menor resquício de prioridade da questão social dentro da IPB no período analisado era visto pejorativamente como “esquerdista”, “comunista”, dificultando a inserção dos presbiterianos entre os

pobres ou num projeto popular, como existente, por exemplo na Teologia da Libertação (Paegle, 2006, p.105-106).

Consideramos que a aspiração da Igreja Presbiteriana do Brasil sempre foi desempenhar um papel transformador a partir da tão somente pregação do evangelho, sem se preocupar com o bem-estar social, antes o equivalendo a comunismo. Esse ideal societário proclamado pela denominação, não obtém repercussão o suficiente para desempenhar mudanças efetivas nos âmbitos socioculturais e políticos no Brasil. Além do mais,

Líderes da IPB ao apoiarem o regime militar, ao colocarem no mesmo uma expectativa messiânica calcada no apoio às suas benfeitorias de "expurgo" aos comunistas e seus simpatizantes, no Brasil, traíram elementos das próprias bases do protestantismo como a liberdade de pensamento, requerida quando necessária à manutenção da liberdade religiosa, e a própria democracia política (Paixão Jr, 2008, p. 174).

Diante do exposto, se evidencia que a Igreja Presbiteriana do Brasil herda de João Calvino não somente a teologia, mas uma certa ambição pela ordem, uma vez que, mantém formas de anulação dos que pensam diferente, se fechando para o diálogo. Séculos antes, em Genebra com o consistório, e depois no Brasil, primeiro com o apoio ao golpe de 64 e o governo militar até 1985.

Observamos que, historicamente, os protestantismos aqui com ênfase no presbiterianismo brasileiro, sempre demonstraram afeições por governos autoritários. Esse fascínio pelo poder, conduz novamente a Igreja Presbiteriana do Brasil a utilizar seus púlpitos como palanques para eleger o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e lutar por sua reeleição. Vale destacar que esse apoio tem o mesmo fundamento do anterior, no regime ditatorial, derrotar o esquerdismo.

Diante do exposto, percebemos que o conhecimento das conjunturas históricas protagonizadas pela Igreja Presbiteriana do Brasil, nos é demasiadamente vantajoso. Uma vez que, contextos passados nos permitem aprender e refletir criticamente acerca dos erros e acertos das gerações anteriores, evitando que venhamos a reproduzi-los hoje.

Nesse sentido, o passado também nos auxilia no entendimento de como chegamos ao presente, permitindo-nos compreender os elementos estruturantes da nossa sociedade. Nesse caso específico, a história de ascensão da Igreja Presbiteriana do Brasil e seu apoio ao golpe militar foi imprescindível para

entendermos as afetações desses fenômenos na contemporaneidade, especialmente, no colégio Presbiteriano XV de novembro que é parte integrante desse legado.

Afinal, conscientizarmo-nos do passado e dos seus erros e acertos é um exercício para ressignificar, ou seja, dar um novo sentido, construir outros cenários a partir de novos contextos. Por isso, afirmarmos a iminência de uma releitura e recontextualização da conduta doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil, com o intuito de propagar os princípios calvinistas na atualidade, de modo a contribuir com a humanização dos sujeitos.

4. PRINCÍPIOS E BASES EPISTEMOLÓGICAS DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Neste capítulo, adentramos os princípios fundantes de uma educação libertadora, entre seus contornos e bases, destacando a educação popular como pertinente nas instituições escolares. Transpassando a teoria, incorporamos a discussão um projeto educativo libertador que unifica as práticas da educação popular e a teologia. E, posteriormente, apresentamos práticas educativas libertadoras com realce no cotidiano escolar, especificamente na sala de aula.

4.1 Os contornos de uma educação libertadora

Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora e por isto respeitadora do homem como pessoa. (Freire, 1967, p. 37)

A necessidade de explicitar princípios de uma educação que liberta, implícita que ainda existem práticas que se dissimulam educação com finalidade de opressão. Para Souza (2009), se um processo educativo não promove humanização, ele não pode se qualificar como educação. Por essa razão, torna-se importante um olhar crítico-reflexivo para ressignificar definições dadas sobre o papel da educação na história.

A educação e seu papel na história é mais, muito mais que ensino, que aprendizagem, que sistema escolar, que razões, juízos e discursos verbalizados, que professores e alunos, que normas e regulamentos; exige impulsionar, parafraseando as obras de Paulo Freire, uma pedagogia libertadora, uma pedagogia da esperança, uma pedagogia da indignação, uma pedagogia dos sonhos possíveis (Jara, 2020, p. 41).

É imprescindível debater acerca das diferenciações entre instrução e educação, por vezes essas expressões são vistas como equivalentes. A educação não ocorre de forma isolada, ou apenas como uma pequena porção; pelo contrário, ela engloba o todo, a própria vida e todas as esferas do existir. Sendo o desenvolvimento humano que humaniza, e vai para além do individual, abraça a coletividade.

A instrução age como redutora e até por vezes deturpadora, pois, serve como ferramenta para fazer avançar o desenvolvimento de interesses educacionais previamente estabelecidos “introduzindo o alunado na racionalidade da sociedade atual, sua lógica, condições de competição e competitividade, com vistas a que o indivíduo seja eficiente e ilustrado integrante dessa sociedade” (Jara, 2020, p.46).

Em outras palavras, o artifício de instruir se consolida na criação de moldes perfeitos e idealizados. Nesse processo acontece o que Paulo Freire denomina de massificação, quando a pessoa não tem o poder de decisão sobre sua ação e padece com a ausência da autonomia. Nesse sentido, a aniquilação da capacidade de decidir conduz à coisificação, à proibição do ser sujeito.

As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se (Freire, 1967, p. 43).

Outra forma de reducionismo da amplitude educativa é concebê-la apenas como escolarização. Todavia, acreditamos que a escola ainda é um dos principais locais onde se forja o intelecto dos sujeitos. Há uma inegável transmissão de conteúdos e esses por vezes aparecem como afirmadores e perpetuadores de desigualdades e discriminações. “Em qualquer ação educativa se exercem e se promovem relações de poder que têm consequências diretas no desenvolvimento e enriquecimento das capacidades humanas ou em sua inibição” (Jara,2020, p. 207).

Observando “a proposta dos organismos financeiros, do discurso neoliberal predominante, do paradigma da racionalidade instrumental a partir do qual se vê a educação como uma mercadoria a mais” (Jara, 2020, p. 34). Somos conduzidos a pensar que a educação bancária ainda encontra terreno fértil no atual contexto da educação brasileira.

Essa concepção educacional é a perpetuação da negação do diálogo. Para Paulo Freire (1967), o Brasil nasceu e se desenvolveu sem experiência de diálogo, uma sociedade ausente de democracia.

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de

nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro (Freire, 1967, p. 66-67).

A pedagogia da educação bancária afirma a pessoa humana como objeto. O ato de depósito do conhecimento com a finalidade da mera repetição violenta a capacidade criativa e questionadora. Assim, os esquemas verticais são características de uma educação serva do neoliberalismo, que oprime e legitima dia após dia as relações hegemônicas. O nosso clamor é que “ se modifique o modelo predominante de sistema educativo escolarizado, que não é capaz de responder aos complexos desafios de nossa época” (Jara, 2020, p. 215).

A denúncia da educação bancária e opressora precede o anúncio de uma educação libertadora que nos atinge como boa nova. Trilhar esse caminho só é possível a partir da tentativa de romper com a transitividade ingênua e a partir do processo de conscientização chegar à transitividade crítica. Para finalmente consolidar uma educação que seja crítica e na mesma medida criticizadora (Freire, 1967).

Nessa perceptiva, retomamos o aspecto das experiências democráticas brasileiras e como historicamente o povo foi coagido a silenciar diante dos abusos e opressões vivenciadas. A não reflexibilidade levava a uma normalização, ou seja, não se construíam possibilidades de se enxergar sujeito em suas potencialidades para criar cenas.

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe. (Freire, 1967, p. 81).

Acreditamos que uma educação libertadora é potente na criação de cenários outros, lançando os sujeitos ao debate sobre suas próprias condições. Para tanto, é primordial “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (Freire, 1987, p.88). Nesse sentido, educar é um ato ético e político pela

capacidade poderosa de questionar e transformar as estruturas opressoras a partir do reconhecimento das capacidades de cada pessoa.

A crença nas possibilidades humanas nasce do gestar um olhar para o outro e enxergá-lo para além dos contextos de carências que, por vezes, os envolvem. Aqui, o diferencial é o enxergar pelos olhos da humanização e dignidade, acreditando nos sujeitos e nas suas potencialidades para transformação pessoal e social. O Olhar com sentimento de pena, por vezes, condena ao fracasso e converte protagonistas em espectadores.

A compreensão de humanização, sob a ótica de Paulo Freire, é feita a partir de três perspectivas: antropológica, que reconhece a historicidade como produção humana; pedagógica, que considera o diálogo como mediação entre sujeitos históricos; e ético-política, que considera a autonomia como expressão do concreto pensado do devir humano (Braga,2012, p.33).

O estabelecimento de relações dialógicas se diferencia por gerar aberturas para conversar. Portanto, qualifica-se como “uma relação epistemológica, de horizontalidade, capaz de gerar autonomia, responsabilidade e compromisso pelo exercício da fala-escuta” (Santiago ,2007, p. 37).

Dialogar refere-se a uma metodologia que se compõe dentro de um acordo teórico-prático que se dá a partir dos e entre os sujeitos, estabelecidos na autonomia, capacidade crítica, problematizadora e criativa. Para realização desse processo é necessário que as relações verticais sejam superadas entre educadores(as) e educandos(as).

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo (Freire, 1987, p.39).

A ênfase dada às relações humanas se explica a partir da inspiração da visão freireana, em que a pessoa é um ser de relações e não apenas de simples contatos. Contudo, não apenas se coloca presente no mundo, mas com o mundo. “Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é” (Freire, 1967, p. 39).

Para refletir acerca de uma educação e, como consequência, mudança de sociedade, precisamos salientar a importância da educação popular. Que se

reafirma pedagogicamente “como fundamento de uma educação libertadora ou para a emancipação humana contribuindo, inclusive, com a reinvenção da teoria da emancipação humana e reconhecimento das ciências sociais/humanas” (Souza, 2009, p.132).

A educação popular latino-americana é um campo contemporâneo da ação e do pensamento vivo. Que “se sustenta em uma proposta ética, política, pedagógica emancipatória e aspira a libertação de todas as formas de opressão” (Jara, 2020, p. 223). Os processos de educação popular permitem participações e construções, não como uma teoria que se considera pronta e acabada, mas como uma corrente pedagógica crítica, um movimento educativo.

Não sendo autocentrada ao ponto de apresentar-se como a única solução, se coloca como um dos caminhos possíveis, sempre viabilizando diálogos entre outras teorias para atingir seu objetivo que é ser transformadora. A partir de uma leitura crítica da realidade das condições que produzem injustiças em todo e qualquer âmbito da vida humana.

Na educação popular, os esforços para garantir a qualidade de educação supõem antes o direito à educação (em todas as formas, modalidades e para todas as pessoas), e o desenvolvimento das capacidades de aprendizagem ao longo da vida, vinculadas as mudanças sociais que tenham justiça, equidade, democracia como conquistas civilizatórias que hoje, mais do que nunca, é preciso garantir e defender (Jara, 2020, p. 222).

Dessa forma, precisamos almejar uma educação que seja popular, dado que replica o direito da educação para todos. Precisamos modificar a concepção de educação ainda como um privilégio de alguns. Portanto, destacamos a sua não restrição “a sindicatos, igrejas, entidades e grupos de caráter alternativo e popular, mas incorporou-se ao fluxo da política e da pedagogia como um todo” (Silva; Machado, 2013, p. 139).

O vínculo que envolve a educação transformadora e mudança de sociedade representa um plano importante para enfrentar os desafios postos pela realidade atual. Concordamos com Paulo Freire, quando afirma que a educação sozinha não produz mudança social, contudo, sem uma educação que seja libertadora torna-se inviável qualquer transformação e mudança.

Essa concepção emancipadora que compõe a educação libertadora busca transformar a ordem social e o próprio sistema educacional, “A educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” (Brandão, 2006, p.75). Essa tamanha dimensão pedagógica se dá no terreno do saber e do poder.

Adquirindo a consciência de que a educação é um processo ético-político-pedagógico, são fundamentais a produção de espaços de “liberdade nos quais são geradas as condições para que educação e política possibilitem mudança social” (Jara, 2020, 39). E assim, promovam uma perspectiva ético-emancipatória, transformadora e democratizadora das relações de poder. Constituindo-se como uma ação política-pedagógica que se funde na reflexão crítica da práxis.

A educação popular latino-americana não só questiona o poder dominante dentro da escola, mas também tem produzido alternativas e estratégias metodológicas e didáticas para transformar as relações de poder em suas práticas, existindo valiosas experiências a esse respeito (Carrillo, 2013, p. 25).

Quando nos remetemos à educação popular, as críticas à educação formal encontram-se intrínsecas. Essas discussões se voltam para entender o lugar da educação popular no contexto escolar e se haveria de fato possibilidade de uma educação libertadora se consolidar em sua forma genuína dentro do contexto escolar.

Nos situamos em um contexto educacional onde processos de humanização e sensibilização são urgentes. Nossas reformas educacionais têm sido baseadas em artimanhas para impulsionar os fluxos mercadológicos e as escolas exercem um evidente papel controlador. Uma sociedade neoliberal é avessa às subjetividades e aos olhares crítico-propositivos, sendo sua maior missão a objetividade que resultem em lucratividade, mediante os mecanismos da competitividade, do tecnicismo e da coisificação das pessoas.

Por outro lado, Paulo Freire defende uma educação que leva à rebeldia em seu sentido mais humano, a partir da humanização que é a “sensibilização das pessoas, a pronúncia de suas percepções, a autonomia histórica e política moldada na construção formativa dos sujeitos protagonistas dos processos educativos” (Corrêa, 2020, p.125). O acontecimento da consolidação desse processo somente torna-se possível no e pelo diálogo.

À humanização do homem brasileiro, não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força. Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta imporda no sentido de sua humanização (Freire, 1967, p. 57).

Sob esse olhar, é fundamental diferenciar autonomia de autocentrado. O diálogo encaminha o sujeito para ser autônomo ao ponto de superar as desarmonias entre si e o próximo, desenvolvendo suas potencialidades em todos os âmbitos da existência, estabelecendo relações respaldadas na empatia.

Contudo, isso muito tem a ver com as relações de horizontalidade que devem permear o contexto escolar, onde, “educadores e educandos devem chegar juntos a reflexões e aprendizagens que visem a uma libertação, enquanto opressores e oprimidos, para ambos” (Pacheco, 2016, p. 76). Relações de verticalidade precisam ser reconhecidas como expressões de opressão, pois, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1967, p. 79).

Impor conhecimentos preestabelecidos aos sujeitos, muitas vezes idealizados para manutenção das relações de poder e o seu não questionamento, é uma clara tentativa de invalidar os saberes próprios das classes populares. A construção de conteúdos e métodos precisam ser criados com esses sujeitos e a partir deles, da sua realidade, para atender demandas de onde eles estão inseridos. A imposição é deturpadora do conhecer, ou seja, é um princípio que vai contra o conhecimento.

Experimentáramos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas (Freire, 1967, p. 102).

Da mesma forma que não podem ser impostos, conhecimentos não devem ser transferidos, depositados. O que se impõe é uma política educacional que produza as condições para que eles possam ser construídos e refletidos. Logo,

aparece uma categoria fundante do processo educativo libertador: a aprendizagem que se dá na realidade e “em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados” (Freire, 1967, p. 90).

Para Jara (2020), o educador e a educadora também são sujeitos de aprendizagem, mas nesse processo de construção mútua são incumbidos de gerar paixões vitais pelo aprender, instigar a curiosidade, conduzir a questionamentos e lutar contra a passividade. E com isso, "sendo uma pessoa que ao aprender se transforma, eu me transformo em um agente de transformações" (Brandão, 2022, p. 52).

A educação que se firma em paradigmas críticos deve colaborar para fuga da neutralidade e se vincular à vida, às realidades circunstantes. Deve permitir constante discordância, instigando a criticidade, o protagonismo a fim de aguçar a sensibilidade aos problemas do cotidiano, possibilitando meios de escapes para construção de mundos melhores (Carrillo, 2013).

O que justifica a educação popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber...estamos em presença de atividades de educação popular, quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando à aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador (Silva; Machado, 2013, p. 130).

Com isso, a educação popular deve contribuir para refletir novos sentidos de educação dentro da escola e fora dela que padece ao não transformar, no sentido que não produz o seu próprio saber; ao contrário, reproduz e instrui. Reiteramos que, almejamos que toda educação seja libertadora no sentido que nos inspira a lutar contra a desigualdade de saberes, pondo “ um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo” (Silva; Machado, 2013, p. 130).

Concebemos a educação popular como revolucionária frente às teorias pedagógicas tradicionais, primeiramente, por ela constituir-se como campo teórico-prático. “Uma característica relevante é que maioria dos produtores do pensamento da educação popular, são, precisamente, seus praticantes” (Jara, 2020, p.26). O educador Carlos Rodrigues Brandão (2002) aponta quatro outros motivos:

O primeiro é em relação ao mundo em que se vive, que pode ser transformado continuamente em algo melhor, mais junto e humano; o segundo aspecto diz respeito a esta constante mudança, que é

um direito e dever sentir-se partícipes desse contexto; o terceiro está relacionado à finalidade da educação, pois cabe a ela formar as pessoas para que possam sentir-se e identificar-se como construtoras do mundo que vivem; o quarto ponto relaciona-se à cultura e ao poder, para que sejam pensados por todas as pessoas, tornando-as conscientes de sua condição, de seus saberes e de seus projetos sociais (Brandão, 2002, p. 169).

Uma educação que se respalda na humanização tem por fundamento ser colaboradora da construção de novas perspectivas, realidades, mundos melhores e mais justos. “A educação deve contribuir para assegurar a felicidade de todos os cidadãos” (Jara, 2020, p.38). Reafirmamos que educar é um ato político. Os seres humanos precisam ser olhados e reconhecidos como protagonistas, capazes de perpetuamente gerar modificações nas estruturas a partir da autonomia.

Reflexionar sobre o direito de todas as pessoas de pensar a cultura e o poder nos remete a opressões que permeiam toda a América-latina. Historicamente, é muito evidente as muitas formas utilizadas para silenciar e menosprezar saberes e corpos. Construir conhecimento sempre foi algo negado, não existia a menor possibilidade de pensar, de refletir, de dialogar, de democratizar.

Reconhecemos que esses muitos abusos foram empregados em todas as esferas da sociedade. E hoje, sentimos os maus reflexos da ausência de direitos, com a inegável existência de grupos ainda invisibilizados. A educação na sua forma mais genuína que emana emancipação é apenas um dos espaços que precisa ser democratizado.

Gostaríamos que esse fosse um processo que acontecesse naturalmente ou que simplesmente as injustiças tivessem sido superadas. O que escutamos são desumanidades como: “só não estuda quem não quer”, não precisamos de muitas provas para saber que isso constitui-se como uma inverdade. Esse estado de negação se explica na tentativa de não querer se comprometer com uma educação que liberta.

É fundamental que nos comprometamos amorosamente. Portanto, “não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há, amor que a infunda” (Freire, 1987, p. 457). Esse compromisso para além de ser

amoroso, é um ato de serviço, uma responsabilidade. Mas, o amor se analisarmos criticamente é muito mais que um sentimento, ele se materializa em atitudes.

Gostaríamos de fazer uma menção sintética de contribuições teóricas do Educador Paulo Freire, que viabilizam uma educação para e como prática de liberdade. Nosso primeiro destaque se pauta na integralidade, que acopla a ética, a política e a pedagogia que se inter-relacionam e são indissolúveis (Jara,2020).

Enfatizamos, as concepções de conscientização e emancipação que precisam ser sociais e, ao mesmo tempo, políticas, pautadas no constante diálogo. Os saberes e culturas dos povos necessitam ser validados e legitimados, nos inspirando a conceber a aprendizagem como construção, e isso precisa ser feito a partir da reflexão da realidade para transformação de sociedade. Como educadores-aprendentes somos convocados a revisar e refletir nossa práxis constantemente.

Afirmamos a escola como um dos muitos territórios da educação popular, não sendo o único e nem um dos poucos, pois a educação popular não se permite engradar ou restringir. Ela “é cada vez mais uma pedagogia indígena, uma pedagogia feminista, uma pedagogia negra, uma pedagogia dos sem-terra e sem-teto. Mas ela também é uma pedagogia em movimento” (Streck, 2013, p.363).

Frente à diversidade da população, cabe aqui um destaque, a intenção nunca deve ser combater e calar a pluralidade em nome do discurso de que todos precisam ser igualados. Muito pelo contrário, acreditamos que pedagogicamente precisamos nos empenhar em desenvolver coletivamente e dialogicamente metodologias com os sujeitos individuais e coletivos, que lhes sejam adequadas e que legitimem seus saberes.

A intenção de que a educação popular seja incorporada como princípio pedagógico nas escolas, desvenda seu caráter de ser “antes de uma política educacional ou um projeto pedagógico institucional, ser uma prática educativa fundada na relação dialógica entre educador e educando e em horizontes políticos de justiça social” (Streck, 2013, p.362).

A escola aspira ser reedificada, quando dentro de processos educativos que emanem sensibilização, humanização, liberdade e quebrando com ordens sociais

absolutistas (neoliberais), que se colocam como verdade absoluta e como única possibilidade. A educação popular acredita “na sua reconstrução a partir das pedagogias dos oprimidos” (Streck, 2013, p. 363).

Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 1987, p. 17).

A pedagogia do oprimido nos motiva a acreditar nas potencialidades humanas, nas suas capacidades e no seu poder para engajar-se e lutar por libertação. Essa pedagogia se constitui na realidade dos sujeitos e se apresenta viável e aplicável ao nosso contexto educacional hoje. Apresentando-nos uma integralidade ética-política-pedagógica, necessária para uma transformação sócio estrutural da nossa sociedade, pois,

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos (Freire, 1987, p. 22).

Por conseguinte, precisamos progressivamente exercitar nossa esperança na educação, sabendo que ela “não muda o mundo, a educação muda as pessoas, as pessoas mudam o mundo” (Brandão, 2008, p. 164). Trazendo à memória as palavras de Paulo Freire “ É preciso ter esperança, mas ter esperança no verbo esperar”. Verbo nos remete à ação, então, que estejamos empenhados em impulsionar “processos que promovam uma sensibilidade e “emocionalidade” solidária e que se baseiam em uma postura de indignação diante do injusto, ao mesmo tempo da afirmação da dignidade das pessoas e respeito às diferenças” (Jara, 2020, p.225).

O itinerário da nossa pesquisa propôs a compreensão das possíveis contribuições da educação calvinista, preconizadas pelo colégio presbiteriano XV de Novembro, situado no agreste pernambucano, sob a perspectiva de uma educação libertadora. Para tal propósito, necessitamos, atentar para os princípios definidores de uma educação libertadora.

Posto isso, sinteticamente, concerne no “tipo de educação que permita as pessoas se construírem como sujeitos e atores com capacidades fundamentais

para a transformação pessoal e social” (Jara, 2020, p. 225). Para essa finalidade, são imprescindíveis a dialogicidade, a problematização e a reflexão crítica que geram autonomia e emancipação, no pensar e agir criticamente na própria realidade, para a modificação das relações sociais de opressão.

Podemos afirmar que o processo de humanização não é algo pronto. Por outro lado, se estabelece na dialética, na relação de horizontalidade entre professores(as) e alunos(as) que, juntos controem o conhecimento. E também, em modos educacionais que emanem criatividade, sensibilidade e possibilitem a criação de novos cenários.

Portanto, dotados desses fundamentos de educação libertadora, evidenciamos o processo histórico da educação calvinista no Brasil e, em especial, no agreste pernambucano. Identificando as aproximações e distanciamentos dos princípios da teologia calvinista no Colégio Presbiteriano XV de Novembro, a fim de analisarmos nas práticas educativas da instituição as iniciativas que, inspiradas na teologia calvinista, viabilizam a emancipação dos sujeitos e a transformação sócio-histórica.

4.2 Um projeto educativo libertador: Teologia da Libertação e Educação Popular

Hoje não é possível conceber um projeto educativo se não se tem em conta o projeto de libertação. Assim como não é possível conceber o seguimento de Cristo, se não assumimos como cristãos este projeto de libertação (Souza, 2011, p. 32).

De agora em diante, tencionamos estreitar nossas compreensões acerca da educação popular, a partir de um olhar para Teologia da Libertação, que caminha na superação de um fazer teológico que detém a verdade absoluta, uma vez que, assume uma postura de acolhimento, transformação e libertação do povo. À vista disso, abordaremos sua origem e princípios, a fim de perceber como as aproximações entre a teologia da libertação e a educação popular se materializam. Em outras palavras, ambas se empenham em potencializar reflexões e práxis de libertação.

Para Maurício Mogilka (2015), a pedagogia da libertação surge ainda no final dos anos 50, com a experiência educacional de jovens e adultos realizada por Paulo Freire e seus colaboradores, primeiro em Recife e, posteriormente, em outras localidades do Nordeste. Afirma ainda que constantemente o começo da teologia

da libertação é associado apenas à conferência episcopal de Medellín, em 1968, mas esse é apenas o momento em que esta teologia oficialmente vem a ser consolidada. Apesar disso,

Já podemos indicar o seu surgimento a partir de 1962, ano que marca o início do Concílio Vaticano II, ampla reforma na igreja católica que provocou fortes impactos em nosso continente. Um destes impactos foi a libertação das forças da base da igreja e da cúpula mais progressista para um trabalho mais crítico e transformador com a população (Mogilka, 2015, p. 7).

Observamos que alguns filósofos e teólogos, a exemplo de Enrique Dussel e Clodovis Boff, indicaram que a teologia da libertação teve inspiração nos inscritos de Paulo Freire, com a sua pedagogia libertadora. Ainda acerca do surgimento dessa teologia, três fatores históricos parecem ser elementares: “O primeiro foi o Concílio Vaticano II; o segundo, a promulgação da *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI e o terceiro as conclusões presentes na Conferência Latino-americana na de Medellín” (Scocuglia; Pereira, 2020, p. 165).

É interessante perceber que a Teologia da Libertação se origina no elo com os contextos de lutas sociais, ou seja, a política, economia e cultura, influem diretamente no seu surgimento. Portanto, “ela não traduz uma reflexão deslocada, mas surge sempre num segundo momento, enquanto expressão articulada de um processo histórico marcado pela pobreza, esperança e busca libertadora” (Souza, 2011, p. 23). Nesse sentido, não se qualifica como um fazer teológico omissivo, ao contrário, é atuante, transformador.

De acordo com Eduardo Martins (2010) a principal protagonista da Teologia da Libertação foi a igreja latino-americana, que se engajou em instituir diálogos entre a sociedade, as igrejas e movimentos sociais. Em sua maioria, os pensadores e religiosos da libertação emergem de dentro da Igreja Católica e muito colaboraram para a formulação de uma práxis que fosse compatível com as necessidades do nosso continente. Assim,

Esse movimento compreendia setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos, movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Católica Universitária Cristã, Jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), e as comunidades eclesiais de base (Lowy, 1991, p. 25).

Apesar da grandiosidade do movimento, somente durante a década de 1980, dar-se iniciou a sistematização escrita da teologia da Libertação. Scocuglia e Pereira (2020) nos contam que foram ao todo 54 livros escritos por teólogos latino-americanos, apoiados por 117 bispos, ainda assim, sofreram com as retaliações oriundas de Roma.

Quando tratamos de perseguições à teologia da libertação, destaca-se a figura do papa João Paulo II, que via com “suspeita os movimentos latino-americanos de libertação; então, teólogos da libertação foram acusados de fomentar a formação de “células comunistas”, dentro da Igreja, nas Comunidades Eclesiais de Base” (Martins, 2010, p. 24). É bem verdade, que essa nova teologia foi fortemente combatida pela ala teológica conservadora, seja católica ou protestante.

Nitidamente, a teologia da libertação não alcança lugar no protestantismo Brasileiro, por razões já discutidas anteriormente, quando adentramos a conjuntura das motivações do apoio ao regime militar por parte dessas denominações. Mas vale lembrar que as razões versam entre as fundamentações doutrinárias e ideológicas de cunho ultraconservador. Por outro lado, algumas práticas protestantes fomentaram suas origens:

O fenômeno da teologia da libertação não possui suas bases apenas na Igreja Católica, mas também em experiências protestantes a exemplo da experiência teológica do Seminário Presbiteriano de Campinas. À frente desse projeto estava o missionário Norte-americano Richard Shaull que considerava que o exercício teológico deveria ter sua base de inserção na realidade do povo (Scocuglia; Pereira, 2020, p.188).

Segundo Eduardo Martins (2010), tanto a teologia liberal quanto a teologia da libertação tinham suas paridades, uma vez que, a herança do cristianismo histórico foi criticada pelas duas correntes. Entre seus interesses comuns estão: a separação entre igreja e estado e a restituição do significado cristão a partir da mensagem ética de Jesus Cristo, que se daria pela cristologia e soteriologia²⁷.

O autor ainda ressalta a importância do teólogo Richard Shaull, afirmando que ele “é considerado um dos precursores da Teologia da Libertação, havendo

²⁷ A cristologia e a soteriologia são dois temas teológicos interligados que tratam, respectivamente, da pessoa de Cristo e da salvação humana.

quem dividisse a história da Teologia Protestante na América Latina em duas fases: antes e depois de Shaul” (Martins, 2010, p. 27). Destacamos seu mérito na mudança das concepções do cristianismo na América-Latina, dado que, contribuiu significativamente com as lutas populares do nosso continente. Ainda assim,

Além da contribuição de Shaul, missionário e teólogo presbiteriano (1952) a Teologia da Libertação sofreu influência de outros pensamentos, em especial o do Evangelho Social, trazido ao Brasil pelo próprio Richard Shaul; em segundo lugar, da Teologia da Esperança (1964), do teólogo luterano Jürgen Moltmann e, em terceiro lugar, da Teologia Política (1967), cujos expoentes eram o teólogo católico Johann Baptist Metz, na Europa, e o teólogo batista, Harvey Cox, nos EUA (Martins, 2010, P. 26).

Até então, adentramos um pouco nas origens da teologia da libertação, suas influências e combates. À medida que fomos explicitando os fundamentos dessa corrente teológica ficará ainda mais claro os porquês de tamanha rejeição e perseguições ao movimento. Contudo, o entendimento desses princípios também nos possibilitará identificar pontos de interseção com a educação popular.

Comumente, a teologia é reduzida apenas ao estudo sobre Deus e suas particularidades. Porém, na teologia da Libertação, encontramos um discurso não dogmático, ou seja, trata-se de “um modo de fazer teologia prevendo a libertação em todas as dimensões da vida humana” (Scocuglia; Pereira, 2020, p. 149). Por isso, se aproxima das aspirações das camadas populares, diferenciando-se dos protestantes, pois sua luta “não era de ordem filosófica (como o ateísmo, por exemplo), mas econômica e, conseqüentemente, política (a pobreza)” (Martins, 2010, p. 20).

Logo, atua de forma a se distanciar de uma lógica de exclusão, gerada pelo elitismo capitalista. Por isso, se qualifica como um movimento de ruptura com a modernidade. “Compreendida desse modo, a Teologia não é um simples ato de pensar o mundo. Contribui também, enquanto momento de processo libertador e de libertação do mundo” (Souza, 2011, P. 25). Isso explica sua definição como uma reflexão crítica, que se expande para atingir a realidade presente. Nesse sentido, Gustavo Gutiérrez (1987) enumera três bases da Teologia da Libertação:

1. Libertação sócio-econômica das classes e povos oprimidos. Neste caso, a libertação expressa as aspirações das classes sociais e povos oprimidos e subtrai o aspecto conflitante do

processo econômico, social e político que impõe as classes dominantes.

2. Libertação interior do ser humano na história, pela qual assume seu próprio destino. Aqui a libertação aparece como uma exigência e um desdobramento de todas as dimensões do homem. Isto é, a conquista paulatina de uma liberdade real e criadora, que leva a uma revisão cultural permanente, a construção de um homem novo, fazendo uma sociedade qualitativamente diferente.

3. Libertação do pecado e entrada em comunhão com Cristo, enquanto que Cristo Salvador liberta o homem do pecado, da opressão, e o faz autenticamente livre (Gutiérrez, 1987, p. 68-69).

É interessante notar que a Teologia da libertação emerge do contato direto com o sujeito situado em seu próprio cotidiano. Aqui observamos um fazer inverso, pois, não é uma teoria que se aplica à prática, mas, a prática que constrói a teoria. Outro ponto, é que essas necessidades de libertações apontadas por Gustavo Gutiérrez (1987) são possíveis a partir dos próprios oprimidos, isto é, eles são protagonistas da sua própria libertação. Para Maurício Mogilka (2015):

Trata-se da capacidade destas teorias e destas práticas lidarem com o imprevisível, aceitar a alteridade da população, construir com ela sem saber a priori exatamente o que virá. Isto nos permite dizer que estas práticas constituem pedagogias da incerteza e da indeterminação, traços que não pertencem à modernidade. (Mogilka, 2015, P. 13)

Algo a ser considerado nesse fazer teológico, que na mesma medida que o diferencia, também o enobrece é sua escolha pelos empobrecidos colocando-os como o centro da ação histórica e como chave hermenêutica teológico-bíblica. Para a Teologia da Libertação, “os pobres não são meros receptáculos de práticas assistencialistas do Estado, da Igreja ou de outras instituições” (Scocuglia; Pereira, 2020, p, 146). De outro modo, são potentes para uma ação consciente em prol da sua própria libertação.

Se por parte das outras teologias, principalmente as provenientes das missões norte-americanas, há uma rejeição cultural latino-americana, pois a Teologia da Libertação compreende o empobrecido como sujeito da história. Esse princípio se concretiza a partir de uma nova forma de olhar para o humano em sua integralidade. Como não se estrutura na teologia europeia, com ranços dogmáticos, ela consegue abraçar as tradições populares e culturas dos povos originários. Em função disso, o teólogo da libertação não ignora a cultura do povo, mas aprende por meio dela.

Os teólogos da libertação a apresentam desde o início com uma sensibilidade singular em sua hermenêutica da fé onde o novo modo de fazer e pensar a teologia abrange o contexto bíblico com todas as suas nuances a partir de uma interpretação histórico-crítico, o contexto do povo onde o teólogo desenvolve suas atividades religiosas e acadêmicas e o contexto geral do mundo globalizado, desta forma, embrenha-se no chão da vida do povo (Souza, 2011, p. 33)

Essa hermenêutica de fé dos teólogos da libertação se serve de uma metodologia, constituída de três passos que se interligam. O denominado método ver-julgar-agir, que consiste na observação de realidades concretas de sofrimentos, miséria e injustiças pela ótica do evangelho, para inferir de forma objetiva na sociedade, gerando transformação. Assim,

O ver é a fase na qual são expostos os problemas da comunidade, o julgar seria fundamentado na pergunta: o que Jesus faria diante disso? E o agir são os encaminhamentos práticos para que não se caia em mera teorização e retórica nos grupos. A agir é uma ação concreta (Scocuglia; Pereira, 2020, p. 256).

Conforme Alder Júlio Ferreira Calado (2020), essa abordagem se inspira no movimento do Reino de Deus, ao recuperar as memórias de ensinamentos e práticas do próprio evangelho. Pois, Jesus inaugura e anuncia ações fundadas na libertação dos oprimidos, ele se mantém ao lado dos pobres. “Essa pedagogia da teologia católica, do ver-julgar-agir, ajudou na busca de uma compreensão crítica da realidade e impulsionou uma ação transformadora” (Martins, 2010, p. 17), pautada em princípios bíblicos, especialmente no livro do êxodo, nos profetas veterotestamentários e nas práticas de Jesus.

O método dessas teologias é libertário e indutivo, e não parte da Revelação e da Tradição eclesial para que se façam interpretações teológicas e se apliquem à realidade. Partem da interpretação da realidade a partir da pobreza, da exclusão e do compromisso com a libertação, para fazer a reflexão teológica e convidar à ação transformadora dessa mesma realidade. O método utilizado para elucidar o fenômeno da opressão e da exclusão pela teologia da libertação é o método histórico-dialético (Martins, 2010, p. 38).

Segundo se percebe, o método do “fazer teológico da Teologia da Libertação se definiu por ferramentas marxistas, pela dialética materialista, por uma sociedade socialista” (Martins, 2010, p.81). E, portanto, esse é o motivo de maior acusação a essa teologia, uma vez que, equivale-a tão somente ao ideal marxista, contrariando os fundamentos da igreja. No entanto, religião e política não são faces opostas, pois, ambas são partes da realidade e se tecem.

As Comunidades Eclesiais de Base são a corporificação dessa hermenêutica do ver-julgar-agir, devido ao seu surgimento como meio de evangelização e emergência as práticas libertárias. Representaram na América-latina um novo modo de ser igreja, frutificando nos anos da ditadura militar, foram essenciais para pensar mudanças sociais. Sua estrutura favorece a emancipação dos oprimidos e o advento de movimentos sociais:

As CEBs contribuem para o aparecimento de vários movimentos sociais tais como: o Movimento Contra o Custo de Vida Alto, o Movimento contra o desemprego, o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra dentre outros. A politização desses grupos é fato notável a ponto de posteriormente sugerir a criação de partidos políticos ou a candidatura de membros de sua comunidade (Scocuglia; Pereira, 2020, p. 250).

A politização desses grupos somente é possível, em razão de pessoas que comungam da mesma fé se reunirem e vivenciarem os problemas de sobrevivência e opressões uns dos outros. “As CEBs são a denúncia de que o cristianismo não pode ser uma religião de massas, mas de povo (popular), capaz de lutar por sua própria libertação” (Scocuglia; Pereira, 2020, p. 258). Juntos, esses sujeitos da classe trabalhadora projetam melhores condições de vida e anseios por libertação, que vem se realizando:

Assim, as CEBs são expressões não apenas de um saber popular, mas já efetivam no cotidiano práticas de educação popular, onde as pessoas são promovidas, as conquistas e ideais são alcançados e a tensão opressor-oprimido tende a aparecer com a marca da problematização (Scocuglia; Pereira, 2020, p. 253).

Bem sabemos que as comunidades eclesiais de base incorporam as práticas de educação popular, ou seja, partilham dos mesmos princípios no que tange às opções pelos oprimidos e à crença nas suas potencialidades para libertação. Essa “relação vem reforçar que tanto uma quanto a outra, pois compreendem a natureza política do ato educativo, da participação e do diálogo como caminhos formativos” (Oliveira, 2021, p. 71), tendo por base a realidade dos próprios sujeitos.

Para Carlos Oliveira (2021), as aproximações entre educação popular e teologia da libertação também se efetuam a partir das questões de identidade e classe social. Uma vez que se empenham na problematização da realidade e dos contextos sociais, onde os próprios oprimidos, à medida que se engajam e

participam, vão se conscientizando da importância do seu protagonismo para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Desse modo,

A Teologia da Libertação afirma: a libertação dos oprimidos ou se faz a partir dos oprimidos mesmo junto com seus aliados, conscientes de sua própria força e dignidade, ou não se fará nunca. A importância de Paulo Freire foi de ter mostrado que o oprimido jamais é somente um oprimido. É também um criador de cultura e um sujeito histórico que, quando conscientizado e organizado, pode transformar a sociedade. A Teologia da Libertação ao fazer a opção pelos pobres contra sua pobreza assume a visão de Paulo Freire. O processo de libertação se dá no processo de extorção do opressor que carregamos dentro e na constituição da pessoa livre e libertada, geradoras de participação e de solidariedade. A Teologia da Libertação é um discurso sintético, porque junto com o religioso incorpora em sua constituição também o analítico e pedagógico. Por isso, Paulo Freire, desde o início, foi e é considerado um dos pais fundadores da Teologia da Libertação (Boff, 2008, p. 18-19).

Nesse discurso sintético, a teologia da Libertação (TDL) engloba a dimensão política, dado que almeja uma transformação social, não poderia se isolar meramente da religião. Pois, “a política não é uma parte da realidade, mas um elemento essencial. A TdL e a EP assumem de maneira explícita esta posição ao tomar partido e optar pela libertação dos oprimidos” (Souza, 2011, p. 35). A educação popular também assume essa postura integrativa, ao conceber as estruturas sociais e a subjetividade humana como inseparáveis.

Observamos que a Teologia da Libertação e Educação Popular se unem desde o começo, para contestar o eurocentrismo, pois este reproduz um discurso para manutenção de privilégios, excluindo as necessidades dos oprimidos e sua cultura, colocando a América-Latina como lugar inferiorizado. Essa opção pelos pobres “significa olhar diretamente a realidade desde o lugar do oprimido desde seu contexto periférico e, junto com ele, construir uma nova realidade” (Souza, 2011, p. 35), descolonizada, até mesmo teologicamente.

4.3 Práticas educativas libertadoras

“[...] a liberdade é matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos” (Freire, 1967, p. 4).

Antes de tudo, abordamos os princípios e bases de uma educação libertadora e, nesse momento, discutiremos brevemente como esses se efetivam

no cotidiano escolar. Vale ressaltar que as práticas educativas não se resumem aos âmbitos da educação escolar; ao contrário, abrangem toda a essência do educar, que ocorre na sociedade. Logo, tratam da materialização de processos educativos. Dito isso, pretendemos apontar os indícios de uma prática educativa genuinamente libertadora na escola.

Nosso enfoque, se voltará para as práticas educativas desenvolvidas e vivenciadas pelos professores(as) e alunos(as), que são os participantes diretos dos processos educativos que permeiam o contexto escolar. Assim, “as práticas educativas são da ordem do encontro que acontece entre professores e alunos” (Marques; Carvalho, 2016, p. 139). Especialmente, em salas de aula, onde ações e relações são estabelecidas. Nesse sentido,

Partimos da perspectiva de que tanto a prática educativa, quer em espaços formais de educação quer em qualquer prática social, tem estrutura e regularidade própria por conta das relações que são estabelecidas em rede entre os agentes sociais, configurando-se em formas específicas de comportamento social (Crusoé; Moreira; Pina, 2014, p. 55-56)

Desse modo, afirmamos que não existe neutralidade nas práticas educativas; por outro lado, são ações munidas de sentidos, crenças e valores. Sendo, portanto, “ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem” (Marques; Carvalho, 2016, p. 123). Por isso, a importância de compreender quais são os seus estruturantes, mesmo que o intuito seja o de gerar aprendizagem, os modos e objetivos formativos não são dissociados.

Na atualidade, destacam-se alguns tipos de práticas educativas escolares, entre elas; a transdisciplinar, defendida por Edgar Morin; a histórico-crítica protagonizada por Dermeval Saviani e a libertadora concebida por Paulo Freire. Sublinhamos que, por serem produções humanas, possuem especificidades, que variam de acordo com as vivências nos espaços em que se efetivam. A exemplo das práticas educativas calvinistas que, seguramente, apresentam caricaturas próprias.

Retomando, as práticas que assumem e se comprometem com os ideais de uma educação liberadora, objetivam gerar não somente aprendizagem, mas desenvolvimento ao contribuir “para que os/as alunos/as tornem-se mais humanos

do ponto de vista sócio-histórico” (Marques; Carvalho, 2017, p. 3). Sendo potentes para agir com compromisso social, pois, práticas educativas transformadoras ultrapassam a sala de aula. Em outros termos,

Os processos educativos coerentes com o desenvolvimento histórico da humanidade precisam desenvolver nos homens outras atitudes, entre as quais a capacidade de pensar, sentir e agir de forma crítica sobre a realidade, posicionar-se frente a ela, transformá-la e com isso transformar a si mesmos, ou seja, uma educação que potencialize a atividade humana. (Marques; Carvalho, 2016, p. 132)

Nesse sentido, faz-se necessário compreender quais condições são necessárias para realização de práticas educativas libertadoras, isto é, o que precisa ser produzido, na escola, nos agentes educativos (gestores/as) e docentes e alunos/as para que se aumente a potencialidade humana, a fim de gerar autonomia e libertação. Como “ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação da realidade” (Libâneo, 2009, p. 10).

Essa afirmação coloca-se como desafio aos que são responsáveis pelos processos educativos. Logo, elucidamos que as práticas educativas não se restringem ao ensino e aprendizagem. Essas são apenas uma de suas muitas categorias, todavia, podemos afirmar sua essencialidade. Visto que, a atividade de ensino e aprendizagem é o vetor da efetivação das práticas educativas, principalmente quando pensamos em sala de aula e na relação docente-discente.

Reforçamos a instrumentalidade das práticas educativas a partir das interações entre educadores(as) e educando(a). Porque uma prática bancária tende a se centralizar na figura apenas do educador, como um comunicador de conhecimentos. De outro modo, “a prática educativa problematizadora não separa educador e educando, ambos dialogam sobre os objetos a serem conhecidos; juntos criam as condições para que se dê a superação do conhecimento” (Marques; Carvalho, 2016, p. 134). Por meio da flexibilidade. Tecendo um comparativo:

A prática educativa da educação bancária e a prática educativa da educação problematizadora, entendemos que a primeira oculta as razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo. Mistifica a realidade, é assistencialista, inibe a criatividade, doméstica a consciência. A segunda, comprometida com a libertação, empenha-se na desmistificação da realidade, funda-se

na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeira dos homens sobre a realidade. (Marques; Carvalho, 2016, p. 134)

Tomando conhecimento das características e implicações de uma prática educativa bancária, alcançamos a consciência do que ainda precisa ser superado. Doravante, versaremos sobre condutas práticas no campo da ação; escola, sala de aula, para concretização de processos educacionais libertadores, onde os sujeitos e suas realidades são tidos por inacabados, e “ao tomarem consciência da situação na qual vivem, os homens se apropriam dela como realidade histórica, por isso mesmo, capaz de ser transformada por eles” (Marques; Carvalho, 2016, p. 134). Esse processo aguça a mudança de sociedade.

Quando nos referimos às interações em sala de aula, consideramos que “educadores e educandos se fazem sujeitos do seu presente, comunicam-se, são solidários, sepultando todo e qualquer tipo de autoritarismo” (Marques; Carvalho, 2016, p. 135). Aqui destacamos a relação de horizontalidade, como condição necessária para que a aula seja “espaço-tempo coletivo de conquista e de formulação de saberes, cujos sentidos, dinâmica e ação dos sujeitos podem constituí-la e instituí-la como processo transformador, dialógico, humanizador” (Braga, 2012, p. 59).

Para Edineide Leitão (2015), a dinâmica da sala de aula é transformada pelo ensino crítico, dialógico e amoroso. Esse movimento se concretiza a partir da troca de conhecimento, no incentivo à produção de saberes e no respeito pelo outro. Quando um conhecimento é problematizado, novos saberes são produzidos, e isso gera uma repercussão na formação de sujeitos autônomos. Isso somente é possível a partir de práticas educativas participativas e problematizadoras.

Pois, uma “prática não vinculada às questões do cotidiano do(a) educando(a) mantém-se inflexível e desconsidera a diversidade contextual da sala de aula” (Leitão, 2015, p. 25). As temáticas a serem trabalhadas precisam fazer sentido para as realidades dos sujeitos, pois despertam o desejo por saber mais. “Na perspectiva freireana, a educação libertadora requer um projeto de escolarização que promova a busca autêntica do conhecimento” (Braga, 2012, p. 72). Sobre a prática dos educadores(as):

O/a professor/a que deseja contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos/as estudantes, quando entra em uma sala de aula,

manifesta abertura a indagações, curiosidade, inibições, questionamentos dos/as mesmos/as. Esse/a professor/a respeita os saberes de experiências feitos dos/as estudantes sem, contudo, negligenciar o ensino dos conteúdos, cabendo a ele/a assumir uma prática rigorosa e crítica. Rigorosa no sentido de conhecer e crítica no respeito ao saber da experiência do/a estudante, cuja superação pelo saber produzido socialmente pela humanidade, através do exercício da curiosidade epistemológica (Braga, 2012, p. 57).

No trecho acima, identificamos uma ponderação, no sentido de haver um respeito pelos saberes do alunado, ao mesmo tempo, que existe um rigor no ensino dos conteúdos. Compreendemos, portanto, que os conteúdos curriculares não devem ser escanteados, e sim reflexionados. O diferencial aqui é o ponto de partida desses, que acontece a partir de problemas reais da vida dos estudantes onde há um desenvolvimento da capacidade de refletir, dialogar e agir.

Edineide Leitão (2015) comunga desse pensamento ao afirmar que devem-se criar estratégias para que os/as alunos/as sejam estimulados a pensar e expressar os conhecimentos oriundos da sua própria realidade, bem como suas experiências, anseios e dúvidas. A prática do docente deve ser pautada na validação desses conteúdos, conduzindo-os/as a serem a largada para novos saberes; essa seria uma contribuição para ampliação das visões dos/as alunos/as.

Uma prática educativa fundada no diálogo “constituir-se-ia na possibilidade do/a professor/a e dos/as estudantes transitarem no ato de conhecer, de aprenderem uns/mas com os/as outros/as, tendo por base o respeito ao estado de autonomia, em processo de constituição e inacabamento” (Braga, 2012, p.65). Sendo assim, nesse processo há uma aproximação de diversos tipos de saberes, sobretudo culturais, dessa maneira as práticas educativas têm de ser respeitadas às diferenças. Assim sendo,

O entendimento do diálogo, da amorosidade e da criticidade, que constitui a pedagogia freireana, colabora para a compreensão de práticas pedagógicas docentes que, fundamentadas no exercício da democracia e na compreensão do ser humano em constante processo de aprendizagem, promovem relações interativas, em que, estão presentes o respeito e a busca permanente pela autonomia dos sujeitos e sua humanização (Leitão, 2015, p. 44).

As práticas educativas dos professores(as) são coerentes com sua visão de mundo. Uma vez que, suas ações “incluindo a seleção do material, a organização do estudo, as relações do discurso têm coerência com as convicções do(a) professor(a)” (Leitão, 2015, p. 20). Por consequência, reiteramos que não há uma

neutralidade, mesmo se tratando de uma educação libertadora, em que advoga a dialogicidade como caminho fundante para que os sujeitos desenvolvam um pensar crítico-transformador sobre sua realidade.

Todavia, aconselha-se atentar até onde as crenças e princípios individuais e/ou institucionais podem ser empecilhos ou motivadores para efetivar práticas educativas libertadoras que assumam uma postura “em favor de uma sociedade democrática, onde seja possível conviver com as diferenças” (Leitão, 2015, p.20), ao invés de aniquilá-las. Essa compreensão de educação qualificou-se como um indicativo importante para as proximidades e/ou distanciamentos das práticas educativas Calvinistas perante as libertadoras.

5. CAMINHOS METODOLÓGICOS: O DESENHO DA PESQUISA

Nesse capítulo, abordamos os caminhos metodológicos sintonizados com a nossa pesquisa. Nesse percurso investigativo, fomos conduzidos a acreditar que o objeto de estudo se encarrega de definir o seu próprio método. Em vista disso, exporemos a abordagem da pesquisa, descrição do campo, sujeitos colaboradores, o método, técnicas de coleta e análise dos dados.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (Minayo, 2001, p. 17).

5. 1 Pesquisa qualitativa

Após a definição da compreensão do que significa pesquisa, gostaríamos de justificar a opção pela abordagem qualitativa. Justamente pela resposta “a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (Minayo, 2001, p. 21). Dimensionar ou simplesmente calcular subjetividades, crenças, valores, sensibilidades é algo inconcebível para compreensão da realidade humana.

Afirmar essa posição significa ir de encontro à objetividade e, conseqüentemente, da neutralidade político-científica. Por isso, trabalharemos “com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada” (Minayo, 2001, p. 24 -25).

Destacamos, a estreita relação que precisa existir entre o pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa. Ambos, colaboram com suas subjetividades a partir do diálogo horizontal na reelaboração do conhecimento. Segundo, Lage:

De fato, a pesquisa é um caminho seguro para o processo de construção do conhecimento sobre mundo, e do autoconhecimento, na medida em que contribui para a organização de estruturas cognitivas, por meio da compreensão de métodos que asseguram não a reprodução do conhecimento, mas a sua (re)elaboração, a partir das experiências de seus sujeitos (Lage, 2013, p. 53).

5.2 Tipo ou Finalidade do estudo

No que se refere ao tipo ou finalidade do estudo, constitui-se como exploratória, pela identificação ainda de lacunas em relação à temática pouco estudada. Dessa forma, “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2002, p. 41). E também se propõe ser explicativa, pois “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade” (Gil, 2002, p. 42).

5.3 Método da Pesquisa

A partir da observação dos objetivos da nossa pesquisa, nos servimos do Método do caso alargado, idealizado por Boaventura de Souza Santos (1983), se diferenciando do tradicional estudo de caso ao alargar suas conclusões, ou seja, “Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso” (Santos, 1983, p. 11).

A intenção do método não se volta para generalização, muito pelo contrário, se ocupa das sutilezas que possam ser comuns a outros casos. Desse modo, as contribuições do caso estudo podem se expandir para compreensão de outros. Isso só é possível pela capacidade de analisar para além das estruturas físicas. De acordo, com Lage (2013):

o Método do Caso Alargado propicia uma conclusão de maior profundidade sobre a investigação realizada, incidindo não apenas sobre os casos estudados – isoladamente ou comparados – mas porque oferece uma estrutura metodológica capaz de ampliar o espectro das reflexões, amplia o universo da análise, de modo que esta possa discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema e presentes na sociedade (Lage, 2013, p. 63).

5. 4 O Colégio Presbiteriano XV de Novembro: Espaço da Pesquisa

Figura 1 - Mapa da cidade de Garanhuns - PE



Fonte: (Google Imagem)

A matriz do colégio Presbiteriano XV de Novembro encontra-se em Garanhuns, cidade situada no planalto da Borborema, a 842 metros acima do nível do mar. É o principal município do Agreste Meridional, se distanciando 230 quilômetros da capital do Estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, a população era de aproximadamente 142.506 pessoas.²⁸ Nesse ano, a cidade completou 146 anos. Sua economia se pauta nas atividades de comércio, indústria, agropecuária e turismo.

A cidade é conhecida por ser um centro regional de educação, ofertando ensino superior através de instituições públicas: Universidade de Pernambuco – UPE e a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, e tantas outras privadas, os quais oferecem cursos de graduação e pós-graduação.

Focalizando o ensino regular, de acordo com o IBGE, no ano de 2021, entre escolas privadas e públicas somavam-se 84 instituições de ensino fundamental e 19 de ensino médio, na cidade. Para a educação infantil não localizamos dados. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental é o mesmo: 5,0, na rede pública de ensino.

O nosso campo de pesquisa é uma organização presbiteriana com 125 anos de história, instituição confessional, sem fins lucrativos. Insere-se no universo

²⁸ Para mais detalhes: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/garanhuns/panorama>, Acesso em: 30/01/2024.

jurídico das entidades brasileiras, como de caráter religioso, educacional e cultural. Sendo vinculada ao seu mantenedor direto, o supremo concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, apesar dos seus termos confessionais, desde os seus primórdios, este colégio recebe alunos/as de toda e qualquer religião, sem distinções e sectarismos. O educandário funciona nos turnos manhã e tarde e atende da educação infantil ao ensino médio²⁹. Localiza-se no Heliópolis, o bairro nobre de Garanhuns. Especificamente, na Praça Souto Filho, 696.

Figura 2 - Vista completa do colégio Presbiteriano XV de Novembro



Fonte: (Site da instituição)

O trabalho de implantação do colégio evangélico acontece em 1900, iniciado pelos norte-americanos, Rev. Dr. George William Buttler e sua esposa Rena Buttler, com uma escola ainda em formato paroquial, ao lado da igreja. O casal se transferiu para cidade de canhotinho, também em Pernambuco, sendo substituídos pelo Reverendo Martinho de Oliveira que veio para dar continuidade.

O histórico do colégio comenta que, de início houve muitas dificuldades, a primeira sede era uma casa humilde sem qualquer luxo ou conforto. Após a morte do Reverendo Martinho de Oliveira, a tarefa de manter a instituição de ensino na cidade de Garanhuns continuou, com o Dr. George E. Henderlite, que assumiu a direção do educandário com sua esposa Martha.

Juntamente com a colaboração do Reverendo Jeronymi Gueiros e Celia Rodrigues foi possível fundar oficialmente o colégio: as aulas foram abertas no dia 9 de abril de 1908. Até o ano de 1930, o colégio funcionou em prédios alugados,

²⁹ Atualmente, o colégio Presbiteriano XV de novembro possui aproximadamente 1.200 alunos/as.

mas, em 1925, já havia sido adquirido um grande terreno e em 15 de novembro de 1928 foi iniciada a construção. Entregue um ano após, na mesma data, 15 de novembro, com inovada estrutura arquitetônica, capaz de receber muito mais estudantes.

O prédio do colégio presbiteriano XV de novembro ³⁰permanece no mesmo local, certamente contou com diversas melhorias estruturais, mediante a influência de muitos diretores e diretoras, alguns brasileiros, mas em sua maioria oriundos das missões presbiterianas norte-americanas. Hoje, o Colégio Quinze não se encontra somente em Garanhuns, mas também presente na cidade de Canhotinho, desde 30 de janeiro de 2017. A filial se localiza a 36km de distância da sua matriz.

Figura 3 - Prédio atual do colégio Presbiteriano XV de Novembro



Fonte: (Google Imagem)

De acordo com o histórico do colégio presbiteriano XV de novembro, a sua criação tinha por finalidade, não apenas desenvolver faculdades intelectuais, mas, sobretudo, o caráter cristão, tendo por base a religião sincera, ensinada na bíblia que instrui para moral e para a vida espiritual. No aluno/a deveria ser inculcado princípios morais sãos e elevados, a busca de Deus e a lealdade a Jesus Cristo, isto, para que se desenvolvesse harmoniosamente para se tornar capaz de autogoverno e ser uma pessoa cidadã útil e eficiente no serviço da sociedade e da pátria.

³⁰ Conheça um pouco mais: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ztzvOtnlvAU>, Acesso em: 30/01/2024.

A visão do educandário se volta para ser reconhecido na sociedade como uma instituição de educação confessional presbiteriana, que se compromete com a sustentabilidade e excelência de ensino e de gestão. Elege como prioridade, a formação integral dos sujeitos educandos.

Sua missão é contribuir para a formação, desenvolvimento do ser humano e da sociedade por meio do ensino, atividades culturais, sociais e espirituais em um ambiente que professa a fé cristã calvinista, sem distinção de raça ou credo. O principal objetivo se volta para o exercício pleno da cidadania.

Focalizando os seus princípios, estes se pautam na prática da ética e moral cristãs expressa na administração e na pedagogia desenvolvidas pela escola. E são inspirados na Igreja Presbiteriana do Brasil, à qual o estabelecimento se vincula, na constante busca de agir com lealdade, respeito, compreensão, responsabilidade, consenso e igualdade de oportunidades.

Os valores da instituição expressam a crença na educação como instrumento de transformação social, de desenvolvimento econômico e de fortalecimento das instituições democráticas. Primam pela excelência na qualidade de ensino e na disciplina como base do processo de aprendizado. Estimulam ao respeito, sinceridade, solidariedade e a ética no relacionamento entre as pessoas, com as autoridades e para com o meio ambiente. Valorizam o esporte, a cultura e as artes como elementos importantes para formação integral do sujeito. Por fim, estimulam e consideram o ensino e a prática da bíblia, a palavra de Deus.

Esses ideais visam continuamente consolidar os deixados pelos fundadores do colégio, pois, o casal de missionários norte-americanos defendia a educação como caminho possível para atingir o desenvolvimento social e humano. O lema adotado pela instituição é: "Colégio 15 de novembro - Servindo a Deus, à Pátria e a Garanhuns".

5.5 Sujeitos Colaboradores da Pesquisa: Os (as) docentes, discentes e a gestão

Compreendemos, que a não seleção de sujeitos colaboradores para a pesquisa de campo tornaria o trabalho inviável. Em outras palavras, existe uma importância inquestionável em relação a essa escolha. Visto que, essas pessoas

dotadas de suas subjetividades nos colocaram frente à diversidade de percepções sobre o objeto de estudo.

O critério de escolha se voltou para construção do conhecimento, a partir de informações que esses sujeitos dialogantes pudessem fornecer acerca das suas compreensões e vivências acerca das possíveis contribuições da educação calvinista desenvolvida no colégio Presbiteriano XV de novembro. Por isso, elencamos os/as docentes, os/as discentes e a gestão.

Nesse sentido, os padrões estabelecidos para a seleção das pessoas que contribuiriam nesta pesquisa, se dão a partir da orientação religiosa dos(as) docentes, que deveriam professar o calvinismo, uma vez que, suas práticas educativas certamente se alinhariam em maior conformidade com a confessionalidade da instituição estudada.

Quanto aos (as) discentes, estes foram escolhidos/as a partir do tempo de permanência no colégio, ou seja, aqueles que têm mais tempo na instituição, isto é, os que estão concluindo o último ano do ensino médio. Desse modo, damos voz àqueles/as que tiveram uma maior experiência temporal na educação calvinista.

Em relação à gestão da instituição, esta fala em nome do currículo escolar, ou seja, sobre a intencionalidade do colégio, a fim de compreendermos qual tem sido o caminho trilhado pela gestão para trazer os princípios calvinistas para o colégio presbiteriano XV de novembro.

Frisamos que, por motivo de preservação das identidades dos sujeitos colaboradores, os seus nomes civis foram ocultados. Esta resolução é recomendada pelo comitê de ética em pesquisas de humanidades. Dessa forma, solicitamos que cada participante escolhesse um nome fictício, dentro da sua preferência para serem identificados nos documentos públicos desta pesquisa.

Dando importância aos critérios estabelecidos, selecionamos junto à gestão e coordenação pedagógica do colégio presbiteriano XV de Novembro, os seguintes sujeitos colaboradores:

- A. **John Knox.** O representante da gestão, está há 3 anos na instituição.
- B. **João Calvino.** O docente, atua na instituição há 2 anos.

- C. **Maria Amélia**³¹. A docente, começou a atuar na escola no início deste ano (2025).
- D. **Tiana**. A discente, estuda no colégio há 3 anos.
- E. **Ícaro**. O discente, estuda no colégio há 7 anos.

Comunicamos que todos os sujeitos colaboradores concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³². Garantimos que os dados coletados nos questionários eletrônicos foram tratados com confidencialidade, sendo empregados apenas para os fins desta pesquisa.

5. 6 Técnicas de coleta de dados

No que tange às técnicas de coleta de dados, estes precisam ser coerentes com a método escolhido. Dessa forma, o método do Caso alargado nos possibilitou empregar ao estudo: a análise documental, a observação parcial e os questionários abertos.

Previamente, nos servimos da análise documental, pela possibilidade de aproximação com a teoria das práticas educativas calvinistas desenvolvidas pelo colégio Presbiteriano XV de novembro. Nessa perspectiva, “os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde pode ser retirada evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informações” (Ludke; André, 1986, p.39). Portanto, analisamos o informativo 2025³³. A opção por este documento, se explica diante da impossibilidade de acesso ao Regimento interno e à proposta política pedagógica.³⁴

³¹ Esclarecemos que, como os demais, a participação dessa docente foi indicação direta da gestão e coordenação pedagógica. Ela respondeu ao questionário, todavia, estava atuando na instituição apenas 24 dias, logo não conseguiu apresentar uma contribuição significativa em relação ao objeto de estudo, por essa razão suas falas não aparecem na análise dos dados.

³² Apêndice A

³³ Constitui-se como um documento que congrega informações sobre a organização e funcionamento do colégio Presbiteriano Quinze de novembro, seus princípios filosóficos e pedagógicos. Além disso, aborda questões como normas disciplinares e orientações para o estudo. É importante ressaltar que se trata de um compilado de informações extraídas do Regimento interno, proposta pedagógica.

³⁴ A instituição não autorizou nosso acesso a estes documentos, informando que são aprovados pela gerência regional de educação do Agreste Meridional, no entanto, optaram por mantê-los em sigilo.

Todavia, numa pesquisa de abordagem qualitativa devem ser consideradas suas inerentes necessidades de captação da realidade e percepções de vivências e saberes. Nesse sentido, optamos por realizar uma observação parcial no Colégio Presbiteriano XV de Novembro, em Garanhuns. Essa escolha ocorreu devido às limitações de acesso impostas pela instituição, sobretudo em relação às salas de aula. Assim, nossa participação ativa no cotidiano escolar não se mostrou desejável.³⁵ Comentando acerca dos obstáculos da observação participante enfrentadas pelo/a pesquisador/a, Gil (2008) diz:

Este pode ter sua observação restrita a um retrato da população pesquisada. Numa comunidade rigidamente estratificada, o pesquisador, identificado com determinado estrato social, poderá experimentar grandes dificuldades ao tentar penetrar em outros estratos. Mesmo quando o pesquisador consegue transpor as barreiras sociais de uma camada a outra, sua participação poderá ser diminuída pela desconfiança, o que implica limitações na qualidade das informações obtidas (Gil, 2008, p.104).

Mesmo diante das restrições, foi possível realizar observações parciais em alguns espaços da instituição. Nessas ocasiões, acompanhamos aspectos do cotidiano escolar, como os momentos de entrada e saída, além da rotina diária. Apesar disso, “o estar no campo proporciona muitas oportunidades de aprendizagem, de novas compreensões e permite, essencialmente, ao pesquisador/a entrar em contato com a realidade” (Lage, 2013, p. 66).

Nesse sentido, criamos um roteiro de observação ³⁶ para direcionar o nosso olhar, a fim de contemplar os objetivos desta pesquisa. Cabe ainda, trazer a importância do registro dessas observações e experiências do campo. Para isso, adotamos o diário de campo, que consiste em escritos de conversas informais, comportamentos, sentimentos etc. Lage (2013) concebe esse instrumento como primordial:

Sem uma forma sistemática de registro das observações, corre-se o risco de findado o período do trabalho de campo, perder a memória de momentos importantes. Nesta direção, o diário de campo é um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo (Lage, 2013, p. 70).

³⁵ A série de restrições impostas pela instituição causou-nos estranhamento, sobretudo por ser membro da Igreja Presbiteriano do Brasil. Esse fechamento do campo de pesquisa despertou em nós um olhar crítico, acompanhado por certa sensação de suspeição em relação à instituição.

³⁶ Apêndice B

Conforme dito anteriormente, a escuta das subjetividades dos sujeitos participantes foi imprescindível, uma vez que, suas percepções, vivências e sentimentos colaboraram diretamente para nossa compreensão do objeto de estudo. Para isso, utilizamos questionários abertos³⁷, sendo “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas” (Gil, 2008, p. 121). Os questionários abertos foram aplicados via Google Forms:

É um aplicativo que pode criar formulários, por meio de uma planilha no Google Drive. Tais formulários podem ser questionários de pesquisa elaborados pelo próprio usuário, ou podem ser utilizados os formulários já existentes. É um serviço gratuito, basta apenas ter uma conta no Gmail. Dessa forma, os formulários ficam armazenados no Servidor do Google, podendo ser acessado de qualquer lugar e não ocupam espaço no computador. São apontadas, então, algumas características do Google Forms: possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso entre outros benefícios (Mota, 2019, p.273).

Os questionários foram enviados aos participantes da pesquisa através de um link gerado pelo Google Forms. Na primeira seção, anexamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com as informações da pesquisa, e somente após lê-lo e aceitá-lo, tinha-se acesso às perguntas. Um destaque é válido, foram criados três formulários distintos³⁸ para atender aos diferentes sujeitos participantes e objetivos. Para a Gestão, as perguntas se relacionaram à proposta pedagógica da instituição; as dos docentes, questões relativas às suas práticas educativas calvinistas; e as dos discentes para compreensão dos impactos das práticas educativas calvinistas e como estas contribuem em sua formação sócio-transformadora.

A abordagem da pesquisa, o método e a triangulação das técnicas de coleta de dados que selecionamos para o respectivo estudo, ou seja, todo caminho

³⁷ A escolha de aplicar questionários abertos, efetuou-se para cumprir exigências da gestão do colégio, que apresentou restrições às técnicas de coleta de dados que, previamente, havia sido pensada e proposta a técnica de entrevistas semiestruturadas. Em razão das resistências, especialmente, da gestão do Colégio a este caminho de obtenção de dados, restou-nos a alternativa dos questionários abertos para a consecução da presente pesquisa.

³⁸ Apêndice C

metodológico que trilhamos, nos encaminham para atingir o nosso objetivo geral, ou seja, que trata de compreender as possíveis contribuições da educação calvinista desenvolvida pelo colégio Presbiteriano XV de Novembro, sob a perspectiva de uma educação libertadora. E como suportes, alcançar os objetivos específicos que constituem as partes do todo.

5. 7 Análise dos dados

No que concerne ao procedimento de organização e análise dos dados obtidos, desfrutamos da análise de conteúdo temático-categorial. Bardin (1977) que define a técnica como um conjunto de métodos voltados para analisar a comunicação, ou seja, os discursos, que compõem os conteúdos das mensagens que podem ser categorizados. Essa técnica busca compreender os feixes de significados mediante classificações das categorias e os seus subtemas subsequentes.

A análise de conteúdo viabilizou a sistematização dos dados que erigiram durante o acontecimento desta pesquisa. Refletindo as nuances dos conteúdos que apareceram no documento analisado, nas comunicações (falas) dos sujeitos e na observação participante do campo estudado (registradas no diário de campo), isto é, exploramos a teoria, as falas e percepções. Com isso, realizamos uma triangulação dos dados, que consiste em combinar diferentes formas de coleta de dados para analisar o objeto de estudo. Dessa forma, conseguimos identificar padrões e/ou discrepâncias, ao mesmo tempo que obtivemos uma compreensão mais completa da realidade investigada.

Bardin (1977) inspira-nos nos principais procedimentos para estruturação da nossa análise dos dados, “tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 1977, p. 95). Dessa forma, se organizou a análise de dados desta pesquisa:

- **Pré-análise:** Nessa primeira etapa, tivéssemos a precaução de alinhar os objetivos da pesquisa com a análise de conteúdo, com isso, selecionamos as fontes de dados a serem analisadas, que foram: O informativo 2025, as respostas dos questionários abertos e o diário de

campo. Esses materiais passaram por uma preparação, a fim de nivelá-los, que consistiu em digitação; do diário de campo e das partes a serem analisadas dos informativos. Destacamos que, no caso dos questionários não se fez necessário, uma vez que, o próprio sistema se encarrega de gerar e organizar os dados colhidos.

- **Exploração do Material:** Os dados preparados anteriormente foram lidos cuidadosamente, a fim de que, nos apropriássemos dos mesmos. Com isso, identificamos os temas que mais se repetiam, e assim, originaram-se as nossas categorias de análise.
- **O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação:** Nessa fase, tratou-se da culminância dos dados sistematizados e da análise das categorias criadas. Portanto, a partir da triangulação dos dados coletados, organizados e alinhados com os objetivos da pesquisa, pudemos analisar as categorias de forma crítica e consistente. Para então, inferirmos e tercemos conclusões

Logo, as categorias de análises que construíram o capítulo seguinte são: a. Formas de presença do pensamento calvinista; b. Aproximações entre as perspectivas calvinistas e de educação liberal e; c. Interfaces entre as educações libertadora e liberal no colégio presbiteriano XV de novembro.

6. O PENSAMENTO CALVINISTA E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA EM DIÁLOGOS: CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Este capítulo concerne na culminância da presente pesquisa, dado que, aqui apresentamos a dimensão analítica do nosso objeto de estudo. Para tanto, percorremos um caminho que se originou a partir da nossa curiosidade epistêmica, conduzindo-nos aos objetivos geral e específicos que regeram a completude do trabalho empreendido, desde os caminhos teórico-metodológicos até a presente análise de dados.

Portanto, providos dos fundamentos teóricos-metodológicos e orientados pelos objetivos geral e específicos, nos aproximamos do campo empírico da pesquisa, o colégio Presbiteriano XV de Novembro. Pois, dele fez-se necessário abraçar uma postura crítica, a fim de questionar a superficialidade das informações transmitidas, buscando as causas e interesses genuínos por trás do que nos foi dito ou até mesmo sutilmente omitido. Para tanto, se fez imperativo um olhar atento e de suspeição do campo.

Posto isso, as categorias de análises que conduziram as nossas inferências e interpretações são: a. Formas de presença do pensamento calvinista; b. Aproximações entre as perspectivas calvinistas e de educação liberal e; c. Interfaces entre as educações libertadora e liberal no colégio XV de novembro.

6.1 Formas de presença do pensamento calvinista no colégio presbiteriano XV de novembro

As formas de presença do pensamento calvinista se exprimem nos documentos do colégio presbiteriano XV de Novembro, precisamente na proposta pedagógica da instituição; no perfil do egresso e no detalhamento das etapas de ensino. Somando-se às atividades educativas pontuais; o culto, intervalo bíblico e as disciplinas de ensino religioso e de projeto de vida. Bem como, no rigor comportamental do alunado.

6.1.1 Nos documentos da instituição

Inicialmente, gostaríamos de registrar que à primeira visita do colégio XV de Novembro, conservávamos uma visão de que a teologia calvinista permeava todo

o currículo e práticas educativas da instituição. Todavia, o contato com o campo fez-nos perceber que existem lugares e momentos específicos para disseminação do pensamento calvinista para o alunado. De acordo com Gabriela Moura (2020):

É possível que, na prática, uma escola legalmente enquadrada como confessional transmita conteúdos sob perspectivas idênticas às de escolas particulares não-confessionais ou mesmo de escolas públicas, contudo, isso não é exigido e tampouco deve ser esperado das instituições de ensino confessionais, afinal, subscrever uma confissão significa pautar toda a visão da realidade no conjunto de crenças que a compõe, e não simplesmente transmitir alguns “valores religiosos” enquanto se ensina de acordo com outra visão de mundo. Isso é garantido por todo o fundamento jurídico da escola confessional (Moura, 2020, p.55)

Podemos observar nesse trecho que a escola confessional tem aparatos jurídicos que garantem a possibilidade da transmissão da sua cosmovisão sob a totalidade do ensino. Nesse sentido, caso assim o fizesse, o Colégio Presbiteriano XV de Novembro não estaria assumindo uma postura ilegal. Ou seja, a propagação do pensamento calvinista em atividades educativas pontuais constitui-se como uma opção do colégio. Ao decorrer da análise dos dados a motivação da instituição para assim proceder irá se tornando mais evidente.

Nesse primeiro momento, iremos nos deter na presença do pensamento calvinista expressa nos documentos da instituição. Antecipamos que, identificamos profundo alinhamento entre os ideais teóricos do colégio e a teologia de João Calvino. Apenas a partir da observação dos informativos temos a impressão de que o pensamento calvinista permeia todas as práticas educativas da instituição, pois ao analisá-los não há uma distinção clara e prática de como esses fundamentos são materializados na escola. O resumo da proposta pedagógica da instituição traduz sua missão:

O colégio presbiteriano XV de novembro é uma instituição que se caracteriza pela constante busca pela qualidade de ensino, com o objetivo de formar indivíduos, em ambiente de fé cristã evangélica reformada, sem distinção de raça e credo. **Dentro deste paradigma, são valores e princípios de dignidade, caráter, integralidade e espírito cristão que buscamos desenvolver nos nossos educandos.** [...] É com base nessa perspectiva **que o trabalho que se implanta nessa instituição ressalta aspectos como dignidade, caráter, integridade, compromisso com a verdade e com o bem, com a justiça; revela a pessoa de Jesus Cristo e busca fortalecer o espírito cristão dos estudantes sob sua responsabilidade, respeitando o direito dos que professam outras crenças** (Informativo, 2025, p. 15, grifo nosso).

A partir desse trecho, contemplamos os valores e princípios que a instituição busca desenvolver nos alunos/as. Primeiro, a dignidade que se conecta com a visão calvinista do ser humano criado à imagem e semelhança de Deus (*Imago Dei*); A formação do caráter é muito coerente com o ideal da teologia calvinista, uma vez que, todos/as devem apresentar uma conduta exemplar a fim de viver para a Glória de Deus. No colégio “A bíblia é a base do ensino, moldando tanto o caráter quanto o intelecto dos educandos” (Jonh Knox). Em outras palavras, o caráter é moldado através do ensino das escrituras sagradas.

Em relação à integralidade, esta também é um dos pilares da teologia calvinista que compreende a natureza humana em sua totalidade, incluindo aspectos físicos, emocionais, intelectuais e espirituais. A educação que se busca desenvolver no colégio presbiteriano XV de novembro “Enfatiza o **desenvolvimento moral**, espiritual e intelectual do indivíduo, formando cidadãos que contribuam com a sociedade sob uma cosmovisão cristã” (Jonh Knox, grifo nosso).

Podemos constatar grande ênfase no desenvolvimento moral, o que se conecta diretamente com o objetivo de desenvolver o espírito cristão do alunado, mas, ao mesmo tempo, os documentos versam acerca do respeito aos direitos dos que professam outras crenças. Nos revelando de certo modo, uma tolerância religiosa, para se adequar ao alunado não calvinista. Seguimos para o perfil do Egresso, destacando algumas habilidades a serem desenvolvidas nos discentes após completo o ciclo formativo:

A educação que se promove no Colégio Presbiteriano Quinze de novembro intenta que, ao final do processo de escolarização na instituição, o estudante quinze tenha o seguinte perfil: **ser sujeito consciente do potencial com o qual foi dotado por Deus, capaz de buscar a sua contínua evolução [...] que compreenda as premissas de que o mundo foi criado por Deus, que o mantém e governa, que nos amou em Jesus e, um dia, tudo, visivelmente, convergirá para ele.** O compromisso institucional se desdobra no ensino, na acolhida, no cuidar de seus estudantes, o que coloca em relevo, ainda mais, a importância de seus fundamentos, para que possa, **efetivamente, promover nos discentes o desenvolvimento intelectual, emocional, social, mas também, espiritual.** (Informativo, 2025, p. 15-16, grifo nosso)

A partir da análise do perfil do egresso, observamos dois princípios teológicos calvinistas a serem desenvolvidos nos discentes. Primeiro, a consciência

do seu potencial no qual foi contemplado por Deus, pois, ao serem criados à imagem de Deus, os humanos possuem capacidades e potencialidades que refletem a natureza divina. No entanto, a busca por contínua evolução nos remete ao despertar da meritocracia, tendo por base o calvinismo.

No trecho acima, ainda encontramos um estímulo para que o/a discente reconheça a soberania de Deus sob o mundo e criação. Pois “o conhecimento e a educação devem estar subordinados ao senhorio de Cristo, reconhecendo que toda verdade vem de Deus” (Jonh Knox), mas não só, pois o reconhecimento da soberania de Deus, de acordo com João Calvino, implica em viver para glória de Deus, ou seja, possuir uma conduta moral exemplar na sociedade.

Nesse momento, apresentaremos a análise das formas de presença do pensamento calvinista nas etapas de ensino e componentes curriculares, também presentes no informativo. Destacamos que todas as etapas de ensino são respaldadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas nosso foco se voltou em destacar o diferencial da proposta do colégio, a teologia calvinista. Iniciando pela educação infantil:

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioafetivo da criança. Como meio de convivência social rico em interações, **permite a criança estabelecer relações simétricas, entre parceiros da mesma idade, e assimétricas, com adultos.** [...] A educação infantil proporciona à criança uma **educação integral**, com a possibilidade de desenvolver potencialidades, considerando os aspectos físico, **espiritual**, psicológico, intelectual e social, fornecendo-lhe os conhecimentos básicos para que se desenvolva progressivamente e de acordo com suas diferenças individuais (Informativo, 2025, p.17, grifo nosso).

Em relação à educação infantil do colégio quinze de novembro, tecemos dois destaques: o primeiro acerca das relações em sala de aula, entre os alunos/as há um estímulo à simetria. Mas, quando trata da relação com os adultos há uma assimetria. Suspeitamos que para gerar uma mentalidade nos infantes de autoridade e disciplina. O que constitui uma relação de verticalidade entre docente e discente na educação infantil. O segundo destaque, trata-se da etapa de ensino, quando observamos um realce na educação integral. Este, sobretudo, alicerça-se no calvinismo chamando-nos a atenção: “Promover o conhecimento do Deus Criador, seus valores e princípios, bem como do mundo criado à luz se sua palavra”

(Informativo, 2025, p. 19), já a partir dos primeiros anos escolares. No ensino Fundamental:

O trabalho no ensino fundamental é baseado na Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional – Lei n 9.394/96, na Base Nacional comum curricular (2018) e na **cosmovisão reformada, possibilitando ao estudante uma educação integral. Sendo fiel aos princípios da fé cristã que norteiam a conduta do colégio e ao projeto de Deus para o homem – que o conheça e, a partir desse conhecimento, cuide de si, do outro e do mundo criado – o trabalho que se faz busca promover o desenvolvimento de habilidades e competências, bem como de princípios de cidadania. Para tanto, destaca-se a necessidade do desenvolvimento espiritual, cognitivo, físico, afetivo, ético, estético e moral, caminho para formação integral; para promoção do bem comum; para o pleno exercício da cidadania** (Informativo, 2025, p. 19).

Sobre o ensino fundamental, reafirma-se uma postura de educação integral do alunado, sua fidelidade aos princípios da fé cristã e o desenvolvimento da moralidade, diferenciando-se das modalidades da educação infantil, ao conceber que o sujeito deve cuidar não somente de si, mas do outro e do mundo criado. Em outras palavras, uma formação integral fornece ao sujeito aparatos para promoção do bem comum e pleno exercício da cidadania. Por último, no ensino médio:

Constitui, ainda, características do ensino médio do colégio presbiteriano Quinze de Novembro **os princípios da fé cristã reformada**, que permite ao estudante a aplicação do conhecimento para o bem de si, do próximo e da natureza; promove o discernimento do que é bom, belo e verdadeiro; **o desenvolvimento das habilidades individuais, tendo como fim o exercício excelente dos saberes técnicos, do uso deles para o próprio crescimento e para a contínua contribuição como o desenvolvimento do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus e chamado para viver para a Sua glória** (Informativo, 2025, p.21).

Referente ao ensino médio, apesar de validar os princípios da fé reformada no ensino, não há menção da educação integral. O foco maior é no desenvolvimento de habilidades individuais e de excelência, para contribuir com o próprio crescimento, mas visando a glória de Deus. Destacamos que o colégio vivencia o Novo Ensino Médio (NEM) desde 2022 com a perspectiva do tecnicismo da educação.

Por meio do informativo, conseguimos o acesso aos componentes curriculares da educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio.

Reforçamos que nosso intuito é identificar a presença do pensamento calvinista nestes componentes. Portanto, para além das unidades de ensino comuns a outras instituições de ensino, localizamos uma parte diversificada, que não aparece na educação infantil, mas somente a partir do ensino fundamental I. A atividade complementar culto, aparece nas partes diversificadas do Ensino Fundamental I e II e ensino médio. E projeto de vida apresenta-se na parte diversificada do Ensino Fundamental II e ensino médio.

É digno de nota que nesse desenho curricular disponibilizado no informativo há a ausência do ensino religioso em todas as etapas de ensino. Algumas considerações sobre a presença do pensamento calvinista nos documentos do colégio XV de novembro são pertinentes. Inicialmente, reiteramos que há uma robustez dos princípios calvinistas na proposta pedagógica do colégio ao ponto de tornar-se repetitiva e exaustiva. Todavia, não se identifica de que modo esses parâmetros teológicos norteiam o trabalho pedagógico do colégio, sobretudo, porque não há indícios de conexões entre o pensamento calvinista e as práticas curriculares do cotidiano escolar.

6.1.2 Atividades educativas pontuais

Asseguramos que o contato com o campo empírico, o colégio XV de Novembro, fugiu do que havíamos idealizado para realização da pesquisa. É bem verdade que houve um movimento de silenciamento e controle das informações por parte, especialmente, da gestão escolar, apresentando diversas restrições para coleta de dados³⁹. Inicialmente, não conseguimos compreender com clareza as motivações desse movimento até conversar informalmente com um professor na instituição.

O professor me disse: “na escola há professores de outras religiões, e não pode haver nenhuma obrigatoriedade de eles professarem e transmitirem os valores calvinistas em sala de aula [...] isso daria uma ideia de catequização, o que não pode acontecer aqui [...] não pode haver influência do pensamento calvinista na sala de aula (Extrato do diário de campo, 20/02/2025).

³⁹ Houve dificuldades de acesso aos documentos da instituição, desautorização de coleta de dados orais (entrevistas semiestruturadas), registros fotográficos, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e observação participante em sala de aula. Somando-se à indicação direta dos participantes da pesquisa, por parte da gestão.

Essas afirmações despertaram um olhar de suspeita, uma vez que, escolas confessionais têm a liberdade de professar princípios teológicos. Logo, não há obrigatoriedade dos(as) professores(as) adotarem, unicamente, uma postura científica em sala de aula. Isso nos levou a refletir “ então a teologia calvinista não entra em sala de aula? A teologia calvinista não influencia nos conteúdos lecionados?” (Extrato diário de campo, 20/02/2025).

A partir desses questionamentos, iniciamos uma busca pelo espaço do pensamento calvinista materializado nas atividades educativas do colégio. Através dos formulários eletrônicos, perguntamos à gestão qual tem sido o caminho trilhado para trazer os princípios calvinistas para o colégio XV de novembro. E a resposta foi: “visando maior compreensão dos discentes em nossos **cultos semanais; agindo de forma intencional nas diversas atividades promovidas**, buscando sempre evidenciar a cosmovisão reformada” (Jonh Knox, grifo nosso).

Também questionamos os discentes em relação ao lugar que a teologia calvinista ocupa na escola e como sentiam esse reflexo. Ícaro diz: “ a escola está sempre reforçando esse pensamento em tudo que faz trazendo sempre os ideais do colégio, nas atitudes dos líderes/representantes desse colégio”. Nas falas da Gestão e do discente Ícaro não há uma descrição em detalhes das atividades promovidas pelo colégio a fim de promover o pensamento calvinista. Em sua resposta, Tiana nos deu algumas pistas:

A fé professada pelo colégio é bem presente, onde se observa um local **que em todas as oportunidades está se falando e pregando a palavra de Deus e não necessariamente a doutrina da Igreja Presbiteriana Calvinista**, mas sim **evangelizando mesmo, falando de Deus e seu amor para conosco! Temos versículos bíblicos colados nas paredes, intervalos bíblicos, um culto por semana para todas as turmas e sempre somos aconselhados lá baseados na palavra de Deus** (Tiana, grifo nosso).

Nossas observações se direcionaram para contemplar vestígios da teologia calvinista na estrutura física da instituição. Tiana afirma a existência de versículos bíblicos colados nas paredes do colégio. E ao pedir para conhecermos o colégio XV, fomos alertados. “Você verá poucos versículos bíblicos pelas paredes. Confessionalidade é algo que essa nova gestão está tentando resgatar” (Extrato diário de campo, 20/02/2025). Podemos comprovar essa informação:

Outra coisa me chamou atenção, algo que o professor já havia me dito, versículos pintados nas paredes, bem como princípios calvinistas são bem escassos, quase inexistentes. O que pude observar foram folhas A4 coladas com alguns versículos bíblicos em pontos específicos da instituição (Extrato diário de campo, 20/02/2025).

Diante disso, ficamos a questionar até que ponto o resgate da confessionalidade da instituição era genuíno. Verificamos a partir das falas dos sujeitos colaborados o culto e intervalo bíblico como atividades educativas com ênfase nos princípios calvinistas. Entretanto, ainda não tínhamos clareza de como essas atividades se efetivavam nas vivências curriculares do alunado. Por isso, decidimos ir mais afundo e buscar dados no site do colégio presbiteriano XV de novembro⁴⁰, onde encontramos o horário de aula das turmas de fundamental I e II e ensino médio.

Quadro 1 - Presença de atividades e disciplinas que se relacionam com o pensamento calvinista nos horários de aulas (Fundamental I e II e ensino médio)

ETAPAS DE ENSINO	ATIVIDADES E DISCIPLINAS		
Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	Culto	Ensino Religioso	_____
Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)	Culto	Ensino Religioso	Projeto de vida
Ensino médio	Culto	_____	Projeto de Vida

Fonte: Produzido pela autora com base nos horários de aulas disponíveis no site do colégio XV de novembro

Em relação aos horários de aulas do alunado, todas as outras disciplinas localizadas correspondem às áreas do conhecimento previstas pela BNCC para cada etapa de ensino. Nesse caso, concluímos que há apenas a presença do pensamento calvinista no culto, atividade complementar já prevista no documento da instituição; disciplina de ensino religioso, apenas para o ensino fundamental I e

⁴⁰ Disponível em:

https://www.colegio15.com.br/v5/images/hor%C3%A1rio_definito_turma_e_disciplina_e_professor.pdf Acesso: 01/05/2025.

II⁴¹ e, na disciplina de projeto de vida no ensino fundamental II e no ensino médio. Destacamos que os cultos são semanais e ministrados sempre por pastores. As disciplinas de ensino religioso e projeto de vida correspondem a uma aula semanal para cada turma e são ministradas por docentes alinhados com a doutrina calvinista ou pastores.

Em suma, as atividades educativas relacionadas à disseminação do pensamento calvinista no colégio XV de novembro são: o culto, as disciplinas de ensino religioso e projeto de vida junto ao intervalo bíblico. Situando o Culto no documento da instituição este “é um momento de adoração a Deus, em que Ele é louvado e sua palavra ensinada, objetivando a **formação de valores morais e espirituais**, utilizando as escrituras como princípio e regra de fé e prática” (Informativo, 2025, p. 17, grifo nosso). Entendemos o culto como atividade educativa com finalidade de formação do caráter. No campo:

Aproveitei para perguntar onde os cultos aconteciam e se de fato havia obrigatoriedade de participação, como previsto nos informativos. Um funcionário nos informou: “hoje já estão querendo rever essa questão de obrigatoriedade, mas sempre digo aos meninos: só venha se estiver disposto a aprender, e não por obrigação, mas de coração e continuou...termina que eles gostam e passam a frequentar os cultos. Todos os dias temos cultos aqui na escola, porque cada turma tem 1 culto por semana” (Extrato diário de campo, 20/02/2025).

O colégio presbiteriano XV de novembro conta com o apoio do setor de capelania responsável pela realização dos cultos e “exercendo seu papel junto à direção e coordenadores do colégio; a capelania atua pastoreando gente, ensinando a palavra de Deus, ouvindo e aconselhando pessoas com as escrituras” (Informativo, 2025, p. 24). Pudemos observar que a capelania tem uma sala para atendimentos a toda comunidade escolar.

Ao que se refere aos conteúdos das disciplinas de ensino religioso e projeto de vida não tivemos acesso, todavia de acordo com o informativo 2025, “O projeto de vida une as orientações da BNCC à cosmovisão cristã, a fim de auxiliar o estudante a construir planos e metas para o futuro perto e longe (Informativo, 2025,

⁴¹ A disciplina de ensino religioso não aparece junto aos componentes curriculares do informativo, apenas nos horários de aula, por isso não conseguimos caracterizá-la. Outra observação é que ela não é ministrada ao ensino médio.

p. 23). Portanto, essas são as únicas disciplinas que expressam claramente sua conexão com o pensamento calvinista.

No que concerne ao intervalo bíblico apontado pela discente Tiana, é um momento de fé e reflexão que acontece todas as quartas-feiras, durante o recreio, onde os alunos que desejam se reúnem para ler e refletir a partir da bíblia, orar, cantar louvores e se confraternizar. Diferente dos cultos, não se encontra no esboço curricular.

Declaramos que muitos foram os esforços para compreender o lugar do pensamento calvinista nas atividades educativas do colégio presbiteriano XV de novembro, devendo-se, principalmente, à negação de nos prestarem informações completas e assertivas. Mas, por outro lado, pensamos que essa não distinção na composição curricular possa ser algo proposital, pois existe a asseveração da confessionalidade do colégio por parte da gestão e do informativo, mas não com precisão, ao ponto de compreendermos seus desdobramentos práticos no cotidiano escolar.

6.1.3 Forte presença da disciplina comportamental do alunado

Inicialmente, salientamos que a disciplina comportamental é considerada um conceito do pensamento calvinista, principalmente no que tange à ética do trabalho, sendo a disciplina primordial para alcançar o sucesso profissional. Apresentando de igual modo, suas marcas na conduta prática de João Calvino em Genebra a partir do consistório e determinação da obediência às autoridades civis.

A presença da disciplina comportamental calvinista se comunica historicamente também na conduta da Igreja Presbiteriana do Brasil e conseqüentemente nas suas instituições de ensino. A exemplo do nosso campo empírico, há um setor específico de coordenação de disciplina que, **“destina-se ao apoio de questões disciplinares, que envolvem o comportamento dos estudantes em suas vivências no âmbito escolar**, bem como a mediação de conflitos e casos de bullying” (Informativo, 2025, p. 24, grifo nosso). Estando no campo, vimos:

Além de uma estrutura grandiosa, observei que a coordenação de disciplina tem uma sala somente para ela, onde são atendidas as ocorrências. Fui informada de que, durante os intervalos, vários

membros dessa coordenação ficam espalhados pelo colégio com o fim de vigiar o comportamento do alunado (Extrato diário de campo, 20/02,2025).

Algo se mostra pertinente, falando das marcas dessa nova gestão, o maior investimento foi em segurança, somam-se mais de 200 (duzentas) câmeras espelhadas pelo prédio do colégio. Para além desse compromisso com a segurança, também se assume um engajamento com a disciplina. O que nos leva a pensar que a instalação de câmeras cumpra a tarefa da segurança da infraestrutura e do controle dos estudantes. Tecendo uma similaridade com a vigilância vivenciada pela população da Genebra calvinista. Obviamente, no contexto escolar, essa vigilância é presente em menores proporções quando comparadas à Genebra calvinista.

Nas falas dos colaboradores deste estudo não encontramos ênfase na questão da disciplina comportamental do alunado. Porém, quando analisamos o informativo, desperta-nos a atenção que dentre os valores da instituição ressalta-se **“a disciplina como base do processo de aprendizado**. Estimulando o respeito, a sinceridade e a ética nos relacionamentos entre as pessoas, **com as autoridades constituídas** e com o meio ambiente” (Informativo, 2025, p.1, grifo nosso). Esses valores são totalmente coerentes com as perspectivas do pensamento calvinista.

Por isso, podemos afirmar que a disciplina comportamental do alunado implanta-se como uma das formas de presença do calvinismo na instituição. Nesse sentido, a disciplina dos sujeitos como base do processo de aprendizado é: “um processo prévio de assujeitamento, no qual será docilizado antes de ser submetido a atuar em campos mais complexos, como em seus trabalhos/funções, de modo a ser mais produtivo” (Morais; Menezes, 2021, p.42).

Portanto, compreendemos essa prática educativa desempenhada no colégio presbiteriano XV de novembro como um artifício para que os sujeitos normalizem e se adequem aos regimes sociais, e não os questionem. Desse modo, a disciplina “contribui para **familiarizar o estudante com noções de limite**, aspecto este que caracteriza a vida em sociedade” (Informativo, 2025, p. 44, grifo nosso). Esta é uma das justificativas apresentadas pela instituição ao tratar sobre as normas disciplinantes do colégio.

Frisamos que essas medidas disciplinares⁴² não objetivam ferir a integridade dos/as estudantes, tanto que o regimento escolar prevê ao alunado: “Receber proteção contra utilização de medidas disciplinares que ponham em risco sua integridade física, moral e emocional” (Informativo, 2025, p. 46). Acreditamos que o intuito maior seja docilizar os corpos, ou seja, moldar os sujeitos para que cumpram as expectativas sociais e institucionais.

De acordo com Michel Foucault (1987) “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (Foucault, 1987, p. 164-165). Esse preceito se distancia de uma educação libertadora, que visa à formação de sujeitos cada vez mais autônomos, críticos e livres. Retomando o Informativo, localizamos o conceito de avaliação comportamental (CAC)⁴³:

O colégio presbiteriano quinze de novembro inova, acrescentando o conceito de Avaliação comportamental (CAC), visando acompanhar a aprendizagem do estudante em sua globalidade, **incluindo o aspecto comportamental**. Assim, serão considerados 04 (quatro) conceitos diferentes, que indicarão a condição comportamental do estudante, segundo informações abaixo: Conceito A: alunos de comportamento excepcional – sem notificações; Conceito B: comportamento bom – até 3 (três) notificações; Conceito C: comportamento ruim – Mais de 3 (três) notificações e/ou 01 (uma) suspensão; Conceito D: comportamento insuficiente – 2 ou mais suspensões (Informativo, 2025, p. 57).

O medir e qualificar a condição comportamental do alunado revela o intuito de ajustar o sujeito não apenas às regras de convivência escolar⁴⁴, mas para a sua inserção na sociedade. Como aponta o objetivo do CAC: “ Todo esse processo visa ao estímulo do **domínio de si**, como condição à convivência saudável e respeitosa, à construção de um ambiente harmonioso, fundamentais à boa formação do

⁴² “Tais medidas vão desde orientação, conversa de advertência, realização de atividades pedagógico-disciplinar, conversa com pais/responsáveis, suspensão de aulas por período indeterminado e, em último caso, quando esgotadas as demais medidas previstas neste regimento, emissão de transferência. Conta-se ainda, com o encaminhamento aos setores e órgãos competentes, quando necessário, observada a legislação vigente” (Informativo, 2025, p. 48).

⁴³ “O CAC não implica qualquer relação com a avaliação de desempenho escolar, portanto, não será considerado para aprovação ou composição de nota” (Informativo, 2025, p.58)

⁴⁴ São consideradas faltas graves: Porte de smartphone e demais aparelhos smart; filmar ou fotografar nas dependências do colégio, sem prévia autorização; Agressão física; Desrespeito deliberado; Porte e/ou uso de cigarro convencional ou eletrônico, bebida alcoólica, substâncias entorpecentes ou energéticos; Trotes; Namoros (Informativo, 2025, p. 58)

indivíduo” (Informativo, 2025, p. 58, grifo nosso). O domínio de si na teologia calvinista é um chamado à disciplina e ao autocontrole.

Quando estávamos no campo, um funcionário em conversa informal declarou que: “Antigamente havia grande rigidez disciplinar no colégio, a coordenação de disciplina é algo histórico no quinze” (Extrato diário de campo, 25/02/2025). Ao lermos a pesquisa: a influência de Calvino na educação: um estudo no colégio XV de novembro – Garanhuns/PE, realizada por Daniel Ferreira da Silva em 2010, pudemos comprovar fala similar de um funcionário.

Uma vez que, os sujeitos participantes dessa pesquisa que estudaram no colégio entre 1957 e 1971 dão ênfase à rigidez disciplinar da instituição e à influência em suas histórias de vida, uma dessas falas nos desperta atenção: “a escola era excelente no modo de educar, mas, também era rígida na disciplina e evidenciava claramente a predominância da filosofia presbiteriana de ser” (Silva, 2010, p.63).

A declaração acima reforça o que observamos no campo e no informativo, dado que a disciplina comportamental do alunado desempenhada como prática educativa no colégio presbiteriano XV de Novembro se respalda no calvinismo como um meio para assujeitar e docilizar os sujeitos, para que possam ser úteis em termos econômicos e obedientes politicamente (Foucault, 1987).

A disciplina comportamental como prática educativa é antagônica a uma educação emancipadora que se importa com “uma formação, educação que desconstrua uma postura de passividade, de acomodação, de ajustamento, de alienação e massificação, para se constituírem seres políticos” (Morais; Menezes, 2021, p. 44), críticos e sociotransformadores.

6.2 Aproximações entre as perspectivas calvinista e de educação liberal

Percebemos que essas afinidades se tecem a partir das motivações mercadológicas adotadas pelo sistema de ensino do colégio presbiteriano XV de novembro; no estímulo à meritocracia e competitividade do alunado, legitimada pela doutrina calvinista para vocação ao trabalho e, por fim, na prática educacional institucional que visa a adaptação dos sujeitos às normas sociais e morais, à realização pessoal e ao ingresso no ensino superior e mercado de trabalho.

6.2.1 Escolha do sistema de ensino (SAS)

Em nosso primeiro contato com o campo, tivemos pistas de qual seria o sistema educacional adotado pelo colégio. “Por ser início do ano letivo, havia um movimento intenso de carrinhos com caixas de livros didáticos passando pela recepção onde estávamos. Naquelas caixas li SAS EDUCAÇÃO” (Extrato diário de campo, 11/02/2025). Todavia, a princípio essa observação nos pareceu sem relevância.

Apenas despertamos para este dado, após conversa informal com um funcionário da instituição, que nos perguntou: “você conhece o sistema Ari de Sá? Ele é um sistema fantástico e inovador, você deveria pesquisar sobre ele” (Extrato do diário de campo, (20/02/2025). Mas, só conseguíamos pensar as razões pelas quais um colégio confessional calvinista não adotaria o sistema Mackenzie de ensino⁴⁵ que é coerente com os seus valores e fé professados. Seguindo as recomendações do funcionário, conseguimos localizar algumas informações sobre a proposta de ensino e aprendizagem do SAS⁴⁶:

No SAS Educação, nosso objetivo é apoiar escolas na transformação de desafios em oportunidades para a construção de uma Educação de Excelência. Contribuímos com a evolução de mais de 1.200 escolas por todo o Brasil, com soluções educacionais integradas que proporcionam inovação e embasamento ao processo de Ensino e Aprendizagem. Fazemos o que fazemos porque acreditamos que a Educação transforma pessoas, e pessoas transformam o mundo. **Nossos resultados de estudantes e escolas parceiras do SAS Educação são destaque em aprovações nos principais vestibulares do país, ano após ano. 8.344 sonhos realizados - A plataforma líder em aprovações SISU 2024 Assertividade de 97% - A diferença da nota do Enem e a nota média dos simulados SAS Enem é de apenas 3% USP – Fuvest - +24,7% de aprovações em 2024 vs. 2023. Considerando a 1ª chamada da Fuvest. ITA - 1 em cada 4 vagas do ITA são de alunos de escolas parceiras do SAS (SAS educação, 2025).**

⁴⁵ O Sistema Mackenzie de Ensino trabalha para fornecer uma pedagogia cristã, desenvolvendo um modelo pedagógico alinhado com a filosofia cristã e o entendimento de que todo conhecimento provém de Deus e é o ponto convergente de todo raciocínio. O currículo do Sistema Mackenzie de Ensino segue a BNCC e a legislação educacional vigente, com uma organização hierárquica dos objetos do conhecimento e uma integração entre as diferentes áreas do conhecimento baseada na cosmovisão cristã. (Informações retiradas do site institucional do sistema Mackenzie de Ensino).

⁴⁶ Disponível em: <https://saseducacao.com.br/>, Acesso em: 02/05/2025.

Diante dessas informações sobre o sistema de ensino adotado pela escola, compreendemos que houve a opção por um sistema não confessional em razão da necessidade de gerar resultados e aprovações do alunado nos vestibulares. Hoje, o colégio presbiteriano XV de novembro é líder em aprovações na cidade de Garanhuns⁴⁷. Com isso, identifica-se que existe um escanteamento proposital da propagação dos princípios calvinistas no currículo do colégio.

Logo, não há uma integração entre o ensino e a fé, como é comumente observado em outras instituições de ensino confessional. A exemplo do colégio Mackenzie Agnes, em Recife, que adota o sistema de ensino Mackenzie de ensino, condizente com sua profissão de fé. Nos distanciando do âmbito educacional calvinista, encontramos nos colégios adventistas também um sistema de ensino criado para fortalecimento dos seus princípios teológicos, como aponta Schunemann (2009):

A investigação dos livros didáticos adventistas demonstra claramente que a intenção é ensinar a doutrina adventista em todos os aspectos da vida. O termo que se tem utilizado é formar uma “cosmovisão adventista”. A análise desses livros didáticos propicia uma clara compreensão do papel de como é inculcada a mentalidade adventista nas crianças (Schunemann, 2009, p. 84-85).

Podemos perceber que o cotidiano e currículo do colégio presbiteriano XV de novembro não são marcados por uma ubiquidade da mentalidade calvinista em todas as atividades. Assim, apenas as atividades pontuais seguem o pensamento calvinista. E o conhecimento científico não pretende ser ensinado em diálogo com os princípios da teologia calvinista, mas se entrelaça com uma visão mercadológica, a fim de gerar aprovações, resultados etc. Pensamos que essa visão educacional, seja eficiente para atrair clientes das elites e classes médias, que não se interessam pelo calvinismo em si, mas procuram por excelência de ensino e de sucesso no mercado de trabalho.

6.2.2 Doutrina Calvinista como base na meritocracia

Esclarecemos que, o sistema de ensino Ári de Sá (SAS) adotado pela instituição, apresenta contradições no tocante à confessionalidade do colégio presbiteriano XV de novembro. Porém, uma visão de uma educacional liberal não

⁴⁷ Primeiro lugar no ENEM por seis anos consecutivos (2018-2024) dentre as escolas particulares.

é divergente da doutrina calvinista do trabalho, ao contrário, estão alinhadas. Porém, nas institutas da religião cristã e outros escritos de João Calvino, não localizamos indícios de ensinamentos que considerem o sucesso material equivalente a um sinal de eleição divina.

Precisamos manter uma postura de atenção, a fim de não confundir a influência de João Calvino com as influências dos movimentos religiosos de origem calvinista, que já incorporaram outros elementos. É bem verdade que, o reformador não escreveu um tratado teológico sobre economia, tampouco embasou uma teoria sobre o mercado ou mesmo equações financeiras. Mas, dignifica o trabalho como sendo um chamado para glorificar a Deus, legitimando a busca por lucratividade.

A doutrina da vocação para o trabalho árduo colaborou para germinar o capitalismo moderno, e de igual modo respaldar a meritocracia. Hoje, corporificada pelo colégio Presbiteriano XV de novembro, enfocando “ **a pedagogia do trabalho, expressão do espírito calvinista**, que propõe **o esforço e a constância** como condições para o desenvolvimento do estudante. Compreende **o trabalho como elemento constitutivo da dignidade da pessoa humana**” (Informativo, 2025, p. 7, grifo nosso).

A ética do trabalho calvinista se relaciona com a meritocracia ao dar ênfase ao mérito pessoal, no esforço e na constância do sujeito, sendo dele a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso. Como um dos pilares da educação calvinista, a gestão nos aponta: “A responsabilidade pessoal e vocacional – o aprendizado é visto como parte do chamado divino, incentivando a diligência e excelência acadêmica para a glória de Deus” (Jonh Knox).

Com isso, identificamos que o/a aluno/a é responsável não apenas pelo seu sucesso, mas glorifica a Deus em busca da excelência acadêmica. Nesse sentido, “apesar do calvinismo reconhecer que não se chegará à perfeição nesta vida – e, portanto, o fracasso deve ocorrer e ser lamentado – não é errado lutar em prol do progresso, do sucesso e do lucro” (Hall; Burton, 2017, p. 179). Contextualizando para o âmbito educacional, não há nada de errado em incentivar a excelência acadêmica estimulando a competição entre os estudantes. Como nos informou o docente João Calvino:

A educação calvinista se diferencia em todos os aspectos, pois **parte da compreensão que o homem foi criado por Deus e destinado a viver para Sua glória**, fazendo o educando contemplar o belo por meio de uma cosmovisão reformada, **asseverando a meritocracia**, enquanto as principais correntes do ensino desenvolvem o homem como fruto do meio, colocando-o como centro de todas as coisas, anulando as demais esferas da formação humana (por ex. espiritual) (João Calvino, grifo nosso).

A teologia de João Calvino afirma que todos/as foram criados/as à imagem e semelhança de Deus, e isso implica diretamente na sua doutrina da vocação para o trabalho árduo, ao afirmar que todos/as possuem igual capacidade para alcançar o sucesso a partir do trabalho, bastando o empenho individual. O Colégio também manifesta em seus princípios institucionais a busca pelo “consenso e igualdade de oportunidades” (Informativo, 2025, p.1). Todavia, reconhecemos que há uma distância entre buscar e garantir um ambiente de consenso e igualdade de oportunidades. Visto que,

Ter a mesma oportunidade de participar não implica ter igualdade de desempenho, pois a oportunidade de acesso à educação escolar não é o suficiente. Há muitas variáveis que necessitam ser consideradas, tais como: boas condições de estudo e moradia, apoio e incentivo familiar, alimentação adequada etc. A retórica da meritocracia desconsidera tais variáveis e parte do pressuposto de que todos têm oportunidade; portanto, os que obtêm êxito devem ser recompensados por merecimento. (Fávero; Oliveira; Faria, 2022, p.4)

A educação Calvinista que assevera a meritocracia, parece ignorar as variáveis que geram desigualdades entre o alunado, assegurando que somente a oportunidade de acesso à educação já bastaria para gerar igualdade. E o mesmo pensamento é reforçado por João Calvino em sua atuação em Genebra, onde afirmou o esforço individual através do trabalho duro como condições para alcançar o sucesso financeiro e combater a pobreza naquela sociedade. De certo modo, o reformador não considerava as limitações individuais e desigualdades sociais existentes.

No colégio presbiteriano XV de novembro, sabe-se que maioria dos estudantes possuem recursos financeiros e, conseqüentemente, maiores possibilidades de dedicação aos estudos. Mas, não podemos afirmar uma homogeneidade dentre o alunado, que justifique fomentar a meritocracia. Basta ver os/as alunos/as bolsistas que certamente não possuem as mesmas condições socioeconômicas. Concordamos que, “uma escola que promove e desenvolve

capacidades deve estar menos focada em definir castas de excelência e mais preocupada em não estigmatizar os “alunos fracos” (Fávero; Oliveira; Faria, 2022, p.13).

Além do mais, a meritocracia influenciada pela ética do trabalho calvinista, legitima as desigualdades sociais e econômicas, quando argumenta que as pessoas são recompensadas com base no seu esforço, ignorando que as oportunidades não são iguais para todos. “Uma escola focada na meritocracia e na competição não se preocupa com os “vencidos” e com os fracassados, pois parte do pressuposto de que eles são responsáveis pelo próprio fracasso, de que não se esforçaram o suficiente” (Fávero; Oliveira; Faria, 2022, p.13). Ao se estimular a competitividade entre os sujeitos, há um foco no individualismo, negligenciando a importância do bem comum.

A meritocracia, no contexto educativo, atua como uma artimanha ideológica para fortalecer o sistema de estruturas de classes e privilégios, sem levar em consideração modos de promover equidade. Uma educação liberal já atua dessa forma, todavia, no colégio presbiteriano XV de novembro, este discurso ganha corpo ao se unir às justificativas de natureza teológica.

6.2.3 Educação liberal e conservadorismo dos costumes

A educação praticada pelo colégio presbiteriano XV de novembro se respalda em uma pedagogia liberal com ênfase no conservadorismo dos costumes. Podemos perceber que existe uma afirmação da instituição ao que se refere à sua prática confessional. Como afirma a gestão: “nossa confessionalidade é o nosso maior diferencial, em um mundo que tem apresentado verdades líquidas, **ossos referencias claros cativam as famílias que nos buscam**” (Jonh Knox, grifo nosso). Em outras palavras, esses referencias claros são guiados e ditados pela fé calvinista com o fim de preservação dos valores tradicionais e da ordem social.

Em outra fala da gestão, essa ideia se aclara: “A educação calvinista prioriza a soberania divina e **o compromisso com a verdade absoluta. A formação do caráter na perspectiva calvinista é orientada por princípios bíblicos**” (Jonh Knox, grifo nosso). O princípio de verdade absoluta é uma centralidade do conservadorismo, especialmente na sua vertente religiosa e moral. Pois é vista

como uma proteção contra o relativismo moral e a mudança social, que incessantemente são tidas como ameaças à ordem estabelecida.

Argumentando sobre as contribuições do colégio presbiteriano XV de novembro na vida dos estudantes e na sociedade, a gestão declara: “**creio que forjar o caráter é a nossa maior contribuição a sociedade**. Não é apenas conhecimento, mais uma prática responsável que gera o cuidado mútuo, **promovendo o indivíduo**, mas também o ambiente que é a zona de influência dele” (Jonh Knox, grifo nosso). A promoção de uma educação que reflete suas crenças, bem como a formação do caráter em valores e normas tradicionais, fazem parte da estratégia conservadora preconizada pela instituição investigada.

Vale ressaltar que uma educação para o conservadorismo dos bons costumes enfatiza; a obediência, a disciplina comportamental e a transmissão de verdades absolutas, destaques dos princípios calvinistas, para a formação do caráter moral. Frisamos que o alunado é sempre aconselhado a viver para a glória de Deus, como instituiu João Calvino. Essa premissa conota a necessidade de uma vida santa, que conduz a uma consciência individual e a busca pela perfeição moral.

Por isso, afirmamos a existência de estreitamentos entre as perspectivas calvinistas e a educação liberal, uma vez que essa também visa a adaptação dos sujeitos às normas e aos valores da sociedade, qualificando-os para ocupar seu lugar no sistema socioeconômico e político estabelecido. E nisso, encontramos um abismo em relação à educação libertadora, pois não há um estímulo à humanização das relações omnilaterais e de transformação social; ao contrário, o foco se direciona para disciplinarização dos sujeitos. Como corrobora Geraldo Filho (2011):

A pedagogia liberal tem por função preparar o indivíduo para papéis sociais, de acordo com aptidões e interesses de cada um. São as pessoas que devem se adaptar às normas e às condições existentes na sociedade, onde as relações de classes sociais não são consideradas. [A pedagogia liberal] busca a igualdade sem as grandes mudanças sociais (Filho, 2011, p.12).

Outras perspectivas que apontam uma pedagogia liberal empreendida no colégio presbiteriano XV de novembro são: o foco na realização pessoal e a preocupação com a inserção exitosa no mercado de trabalho. Na proposta pedagógica da instituição afirma-se: “ O colégio presbiteriano XV de novembro é

uma instituição que se caracteriza pela constante busca na qualidade de ensino” (Informativo, 2025, p. 15). E o perfil do egresso prevê que o alunado “tenha condições de ingresso e permanência no mundo do trabalho e ensino superior” (Informativo, 2025, p. 16).

Nas tendências pedagógicas liberais, a educação é concebida como um meio para o desenvolvimento das habilidades individuais do alunado, com vista ao alcance de realizações pessoais e profissionais. E a escola constitui-se como espaço de preparação para a vida adulta em sociedade, com foco no mercado de trabalho (Libâneo, 1992). Essa perspectiva para ao largo de uma análise mais ampla das questões sociais, se contrapondo a uma educação libertadora.

Nas falas dos discentes, contemplamos esse foco na realização pessoal e ingresso no ensino superior e mercado de trabalho. Tiana: “Acredito muito que estudar no quinze me proporcionará muitas oportunidades na vida, é um colégio com um ensino muito bom e que sei que fará toda diferença na minha vida [...] não trocaria sua qualidade de ensino”. A partir do ensino de qualidade desenvolvido no colégio, Tiana acredita que terá muitas oportunidades de realizações na vida.

O discente Ícaro, nos contando sobre o que considera marcante na sua trajetória educacional e o que levará para vida pós-ciclo formativo. Diz: “os aprendizados e amigos, vou levar para a vida. **Me lembrando dos assuntos quando for fazer um vestibular ou concurso**” (Ícaro, grifo nosso). Dando-nos a entender que os conteúdos propostos pelo colégio são voltados para gerar aprovações.

Uma educação liberal está intimamente relacionada ao capitalismo, pois reproduz e perpetua a ordem social existente, que é marcada pela divisão de classes e desigualdades. Quando agregada ao conservadorismo dos costumes se potencializa para limitar a liberdade de expressão e o pensamento crítico dos sujeitos educandos, elementos estes necessários para uma leitura histórico-crítica da sociedade. Desde a segunda metade do século XIX, as escolas confessionais oriundas de missões protestantes norte-americanas foram idealizadas para despertar no Brasil uma mentalidade favorável ao liberalismo (Schunemann, 2009).

O colégio presbiteriano XV de novembro não se difere desse padrão, observamos que historicamente a instituição sempre teve esse diferencial em

relação à “qualidade de ensino” e “bons resultados”. Na época de fundação do colégio, a educação pública no Brasil era escassa, e com isso, os acessos eram mais difíceis que na atualidade. Os colégios confessionais, incluindo o XV de novembro, surgem como opções para preencher as lacunas educacionais existentes da época.

Bem sabemos que essas instituições se destinavam a quem podia pagar, agregando pessoas de todas as regiões do Brasil para estudar no quinze, que outrora foi internato. Havia também alguns bolsistas, que saíram do colégio bem-sucedidos no que se refere ao ingresso em universidades e aprovações em concursos altamente concorridos. Em alguns depoimentos de ex-alunos/as, encontramos relatos que o colégio os conduzia a uma obstinação por ser um vencedor (Silva, 2010).

Consideramos que nesses 125 anos de história o colégio XV de novembro formou muitos membros da elite brasileira, forjando suas mentalidades. E hoje continua a ser igual. Diante da escassez de dados também vimos a importância de observar como a instituição quer ser vista em suas redes sociais e algo nos chama atenção. O slogan é: “A educação é a chave para o seu sucesso; o que há de mais inovador e atualizado em educação você encontra aqui”.

6.3 Interfaces entre as educações libertadora e liberal no colégio presbiteriano XV de novembro

A partir das práticas educativas de alguns/as docentes, conseguimos vislumbrar lampejos de libertação dentro da educação liberal proposta pelo colégio presbiteriano XV de novembro. Todavia, cabe-nos destacar que mesmo servindo-se de linguagens e terminologias de uma proposta educativa libertadora, anunciada pela instituição, há intencionalidades primariamente mercadológicas. Destacamos também que a presente instituição de ensino não tem autonomia para realizar releituras do pensamento calvinista, sendo este um desafio comum a todos/as aqueles/as que são partes da Igreja Presbiteriana no Brasil na atualidade.

6.3.1 Vestígios da educação libertadora no agir docente

Elucidamos que na idealização da presente pesquisa, tínhamos a pretensão de realizar observação participante em sala de aula, esse movimento nos traria

maior precisão para analisar as práticas educativas docentes. Todavia, reiteramos que fomos impossibilitados, dado que não nos foi concedida autorização por parte da gestão para que estivéssemos presentes durante as aulas.

Contudo, nas falas dos sujeitos colaboradores, encontramos alguns vislumbres de práticas educativas libertadoras. O termo vestígio nos pareceu adequado, pois não podemos afirmar que há uma uniformidade de princípios calvinistas/liberais que regem integralmente o Colégio presbiteriano XV de novembro. Por isso, tratamos de lampejos libertadores dentro de uma educação liberal. Como observamos na fala da aluna, Tiana:

Eu tenho relação muito boa com todos os meus professores, às vezes até mesmo do que com os próprios alunos, sempre que tenho dúvidas sou respondida de maneira respeitosa, eles em sua maioria, além de professores as vezes são amigos mesmo. Todas as vezes em que falei com eles tanto de assuntos escolares como banalidades do dia a dia, em uma conversa aqui e ali todos me respeitaram muito e consideraram tranquilamente minhas opiniões. Por exemplo, eu sou presbiteriana e tenho um professor adventista que gosto muito de conversar com ele; ele possui grande conhecimento no meu ponto de vista, e gosto sempre de tirar dúvidas com ele, e mesmo que eu já tenha exposto as coisas em que acredito que são diferentes do que ele acredita por seguir outra doutrina sempre foi muito respeitoso, procurando sempre respeitar meus dizeres e opiniões, dando seu ponto de vista de determinadas situações. No geral, todos são muito tranquilos em relação à opinião dos alunos mesmo que diferentes das suas próprias (Tiana, grifo nosso).

Vislumbramos a partir dessa fala a boa relação entre professor/a-aluno/a, ao ponto da aluna se considerar amiga deles/as. Isso nos aponta para superação do autoritarismo, ou seja, aqui não há uma verticalidade entre professor/a-aluno/a e, sim uma horizontalidade, condição necessária para que possa constituir-se o diálogo (Freire, 1987).

Identificamos também na prática docente o respeito pelos saberes dos discentes, mesmo que sejam contrários aos seus. O discente Ícaro verídica esse sentimento: “me relaciono muito bem com os professores; eles ouvem o que os alunos falam e corrigem ou explicam novamente o assunto de acordo com o pensamento do aluno”. Portanto, confirmamos que há uma validação das opiniões dos/as alunos/as por parte de alguns docentes.

De acordo com Maria Braga (2012), o docente que deseja contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos discentes deve estimular sua participação em sala de aula, dando aberturas para indagações e curiosidades. E ao serem questionados sobre o assunto, os discentes nos contaram sobre suas participações em sala de aula: “sim, eu gosto de participar das aulas de uma forma mais descontraída; os professores estão sempre fazendo perguntas e alguns fazem até dinâmicas para aprendermos” (Ícaro). Compreendemos que a participação dos estudantes se torna mais efetiva em um ambiente acolhedor, sem rigidez, medo e distanciamento. Isso se comprova também na fala de Tiana:

Eles sempre falam que a aula é uma via de mão dupla onde nós alunos precisamos fazer a nossa parte, por exemplo, sendo constantes nas aulas, tirando dúvidas, fazendo perguntas. **Tem alguns professores que são mais didáticos, outros mais de pulso firme e isso influencia bastante na atenção e no interesse dos alunos em participarem da aula** (Tiana, grifo nosso).

Identificamos que existem diferenças entre as práticas dos docentes, visto que, vários estimulam essa participação do alunado, porém, percebemos que eles se sentem mais à vontade em participar das aulas dos professores/as mais didáticos, que fazem dinâmicas e tornam o ambiente de sala de aula mais leve. Os/as docentes mais “pulso firme” não conseguem o mesmo impacto na participação e interesse do alunado.

Outro ponto da nossa análise foi acerca dos conhecimentos adquiridos no colégio, se havia ou não relação com o cotidiano dos alunos. Pois, práticas educativas “não vinculadas às questões do cotidiano do(a) educando(a) mantém-se inflexível e desconsidera a diversidade contextual da sala de aula” (Leitão, 2015, p. 25). Por isso, aconselha-se buscar exemplos ou situações presentes no dia a dia para contextualizar os conteúdos, a fim de que se estabeleçam relações com a vida dos discentes. Para Tiana:

Querendo ou não o colégio e o que é vivido e aprendido lá dentro faz parte de grande parte da minha vida é o meu dia a dia em si, e é ali onde terei muitos aprendizados tanto para o meu presente como meu futuro, como aprender a trabalhar em grupo, a respeitar os outros e suas diferenças, a conviver com pessoas totalmente diferentes de você etc. (Tiana).

Em sua fala, a discente nos confirma que suas vivências e aprendizados no colégio se relacionam com seu dia a dia. Mas não somente, pois nos apresenta um

outro olhar, ao afirmar que lá também aprendem a conviver em sociedade, o que considera importante para o seu futuro. No que concerne aos conteúdos propostos, Ícaro diz: “muitos dos assuntos dados em sala de aula são coisas que estão presentes no cotidiano”. Essa conexão torna o aprendizado mais significativo e relevante para a vida dos/as estudantes, aguçando sua criticidade.

Nossa intencionalidade era que os discentes falassem sobre as práticas educativas dos/as professores/as e como sentiam esse reflexo em sala de aula. Os docentes também foram questionados sobre as suas práticas educativas e de que modo estas colaboravam para gerar criticidade no alunado, incentivando a reflexibilidade. Segundo o docente, João Calvino:

Por meio da cosmovisão reformada o educando se percebe como agente transformador[...] a educação calvinista desperta o interesse e o senso de responsabilidade, gerando criticidade [...] ao mesmo tempo que promove cuidado mútuo (João Calvino).

A cosmovisão da reforma é uma das formas de ver e compreender o mundo a partir da influência da reforma protestante, especificadamente pela teologia calvinista. Vimos que esse pensamento busca integrar a fé cristã em todas as áreas da vida, conduzindo a ação do indivíduo na sociedade. E segundo o docente João Calvino, a educação calvinista respaldada nessa visão conduz o educando à criticidade e à responsabilidade pelo bem-estar do próximo.

Caso não fosse impregnada por interesses liberais, a educação calvinista descrita pelo docente, certamente teria potencial para ser libertadora. Todavia, afirmamos que ele está tratando da sua prática educativa, em particular e, não da visão institucional. Pois, ele aponta que: “a educação calvinista gera a criticidade e não a catequização, questionar não é desrespeitar, nem muito menos não conviver” (João Calvino).

Ou seja, compreendemos que em sua prática, o professor, ao mesmo tempo que comunica sua crença no calvinismo, não busca catequizar o alunado. Ao contrário, apresenta sua visão respeitosa e deixa-os livres para pensar diferente. Sobre a criticidade dos discentes, em conversa informal, um dos professores da instituição me contou: “aqui quando falamos de bíblia como palavra de Deus os alunos em sala de aula questionam” (Extrato diário de campo, 20/02/2025).

Confirmando-nos que de fato não há uma intencionalidade de doutrinação do alunado por parte de alguns docentes.

A educação calvinista não limita os educandos oferecendo um currículo estritamente reformado. Pelo contrário, oferece o saber diante das ciências educacionais, conferindo ao educando a criticidade de usufruir do conhecimento ou não, entendendo também, as consequências do uso correto ou incorreto do saber em suas diferentes correntes (João Calvino, grifo nosso).

Levando em consideração que o alunado não é limitado a um currículo apenas com uma visão unilateral, calvinista, podemos afirmar, que há aberturas para visões pluralistas em sala de aula. Principalmente, se consideramos que os docentes não são todos calvinistas, por mais que a instituição exija uma postura científica dos mesmos, sabemos que em sala de aula se transmite junto às práticas educativas libertadoras. Diante da impossibilidade de uma postura neutra dos/as educadores/as, o alunado certamente tem acesso a outros pensamentos e abordagens pedagógicas para além da perspectiva calvinista.

Enfatizamos que, professores de crenças opostas, que não prescrevem a fé da instituição, o uso de materiais e sistemas didáticos produzidos por autores/editoras/instituições que não são calvinistas indicam possibilidades de se construir um pensamento crítico e autônomo mesmo em um colégio confessional. No colégio presbiteriano XV de novembro, de certo modo, não há um domínio absoluto do pensamento unilateral do calvinismo, mas há práticas de uma educação libertadora que acentua a autonomia dos sujeitos sociais e a crítica social.

6.3.2 Educação libertadora instrumentalizada pela lógica de mercado

Nosso objetivo foi pautado em analisar a educação calvinista ofertada pelo colégio Presbiteriano XV de novembro sob a perspectiva de uma educação libertadora. Identificamos que algumas iniciativas pedagógicas da instituição se dissimulam como libertadoras, a exemplo da adoção do sistema de ensino, justificado por fomentar a mentalidade crítica do alunado e a tolerância religiosa. Mas, averiguamos que a intencionalidade predominante dessas propostas é atender à lógica de mercado.

Não cerceamos nossos discentes das teorias e as principais correntes de ensino que vigoram na atualidade; pelo contrário,

fomentamos a mentalidade crítica, gerando discernimento para tomada de decisões. Nossos projetos aplicam essa perspectiva da prancheta à implementação dos mesmos (Jonh Knox, grifo nosso).

Como vimos anteriormente, o colégio adota um sistema de ensino não confessional, e como consequência os discentes têm contato com todas as teorias e correntes de ensino da atualidade, mesmo que estas sejam contrárias à fé calvinista. Rememoramos que a escolha do SAS foi motivada por questões de aprovação nos vestibulares. E caso a instituição optasse por um sistema confessional que restringisse o alunado dos assuntos discordantes da fé, certamente acarretaria prejuízos em termos de aprovação e inserção no mercado de trabalho.

Outro ponto a ser destacado é que hoje para ingresso em universidades e aprovações em concursos há cada vez mais uma necessidade de ampliação de repertórios de conteúdos ancorados ao mundo da produtividade. Ou seja, o alunado precisa ter acesso às mais variadas temáticas, a fim de gerar um pensamento crítico. É bem verdade, que o capitalismo vai se inovando e criando estratégias. Em outros tempos somente a mão de obra qualificada já lhe servia.

Hoje, o mercado valoriza as habilidades socioemocionais e uma mentalidade ativa para tomada de decisões a fim de gerar lucros. Em uma educação liberal, o “pensamento crítico” dos/as alunos/as é desenvolvido como uma habilidade individual, e não para o questionamento das estruturas de poder, das desigualdades e dos impactos sociais.

Em uma perspectiva freireana, na educação libertadora o pensamento crítico é a capacidade de analisar a realidade de forma questionadora e reflexiva, buscando a compreensão ativa das causas e consequências dos problemas sociais e, então, promover transformações. Afirmamos que, fomentar uma mentalidade crítica no alunado sem visar ações transformadoras, certamente não se trata de uma perspectiva educativa libertadora.

Outro discurso incorporado nas falas dos sujeitos consta no documento da instituição, propalando a tolerância religiosa no colégio presbiteriano XV de novembro. “Temos projetos pedagógicos de conscientização e cuidado que fomentam um ambiente acolhedor e respeitoso que independem dos credos que convivem em nosso ambiente” (Jonh Knox). No informativo, encontramos certa

ênfase no tocante às afirmações do gênero “somos um ambiente de fé cristã evangélica reformada, sem distinção de raça ou credo” (Informativo, 2025, p. 15). Isso se torna ainda mais claro, quando a discente Tiana, afirma:

Eles deixam claro que **professam sim uma fé, porém respeitam a todos**. Um exemplo disso é na hora dos cultos onde o pastor que conduz sempre fala na hora da oração ou de sua pregação: “peço que todos respeitem esse momento, **não estou pedindo que acreditem em minhas palavras, não tem problema algum de vocês discordarem e professarem uma fé diferente**, peço apenas respeito pelo momento que estamos tendo, pois o colégio como instituição que acredita que esse momento é muito importante para cada um de vocês” (Tiana, grifo nosso).

Vimos que o colégio XV de novembro professa sua fé calvinista, a partir de atividades educativas pontuais. O culto é um desses momentos, de acordo com o relato de Tiana, não há um interesse explícito de proselitismo, melhor dizendo, não tem o fim de recrutar novos membros para Igreja Presbiteriana do Brasil. Aproxima-se mais de um espaço pensado para disseminar valores para formação do caráter do alunado.

Todavia, nos chama atenção o quanto esse movimento é respeitoso aos que professam uma fé diferente, aos discordantes. Lembrando que, fora do contexto de culto, em sala de aula os(as) docentes não podem assumir uma postura de catequização. Desde os primórdios da criação da instituição nunca houve uma distinção daqueles que professavam outras crenças. Especialmente porque, certamente existe um interesse em atrair uma clientela específica, as elites.

É bem verdade, que esses nem sempre são calvinistas. Tanto que, as elites na época do protestantismo de missão no Brasil não se interessavam pela nova religião efetivamente, mas pelas escolas (Schunemann, 2009). Talvez, focar na prática do proselitismo dentro do colégio, causaria um desinteresse nesse público-alvo, que opta pela educação calvinista à medida que ela se alinha com a cultura do liberalismo e do conservadorismo dos costumes.

6.3.3 Releituras restritivas à criticidade do pensamento calvinista na contemporaneidade

Tínhamos a intenção de compreender se a direção do colégio XV de novembro faz releituras do pensamento calvinista, face à distância temporal. E com isso, identificamos limitações para tecer reinterpretação da doutrina calvinista na

contemporaneidade, especialmente no âmbito da Igreja Presbiteriana do Brasil, que se mantém inflexível em relação aos pensamentos divergentes por parte da sua membresia e instituições de ensino. De acordo com a gestão do colégio:

Como escola da igreja presbiteriana do Brasil – IPB, somos regidos por nossos símbolos de fé, bem como, de forma administrativa pela constituição da igreja, disposta em nosso Manual Presbiteriano. **Qualquer mudança deve partir dos nossos concílios, não sendo possível qualquer mudança sem que se cumpra os tramites constitucionais de governo** (Jonh Knox, grifo nosso).

Inicialmente, recordamos que os símbolos de fé da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) são a Confissão de Fé de Westminster, o Catecismo Maior de Westminster e o Breve Catecismo de Westminster. De acordo com o manual presbiteriano (2024)⁴⁸ compete somente ao supremo concílio ⁴⁹formular sistemas ou padrões de doutrina e prática, quanto à fé; estabelecer regras de governo, de disciplina e de liturgia de culto. O documento também prevê que os símbolos de fé não podem ser emendados ou reformados senão por iniciativa do Supremo Concílio.

De certo modo, a constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil confirma a informação da gestão. O colégio não tem autonomia para realizar releituras da doutrina calvinista. Portanto, acreditamos ser pertinente nos situarmos quanto às principais decisões do último supremo concílio da IPB, que aconteceu no ano de 2022. Adiantamos que, não houve introdução de novas doutrinas; ao contrário, se reafirmaram as já existentes. Todavia algumas novas resoluções relativas à postura da IPB foram adotadas.

Ao lermos as atas das sessões regulares de 2022 do supremo concílio da IPB⁵⁰ algumas resoluções nos despertam atenção. A igreja se declarou contrária à identidade de gênero; houve aprovação e viabilidade técnica para o desenvolvimento de um currículo para educação domiciliar confessional; Reforço de combate às drogas, a rejeição da ordenação feminina e a proibição de pregação por mulheres.

⁴⁸ Disponível em: https://www.executivaipb.com.br/arquivos/manual_presbiteriano_2024.pdf, acesso em: 09/05/2025

⁴⁹ O Supremo Concílio, que é o órgão máximo da igreja Presbiteriana do Brasil.

⁵⁰ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-DJRhvVIK6M12Y70InK0SQCa4n_DgQ2M/view, acesso em: 09/05/2025

Uma das novas resoluções do supremo concílio se refere à proibição direta de releituras do pensamento calvinista por parte da membresia. Fica definido a obrigatoriedade de todos os membros comungantes a subscrição integral dos símbolos de fé de maneira que a oposição a estes documentos, ainda que parcial, desqualifica o candidato à admissão como membro. Ou seja, os discordantes dos símbolos de fé não podem fazer parte da Igreja presbiteriana do Brasil. Identificamos que hoje ainda não são permitidos diálogos dentro da instituição.

De acordo com Roberts (2014), a aceitação formal do sistema presbiteriano implica na concordância de que os seus fundamentos não podem ser alterados. O cristão presbiteriano, tem o dever moral de conhecer, aceitar e defender os padrões da igreja e o seu governo. Nesse sentido, não são aceitos meios termos e renovações. São bem-vindos/as aqueles/as que defendam e fortaleçam o pensamento hegemônico da denominação.

Ainda no último supremo concílio a Igreja Presbiteriana do Brasil aprovou um documento que condena o comunismo ateu e materialista, mas afirma que não há uma intenção de condenar os fiéis esquerdistas. Aqui, observamos uma moderação, em relação à liberdade dos membros em escolher suas ideologias políticas. Todavia, a igreja preservou a necessidade de orientação aos líderes e membros sobre a inconformidade do esquerdismo e os símbolos de fé da IPB.

Certamente, muitos são os desafios para tecer releituras do pensamento calvinista na contemporaneidade, especialmente no âmbito da Igreja Presbiteriana do Brasil. Pois, o supremo concílio, o órgão a quem compete as renovações doutrinárias não as executa, e ainda desautoriza a membresia e suas instituições de ensino de fazê-las. Destacamos que os concílios quadrienais da IPB de forma gradual se põem ao lado do conservadorismo teológico e social.

À vista disso, não podemos assegurar releituras do pensamento calvinista no colégio presbiteriano XV de novembro, mas diante do que observamos, nos pareceu que há uma redução do tom, no tocante às formas de difundir a doutrina calvinista ao alunado. O que pretendemos dizer é que, o modo como o evangelho é anunciado pelo colégio pode ter potencial de chamar os sujeitos a viverem uma vida plena e significativa. Sua fala é sugestiva de que o evangelho está acima dos princípios calvinistas. Como nos conta, Tiana:

A escola segue sim o calvinismo, mas acima de tudo segue primordialmente a palavra de Deus e é muito importante, muitas vezes, para pessoas sem rumo na vida ouvirem que tem um Deus que as ama e que está ali zelando por elas. **Ter uma esperança na vida é muito bom e muitos alunos nos dias de hoje precisam disso, de algo em que se segurar, e é isso que o colégio faz apresenta aos alunos e funcionários, de maneira respeitosa, Cristo, seu amor para conosco e apontam a Cristo como salvador das nossas vidas** (Tiana, grifo nosso).

Nessa fala, percebemos a afirmação da instituição se guiar por princípios calvinistas/liberais, mas, ao mesmo tempo, mostra uma sensibilidade às diferenças. Entendemos que não de modo impositivo, mas a fim de gerar esperança. cremos que essa forma de anúncio do evangelho tem competência para libertar as pessoas de situações de sofrimento e opressões. Sendo, porventura, uma porta de escape dentro desse modelo de educação liberal incorporado pelo colégio presbiteriano XV de novembro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de consumir nosso ciclo investigativo, retornamos para o nascedouro desta pesquisa, a curiosidade epistêmica, que se traduziu a partir da nossa questão-problema: A educação calvinista ofertada pelo Colégio Presbiteriano XV de novembro, no agreste pernambucano, contribui para a humanização dos sujeitos e para uma leitura crítica da sociedade?

Acentuamos que nosso desejo nesse fechamento não é chegar ao fim, longe disso, propõe-se um processo incessantemente reflexivo. Por isso, regressamos à intencionalidade expressos nos objetivos específicos, para compreendermos de que formas estes foram contemplados, tanto na fundamentação teórica quanto na dimensão empírica deste estudo. Rememoramos que foram idealizados três objetivos específicos como caminhos para atingir nosso objetivo geral.

Nosso primeiro objetivo específico tratou de evidenciar o processo histórico da educação calvinista no Brasil e, em especial, no agreste de Pernambuco. Esse objetivo começa a ser atendido ainda na fundamentação teórica, quando tratamos das origens do presbiterianismo no Brasil. Vale destacar que a fundação de escolas estava dentro do ideal civilizatório dos missionários norte-americanos, então quando se discute sobre a educação calvinista no Brasil não há como dissociá-la da história da sua fundadora a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Na fundamentação teórica, contemplou-se de modo geral o processo histórico da educação calvinista em todo país, todavia, quando tratamos especificamente do agreste pernambucano apresentamos nosso campo empírico o colégio presbiteriano XV de novembro com 125 anos de história. E a partir da análise dos dados, pudemos analisar, além do seu processo histórico, algumas de suas práticas educativas antes desconhecidas pela academia.

O segundo objetivo específico ocupou-se de identificar as aproximações e afastamentos dos princípios da teologia calvinista no colégio presbiteriano XV de novembro. Esse movimento foi bastante interessante, pois identificamos princípios educativos na instituição respaldados na teologia calvinista do século XVI. Como exemplo: a disciplina comportamental; o estímulo à meritocracia e competitividade; e a formação do caráter que visa a adaptação dos sujeitos às normas sociais e

morais. É digno de nota que a educação liberal incorporada pelo colégio presbiteriano XV de novembro se alinha com os princípios da teologia calvinista e, especialmente, com a doutrina da ética do trabalho.

Todavia, identificamos um afastamento da teologia social calvinista no tocante ao fomento da responsabilidade social e da ajuda mútua. Por isso, compreendemos que o discurso teológico justifica apenas as práticas educativas servas do liberalismo e conservadorismo. Olhando para a história da inserção de colégios calvinistas no Brasil percebemos um claro interesse em se aproximar e atender as elites, por isso, não há intenção proselitista e de justiça social nessa educação.

O nosso terceiro objetivo específico analisou nas práticas educativas do colégio presbiteriano XV de novembro as iniciativas que, inspiradas na teologia calvinista, viabilizem a emancipação dos sujeitos sociais e a transformação sócio-histórica. A partir do exame das práticas educativas inspiradas na teologia calvinista no colégio presbiteriano XV de novembro, concluímos que se trata de um projeto educativo liberal. Portanto, o foco maior é a realização pessoal do sujeito, bem como sua adaptação à sociedade e ao seu ingresso no ensino superior e mercado de trabalho.

Sabemos que a condição para a emancipação dos sujeitos sociais e as transformações sócio-históricas residem na consciência crítica, que se desenvolve a partir de uma educação problematizadora da realidade. As práticas educativas da instituição que se inspiram na teologia calvinista buscam uma disciplinarização social, ou seja, a manutenção da ordem e do funcionamento social. Nesse sentido, uma educação que assevera a meritocracia e competitividade, perpetua e justifica as desigualdades e as relações de poder, ao invés de questioná-las. No individualismo e na responsabilização pelo (in)sucesso não há lugar para se reconhecer o sujeito que vive, sob condições impeditivas, por forças sociais e históricas.

Em resposta a nossa questão-problema, podemos seguramente afirmar que a educação calvinista ofertada pelo colégio presbiteriano XV de novembro não contribui para humanização dos sujeitos e para uma leitura crítica da sociedade. Mas optamos por refletir acerca dos desafios para que se constitua uma educação

libertadora no colégio presbiteriano XV de novembro. Inicialmente, trazíamos como suspeição que o maior empecilho para práticas educacionais libertadoras na instituição seria a difusão de um pensamento teológico unilateral, mas, identificamos que a conjuntura é mais complexa.

No colégio presbiteriano XV de novembro além de uma educação liberal há o agravante das suas práticas educacionais serem reforçadas pelo discurso da teologia calvinista. Consequentemente, se estabelece uma educação neoconservadora e neoliberal avessa a uma leitura histórico-crítica da sociedade. Mas identificamos pontos de escapes como o agir docente que por não ser neutro, pode gerar pequenas aberturas para uma educação libertadora dentro da instituição de ensino.

Em relação ao sistema de ensino adotado, este de certo modo pode significar uma brecha para que o alunado tenha contato com a pluralidade. Esse aspecto difere o colégio presbiteriano XV de novembro dos demais colégios protestantes confessionais, que censuram as teorias que são contrárias à sua profissão de fé. Mas, emerge como necessidade ter em mente que essa abertura da instituição tem por finalidade desenvolver o pensamento do alunado desenvolvido como uma habilidade individual, ou seja, se concentrando em como otimizar o sistema, para reforçar a sua hegemonia. Nesse sentido, a criticidade perde a sua capacidade de desafiar a ordem capitalista e promover mudanças sociais.

É importante mencionar que a resistência do campo ao conceder informações, dificultou diretamente a coleta e análise dos dados. Contudo, nos empenhamos em utilizar os artifícios que estavam ao nosso alcance, para realizar esta pesquisa do modo mais consistente possível, a fim de atender aos nossos objetivos, contudo, mediante esforços e estratégias sutis, pudemos trazer contribuições a uma temática pouco explorada.

Por fim, consideramos esta pesquisa como um primeiro passo para gerar reflexões e inquietações no âmbito acadêmico, de pesquisa, em relação aos modos de conceber educação do protestantismo de missão. Não pretendíamos esgotar o tema, ao contrário, buscamos introduzir essas questões para o chão acadêmico, uma vez que pouco sabemos acerca das inter-relações entre protestantismo e

liberalismo na educação. Mas, de maneira evidente, outras instituições confessionais assim como o colégio Presbiteriano XV de novembro têm formado muito membros das elites, forjando suas mentalidades a partir dos seus interesses de classe social, de gênero, de racialidade, de colonialidade.

O estudo de outros contextos educacionais confessionais pode nos fornecer pistas para o entendimento dessa crescente tendência para o conservadorismo, que se manifesta em questões sociais e políticas atualmente no Brasil. O conhecimento da potência dos discursos teológicos nas sociedades e na educação, analisados criticamente, certamente fornecerão ferramentas teórico-metodológicas para a libertação, porque permite que os oprimidos compreendam e questionem as estruturas de poder que os subjugam em nome de Deus.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vasni de. Os metodistas e o golpe militar de 1964. **Revista Estudos de Religião**, v.23, n. 37, jul./dez. 2009.

ALVES, Vital. A CONTROVERSA RELAÇÃO DE J.-J. ROUSSEAU COM A REPÚBLICA DE GENEBRA. **Sapere Aude**, v. 10, n. 19, p. 157-171, 14 jul. 2019.

ARAÚJO, João Dias. **Inquisição sem fogueira: a história sombria da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

ARRUDA, Abilio Tadeu. **Doutrina Teológica e social de Calvino e a educação para solidariedade**. Dissertação (mestrado) – Universidade metodista de São Paulo, programa de pós-graduação em ciências da religião, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Presses Universitaires de France, 1977.

BIÉLER, André. **A Força Oculta dos Protestantes**. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

_____, André. **O Humanismo Social de Calvino**, São Paulo: Edições Oikoumene, 1970.

_____, André. **O pensamento econômico e social de Calvino**; tradução Waldyr Carvalho de Luz. 2 ed – São Paulo. Cultura cristã, 2012.

BOFF, Leonardo. A pedagogia do oprimido e a teologia da libertação. In: Moacir Gadoti (org.) **40 olhares sobre os 40 anos da pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho. **Prática pedagógica docente-discente e humanização: contribuição de Paulo freire para a escola pública**. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Recife, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____, Carlos Rodrigues. **Minha Casa, o Mundo**. Aparecida-SP: Ideias & Letras. 2008.

_____, Carlos Rodrigues. **A palavra - Esperançar -: escritos ao redor da Educação Popular e de Paulo Freire**. Belo Horizonte: Caravana, 2022.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação popular**. João Pessoa: UFPB, 2020.

CALVINO, João . **Institutas da Religião Cristã (edição de 1536)**, São José dos Campos, Editora Fiel, 2018.

_____, João. **As institutas ou tratado da religião cristã**. Edição clássica (latim), Tradução de Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

CAMPOS, Heber Carlos de. A “filosofia educacional” de Calvino e a fundação da academia de Genebra. **Fides Reformata** 5/1, 2000.

CARRILLO, Afonso Torres. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora In: STRECK, Danilo R. & ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CORRÊA, Ivan Nicolau. **A relação entre educação e sabedoria a partir da tradição Hare Krishna: um caminho formativo**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de pós-graduação em Educação Contemporânea, 2020.

COSTA, Isaque de Góes. Representações, exclusões e apoio ao golpe Militar no Presbiterianismo: uma análise histórica das tendências conservadora e ecumênica na Igreja Presbiteriana do Brasil. **UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória-ES, v. 5, n.2, p. 863- 885, Ago-Dez, 2017

CRUSOÉ, Nilma Margarida; MOREIRA, Núbia Regina; PINA, Maria Cristina. DEFINIÇÕES DE PRÁTICA EDUCATIVA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS SÓCIO-EDUCACIONAIS. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 31, p. 46–63, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1301>. Acesso em: 1 out. 2024.

DIAS, Zwinglio. AS IGREJAS PROTESTANTES/EVANGÉLICAS E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 - DOI - 10.5752/P.1983-2478.2014v9n15p29. **INTERAÇÕES**, v. 9, n. 15, p. 29-37, 4 set. 2014.

FARIA, Eduardo. (Org.). **João Calvino: textos escolhidos**. São Paulo: Pendão Real, 2008.

FÁVERO, Altair Alberto; OLIVEIRA, Julia Costa; FARIA, Thalia Leite de. Crítica as “medições” em educação à luz da teoria das capacidades: a meritocracia que reforça a desigualdade. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022024, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8665579. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665579>. Acesso em: 5 maio. 2025.

FERREIRA, Júlio A. **Galeria evangélica: bibliografia de pastores presbiterianos que trabalharam no Brasil**. São Paulo: Casa Ed. Presbiteriana, 1952.

FERREIRA, Wilson C. **Calvino: vida, influência e teologia**. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985.

FILHO, Geraldo Francisco. **Panorâmica das Tendências e Práticas Pedagógicas**. 2ª ed. rev. Campinas, Átomo. 1985

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Trad. Ligia M. P. Vassalo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMBLE, Richard, **Suíça: Triunfo e Declínio em Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental**, Editor W. Stanford Reid. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Cláudio César. **O uso social da riqueza em João Calvino**. Dissertação (mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de pós-graduação em Ciências da Religião, 2006.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teología de la liberación**. Perspectivas. Salamanca: Sígueme, 1987.

HALL, David; BURTON, Matthew. **Calvino e o comércio: a influência transformadora do calvinismo na economia de mercado**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

HALL, David. **A herança de João Calvino: sua influência na educação, economia e política do ocidente**. São Paulo. Cultura cristã, 2019.

HARDING, Sandra. **Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1998.

HUNT, Dave. **Que amor é este?** | Dave Hunt; [Tradução Cloves Rocha dos Santos e Walson Sales da Silva]. 1. Edição - São Paulo: Editora Reflexão 2015.

JACOB, César Romero et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora da PUC-RJ e Loyola: 2003.

JARA, Oscar. **A educação popular latino-americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL.; ENFOC, 2020.

KINGDON, Robert M. "The Genebra Consistory in the Time of Calvin" [**O consistório de Genebra no tempo de Calvino**], em Pettegree et al. 1994, p. 21-34.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo** – Trad. Ricardo Gouvêa e Paulo Arantes – são Paulo: Cultura Cristã, 2019.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LEITÃO, Edineide Souza Sá. **A prática pedagógica docente na perspectiva da humanização em Paulo Freire na EJA de Olinda**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LEONARD, Émile G. **O Protestantismo Brasileiro: Estudo de Eclesiologia e História Social**. São Paulo: ASTE, 1963.

_____, Émile G. **O presbiterianismo brasileiro e suas experiências eclesiais**. Brasília, DF: Monergismo, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais a profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. In: LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992.

LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.

LOWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAINKA, P. J. Huldrych Zwingli (1484 - 1531), o reformador de Zurique - um esboço biográfico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 23, p. 141-147,

maio2001. Disponível: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2758/1893> Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

MAIOR, Pedro Souto. A missão de Antônio Paraupaba ante o governo hollandez. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, CE, 1912, pág. 72 – 82.

MARQUES, Eliana de Sousa de Alencar e CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. Prática educativa bem-sucedida na escola: reflexões com base em L. S. Vigotski e Baruch de Espinosa. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2017, vol.22, n.71, pp.210-211. Epub 08-Nov-2017. ISSN 1809-449X.

_____, Eliana de Sousa de Alencar e CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. O SIGNIFICADO HISTÓRICO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: UM MOVIMENTO QUE VAI DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 35, p. 122–143, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1239>. Acesso em: 2 out. 2024.

MARQUES, Juliana. A INFLUÊNCIA POLÍTICA DE JOÃO CALVINO EM GENEBRA. **Revista Teológica Doxia**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 1–25, 2023. Disponível em: <https://faculdadebrasileiracrista.edu.br/revista/index.php/doxia/article/view/41>. Acesso em: 3 jul. 2024.

MARTINS, Eduardo Simões. **Paulo Freire e a Teologia da Libertação: aproximações**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós- Graduação em Ciências da Religião, 2010.

MATOS, Alderi S. Amando a Deus e ao próximo: João Calvino e o diaconato em Genebra. **Fides Reformata** 2/2, 1997.

_____, Alderi. A sarça ardente: Breve história da Igreja Presbiteriana do Brasil. In: LUCAS, Sean Michael. **O cristão presbiteriano**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. p. 201-216.

_____, Alderi. Calvinismo: um panorama conceitual e histórico. **Sementes: Revista Científica de Teologia [recurso eletrônico]**. v. 2. n.1 p.16-34, junho, 2023. Disponível: https://seminariosimonton.com.br/revista/arquivos/20231/Revista_Completa%202023-1.pdf Acesso em: 3 de janeiro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOGILKA, Mauricio. Educação Popular e teorias da libertação: propostas complexas de transformação da realidade. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-14, 2015.

Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/1530>. Acesso em: 22 out. 2024.

MORAES, Gerson. **Entre a Bíblia e a espada: uma análise da filosofia e da teologia política em João Calvino**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2014.

MORAIS, Marcelo; MENEZES, Themis. EDUCAÇÃO DISCIPLINAR OU LIBERTADORA? UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS FREIRIANA E FOUCAULTIANA. **Omnia Sapientiae**, Mossoró, RN, v. 1, n. 1, p. 37–51, 2021. Disponível em: <https://revistas.catholicadorn.com.br/omnia/article/view/12>. Acesso em: 1 maio. 2025.

MOTA, Janine. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, 6, 372-380. 2019.

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1106>.

MOURA, Gabriela Rocha. **Escola confessional: fundamento jurídico, natureza e limitações**. 2020. 77 f. TCC (graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2020.

OLIVEIRA, Carlos César de. Diálogos entre Paulo Freire e a Teologia da Libertação. **Dignidade Re-Vista**, v.7, n.12, p. 62-74, jul 2021.

PACHECO, Raquel. Cultura popular e perspectivas pedagógicas no cinema educação. In: **Revista Educação Online**. n. 22. mai-ago 2016. Rio de Janeiro, 2016.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. **A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)**. Florianópolis,

2006. Dissertação de Mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

PAIXÃO JR, Valdir Gonzalez. **Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da Ditadura Militar**. (Tese de doutorado em sociologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2008.

_____, Valdir Gonzalez. Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978). Bauru: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 20-41, 2014.

REILY, Alexander Durkan. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: AEST, 2003.

ROBERTS, William. **O Sistema Presbiteriano**. 4 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas do Tipo "Estado da Arte" Em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, núm. 19, setembro-dezembro, 2006, p. 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

SANTIAGO, Maria Eliete. Campo Curricular, Prática Pedagógica e Pedagogia Freiriana. **Revista de Educação da AEC**. Brasília: AEC, Nº 142, 2007, p. 28-40.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do skylab. **Revista Crítica de Ciências Sociais n.º 11**, maio de 1983.

SANTOS, Saymmon. Narrativas sobre os roteiros históricos da igreja presbiteriana do Recife através do advento do movimento fundamentalista na capital pernambucana. **História e Cultura**. v. 11 n. 2 p. 159-185, 2022. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3671>. Acesso em: 4 de janeiro de 2024.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 – 1654)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHIMIDT, Daniel Augusto. **O Protestantismo brasileiro: entre a colaboração e a resistência no período da Ditadura Civil e Militar (1964-1974)**. Anais dos Simpósios da ABHR, [S. l.], n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/1382>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SCHUNEMANN, Haller. A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual: Uma análise do sistema escolar da IASD. **Rever (PUCSP)**, v. 9, p. 83-109, 2009.

SCOCUGLIA, Afonso Celso; PEREIRA, Vanderlan de Paulo. **Educação popular e teologia da libertação na ditadura militar (1964-1985)** - João Pessoa: Editora UFPB, 2020

SILVA, Daniel Ferreira da. **A Influência de Calvino na Educação: um estudo no Colégio XV de novembro Garanhuns/PE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, Rafaelle. John Rockwell Smith e a nova identidade religiosa no Recife do século XIX: De lampejos à fixação do presbiterianismo na Veneza Brasileira. (1873-1899). **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], n. 2, p. 2016. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/1264> . Acesso em: 4 jan. 2024.

SILVA, Roberto da; MACHADO, Érico Ribas. Uma mesma teoria geral para a educação popular e a educação social? Aproximações, empíricas, teóricas e metodológicas In: STRECK, Danilo R. & ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, Sandra; STAMATTO, Maria. Educação impressa: estratégia presbiteriana de educar por meio da imprensa protestante. **EXEDRA**, v. 1, p. 59-70, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4701970> . Acesso em: 4 de janeiro de 2024.

SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna (Coleção Polêmica), 1994.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Organizadores: José Batista Neto e Eliete Santiago. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SOUZA, Luciano Batista. **Educação popular e teologia da enxada: Afinidades, convergências e complementaridades**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Programa de pós-graduação em Educação, 2011.

SOUZA, Silas Luiz de. Calvinismo e o pensamento democrático e republicano. **Revista Trama Interdisciplinar**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 69–88, 2021. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/14935>. Acesso em: 9 ago. 2024.

_____, Silas Luiz de. **O RESPEITO À LEI E À ORDEM: presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985)**. 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

STRECK, Danilo R. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular In: STRECK, Danilo R. & ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VILELA, Márcio Ananias. Ditadura militar e sociedade: a inserção da Igreja Presbiteriana do Brasil em questões políticas e sociais no Brasil entre 1962 a 1964. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, p. 1–13, julho 2011.

_____, Márcio Ananias. Interface entre o religioso e o político: o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Igreja Presbiteriana do Brasil. **Interfaces Científicas -**

Humanas e Sociais, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 71–82, 2015. DOI: 10.17564/2316-3801.2015v3n2p71-82. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/1804>. Acesso em: 13 ago. 2024.

VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. **Igreja Reformada Potiguara (1625-1692) A primeira igreja protestante do Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de pós-graduação em ciências da religião, 2012.

WALLACE, Ronald. **Calvino, Genebra e a Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

WILSON, Douglas J. O Roteiro Sagrado no Teatro de Deus: Calvino, a Bíblia e o Mundo Ocidental In: John Piper; David Mathis, org. **Com Calvino no Teatro de Deus: A Glória de Cristo e a Vida Diária**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) da pesquisa **“Pensamento Calvinista e Educação Liberal: diálogos e impasses para a construção de uma educação libertadora no colégio presbiteriano XV de novembro no agreste pernambucano”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Letícia Gomes Mélo Laureano; Telefone para contato: 81 98961-8264; e-mail para contato: gomesmeloleticia@gmail.com. Esta pesquisa está sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva; Telefone para contato: 81 99981-8996; e-mail: everaldofernandes.silva@gmail.com.

Caso haja alguma dúvida com relação ao documento, pergunte à pessoa responsável pela pesquisa, para que o senhor(a) esteja bem esclarecido(a) sobre sua participação na pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, assinale a opção sim no questionário. Em caso de recusa o Sr(a). não será penalizado de forma alguma. Também garantimos que o Senhor(a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- A pesquisa tem como objetivo geral: Compreender as possíveis contribuições da educação calvinista, preconizadas pelo colégio presbiteriano XV de Novembro, situado no agreste pernambucano, sob a perspectiva de uma educação libertadora.
- Cada voluntário(a) preencherá um questionário, podendo ser convocado para esclarecimentos e informações complementares através de diálogos informais ao longo de 2025.
- Almejando a preservação dos participantes, garantiremos o sigilo e anonimato através do uso de nomes fictícios escolhidos pelo participante nos documentos públicos da pesquisa.
- Objetivamente, não haverá nenhum benefício direto para os participantes da pesquisa.
- Os resultados serão divulgados em eventos ou publicações científicas ligadas ao tema da pesquisa, não havendo identificação dos voluntários.
- Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.
- Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- 1.** Observar a estrutura física do campo (Presença de versículos bíblicos nas paredes e/ou mensagens que remetam a teologia calvinista)
- 2.** Observar o cotidiano escolar (atividades realizadas e interações que acontecem no dia a dia da escola)
- 3.** Observar o lugar que a teologia calvinista ocupa na escola (atinge a sala de aula ou se restringe aos momentos religiosos específicos?)
- 4.** Observar se a matriz curricular favorece a criticidade (Qual o sistema de ensino adotado?)

APÊNDICE C - ROTEIROS QUESTIONÁRIOS ABERTOS

(Docentes)

1. Em que momento se deu o encontro com a teologia calvinista?
2. Há quanto tempo você atua nesta instituição de ensino? O que lhe faz permanecer aqui?
3. Para você, quais são os pilares da educação calvinista? Em que ela se diferencia nos modelos da educação na contemporaneidade?
4. Você acha que as práticas educativas calvinistas têm contribuído para uma formação sociohumanizadora dos(as) alunos(as)? Por quê?
5. Em sua opinião, a educação calvinista contempla e respeita as diferenças? Por quê?
6. Você acha que os conteúdos propostos se aproximam da realidade (cotidiano) dos alunos(as)? Como?
7. Você percebe interesse do alunado pelo pensamento e valores calvinistas? De que modo?
8. Algum comentário ou observação particular que deseja acrescentar acerca da temática?

(Discentes)

1. Por que você estuda nessa escola? Há quanto tempo? E por que permanece até hoje?
2. Você conhece o pensamento calvinista?
3. Na sua opinião, qual lugar a teologia calvinista ocupa na escola? como sente esse reflexo?
4. Você participa das aulas? Os professores(as) estimulam essa participação? De que modo?
5. Como você se relaciona com os professores(as) em sala de aula? Suas opiniões, experiências e conhecimentos são considerados? De que modo?
6. Você acha que os conhecimentos adquiridos na escola durante todos esses anos de formação se relacionam com o seu dia a dia (realidade)? Como?
7. Você se sente contemplado(a) e respeitado(a) em suas diferenças pela instituição e professores(as)?
8. O que você considera marcante na sua trajetória educacional? O que levará para vida (cotidiano) pós ciclo formativo?
9. Como a doutrina calvinista impactou/impacta sua formação como sujeito social?
10. Para você, qual a relevância de ter tido uma formação na educação básica em uma escola calvinista?
11. Algum comentário ou observação particular que desejam acrescentar acerca da temática?

(Gestão)

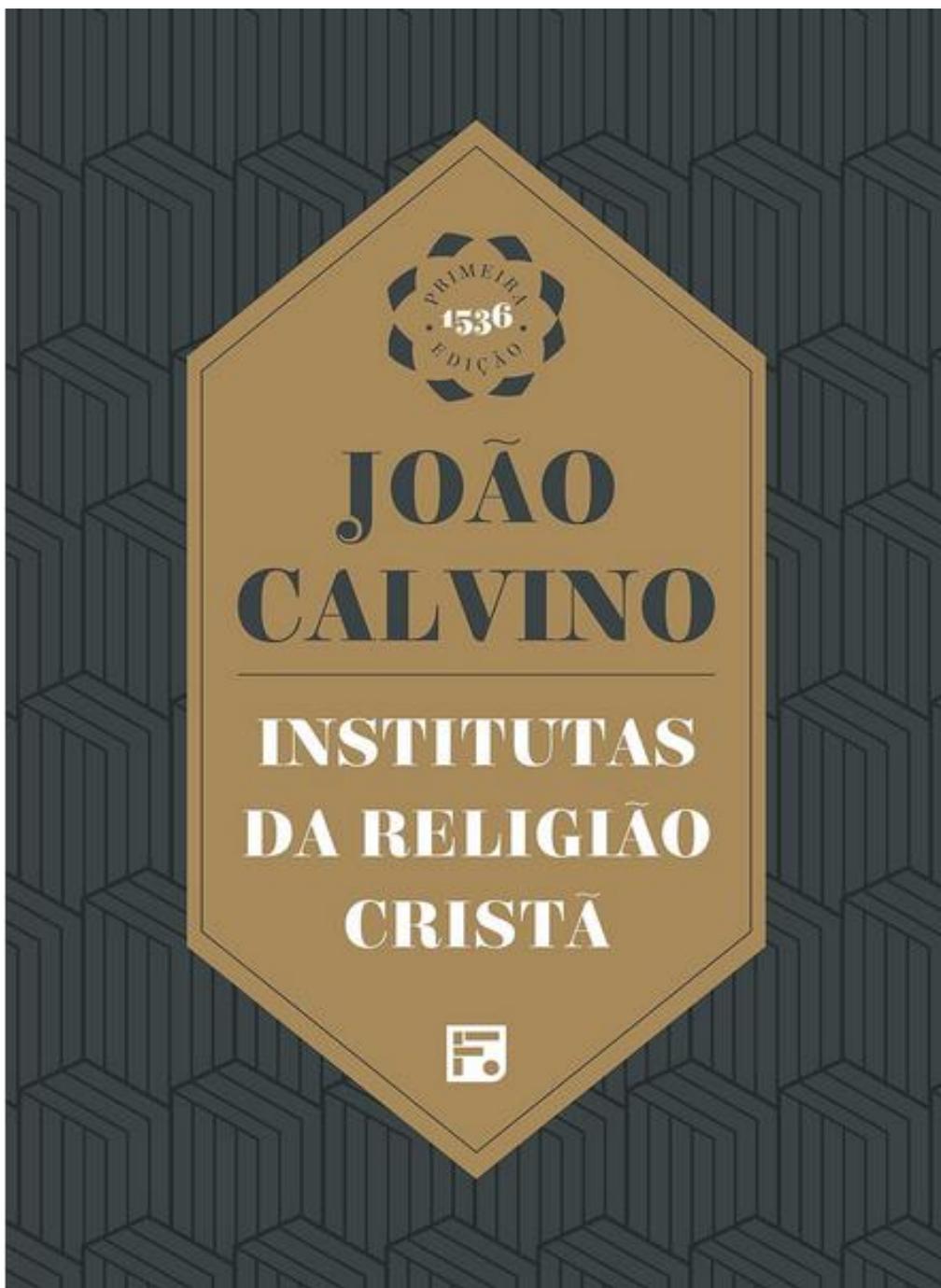
1. Há quanto tempo você atua nesta instituição de ensino? Como chegou até aqui?
2. Qual tem sido o caminho trilhado pela gestão para trazer os princípios calvinistas para o colégio XV de novembro?
3. Como a instituição efetiva essa conexão entre o pensamento calvinista e as práticas educativas no currículo escolar?
4. Qual(is) a(s) intencionalidade(s) da instituição ao difundir o pensamento calvinista para o alunado?
5. Quais são os pilares da educação calvinista? Em que ela se diferencia nos modelos da educação na contemporaneidade?
6. Em sua opinião, qual tem sido a maior contribuição desta instituição educacional para a vida dos alunos(as)? E na sociedade?
7. Em sua opinião, porque essa instituição tem sido uma escolha das famílias para educação dos seus(as) filho(as)?
8. Quais medidas a instituição tem adotado para fomentar o respeito as diferenças?
9. A direção do Colégio XV de Novembro faz releituras do pensamento calvinista, face à distância espaço-temporal?
10. Algum comentário ou observação particular que deseja acrescentar acerca da temática?

ANEXO A - CAPA INFORMATIVO 2025



Fonte: Site da instituição

ANEXO B - CAPA DAS INSTITUTAS DA RELIGIÃO CRISTÃ



Fonte: google imagem